



Uberlândia

PAINEL DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

2 0 1 7



Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Valder Steffen Júnior

Reitor

Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Vanessa Petrelli Côrrea

Diretora

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Rick Humberto Naves Galdino

Coordenador

Organização do Painel

Ester William Ferreira

Marlene Marins de Camargos Borges

Rick Humberto Naves Galdino

Autores

Alanna Santos de Oliveira

Álvaro Fonseca e Silva Júnior

Ana Alice B. P. Damas Garlipp

Carlos Henrique Cássia Fontes

Ester William Ferreira

Graciele de Fátima Sousa

Luiz Bertolucci Júnior

Marlene Marins de Camargos Borges

Marden Ambrosio Fagundes

Rick Humberto Naves Galdino

Sarah Tavares Corrêa Cunha

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERIUFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Como citar este trabalho:

CEPES, 2017. Uberlândia - Painel de Informações Municipais 2017. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais/Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia, agosto 2017. 136 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. Uberlândia-MG: Polo regional de atração migratória	9
<i>Luiz Bertolucci Júnior</i>	
1.1. Migração em Uberlândia nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010	11
1.2. Migração em Uberlândia na década de 2000	24
1.3. À guisa de síntese do processo migratório em Uberlândia-MG	29
2. Análise da Estrutura Produtiva do Município de Uberlândia	31
2.1. Produção: Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), Produção Agrícola Municipal (PAM), e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)	32
<i>Alanna Santos de Oliveira</i>	
2.2. Evolução do número de Estabelecimentos Formais	51
<i>Ester William Ferreira</i>	
2.3. Comércio Exterior	65
<i>Ana Alice B. P. Damas Garlipp</i>	
3. A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal em Uberlândia (2001, 2010 a 2015) .	77
<i>Marlene Marins de Camargos Borges</i>	
3.1. A Dinâmica do Emprego Formal no Brasil, em Minas Gerais e em Uberlândia .	79
3.2. A Dinâmica do Emprego Formal em Uberlândia	83
3.3. O Perfil do Empregado do Município de Uberlândia	90
4. Pesquisa de Preços de Uberlândia: resgate histórico de seus indicadores no período 2011-2016	95
<i>Álvaro Fonseca e Silva Júnior</i>	
<i>Carlos Henrique Cássia Fontes</i>	
<i>Graciele de Fátima Sousa</i>	
<i>Marden Ambrosio Fagundes</i>	
<i>Sarah Tavares Corrêa Cunha</i>	

4.1.	Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia	97
4.2.	Evolução da Cesta Básica de Alimentos, das Horas Trabalhadas e do Salário Mínimo Necessário em Uberlândia	110
5.	Arrecadação Tributária Própria e as Especificidades do ISS como o Principal Imposto do Município de Uberlândia	117
	<i>Rick Humberto Naves Galdino</i>	
5.1.	A Importância do ISS para o Município de Uberlândia	119
5.2.	Desempenho do ISS no período de Julho de 2014 a Junho de 2017	123
5.2.1.	Arrecadação por Modalidade	125
5.3.	Fundamentação Jurídica do ISS	127
5.3.1.	Modalidade de Arrecadação do ISS	129
5.3.2.	Legislação do ISS em Uberlândia	131
5.4.	Considerações Finais	135

APRESENTAÇÃO

O Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais da Universidade Federal de Uberlândia - CEPES/IE-UFU, por meio de seu corpo técnico, apresenta a sétima edição do Painel de Informações Municipais - 2017, em comemoração aos 129 anos do município de Uberlândia.

Este trabalho é parte do resultado das pesquisas primárias e secundárias realizadas por este Centro de Pesquisa, por meio das quais se consolidou uma base de informações municipais e regionais que permitem a desagregação dos dados apresentados nas seções deste painel.

A análise desses dados tem por objetivo contribuir para ampliar o conhecimento do município de Uberlândia-MG no que se refere às variáveis socioeconômicas aqui selecionadas, buscando subsidiar estudos, projetos e ações por parte de instituições acadêmicas, órgãos públicos, empresas, pesquisadores, profissionais de diversas áreas e estudantes.

As informações estão organizadas em cinco seções: 1. Uberlândia-MG: Polo de atração migratória; 2. Análise da Estrutura Produtiva do Município de Uberlândia; 3. A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal em Uberlândia (2001, 2010 a 2015); 4. Indicadores CEPES/IERI no Período de 2011 a 2016, e 5. Finanças Municipais, ressaltando-se que não são apresentadas, aqui, análises ou notas metodológicas exaustivas, dado o caráter de organização em forma de Painel.

Na seção intitulada **Uberlândia-MG: Polo regional de atração migratória**, demonstra-se que a migração de pessoas permanece como um importante processo demográfico e manteve Uberlândia com o *status* de polo regional de atração populacional. São apresentados os ganhos líquidos de população, considerados os quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010; os índices de eficácia migratória; a estrutura familiar da migração; as interações migratórias intermunicipais e o impacto, em termos de volume e diferença migratória líquida no crescimento de Uberlândia, entre os anos 2001 e 2010, quando o mesmo passa a ocupar a posição de segunda maior população municipal do Estado de Minas Gerais.

A segunda seção, **Análise da Estrutura Produtiva do Município de Uberlândia**, é composta por três subseções. Na **primeira subseção**, são apresentados dados relacionados à produção municipal, como o Produto Interno Bruto (PIB), o Valor Adicionado Bruto (VAB), a

Produção Agrícola municipal (PAM), e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), todos com o objetivo de corroborar para a apreensão da estrutura produtiva do município de Uberlândia. As informações são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o recorte temporal varia com a disponibilidade dos dados e adequações metodológicas, ressaltando-se que nenhum dado antecede os anos 2000. Buscou-se promover uma articulação entre esses dados, ao longo da análise, apresentando a integração entre o crescimento do produto e as distintas dinâmicas setoriais. Daí a escolha pelos dados e informações mencionadas (VAB, PAM, PPM). **Na segunda subseção**, busca-se analisar a evolução do número de estabelecimentos formais no município de Uberlândia, nos anos 2000 a 2015, a partir das informações da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais -, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O nível de desagregação dos dados selecionados para este estudo permite conhecer a distribuição dos estabelecimentos por setor e por subsetores de atividade econômica, bem como o tamanho dos mesmos em número de empregados e, assim, identificar as variações ocorridas no quantitativo de empregadores formais nos últimos dezesseis anos. **Na terceira subseção** é apresentado um panorama do Comércio Internacional do município de Uberlândia a partir da base de dados Estatísticas de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC), nos anos de 2000 a 2016. Esses resultados registram o volume das negociações externas realizadas por Uberlândia, bem como sua participação na balança comercial do estado de Minas Gerais. Quanto às exportações de Uberlândia, observa-se que predomina *commodities* agrícolas cuja demanda mundial insere este município em mercados globalizados. Já no que tange às importações überlandenses verifica-se uma pauta de produtos bastante diversificada, variando de bens mais elaborados a produtos *in natura*, podendo denotar o grau de complexidade da economia deste município. A análise também se estende quanto à evolução do número de empresas exportadoras e importadoras com domicílio fiscal em Uberlândia, e, ainda, quais são os países de destino das exportações e de origem das compras deste município, identificando as principais vias de escoamento e captação dos produtos comercializados no mercado internacional pelo município de Uberlândia.

A terceira seção, intitulada **A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal em Uberlândia (2001, 2010 a 2015)**, tem o objetivo de analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal no município de Uberlândia, comparando dados da atual década (2011-2015)¹ com a década anterior e, ao mesmo tempo, avaliar e comparar o comportamento de algumas variáveis do município com as do Estado e do País. Destaca-se também a participação e o comportamento do emprego na perspectiva setorial, por subsector de atividade, por tamanho de estabelecimento, por tipo de vínculo, buscando identificar as ocupações que mais empregam no âmbito do município. De outra parte, é analisado o perfil dos trabalhadores empregados que compõem o estoque de emprego formal, com vínculo ativo em 31/12, no que se refere ao grau de escolaridade, a faixa etária, sexo e quantidade de vínculos por faixa de remuneração, com o objetivo de quantificar e traçar uma caracterização dos trabalhadores formalmente empregados no município.

A quarta seção, **Indicadores CEPES/IERI no Período de 2011 a 2016**, apresenta, sucintamente, um resgate histórico dos indicadores desenvolvidos pelo Observatório de Preços do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES). Tais indicadores permitem compreender a realidade de manutenção de poder aquisitivo das famílias überlandenses, e vem sendo desenvolvido e divulgado mensalmente pelo CEPES desde o início da década de 1980. Assim, essa seção mostrará a evolução, para o período de 2011 a 2016, do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-CEPES), do custo da Cesta Básica de Alimentos para os cidadãos, do Tempo de Trabalho Necessário para a aquisição desta cesta e qual deveria ser o Salário Mínimo capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família em Uberlândia.

Por fim, a quinta seção, **Arrecadação Tributária Própria e as Especificidades do ISS como o Principal Imposto do Município de Uberlândia**, se dedica a apresentar a evolução recente da principal conta de Receita Tributária do município e as especificidades deste tributo, qual seja o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ou simplesmente ISS, inaugurando uma série de análises dos principais determinantes das contas de receitas e despesas orçamentárias, que visa mapear tanto a origem quanto a destinação dos recursos públicos como forma de compreender e acompanhar a trajetória desses recursos ao longo dos diversos caminhos. O ISS se mostra como a principal fonte de recursos próprios do município, sendo

¹ Para informações municipais de anos anteriores ver os demais Painéis de Informações Municipais de Uberlândia disponíveis no site do CEPES/IERI: www.ie.ufu.br/Cepes.

responsável por 53% da receita tributária municipal nos últimos 12 meses (até junho de 2017). Importância esta mantida e reafirmada desde a edição em 2003 da Lei Complementar Federal Nº116, de 31 de Julho de 2003, que regulamenta e atualiza a lista de serviços sobre os quais incidem o devido imposto.

Isto posto, cabe informar que os economistas, autores da elaboração deste painel, são citados nas respectivas seções de sua responsabilidade, o que facilitará, *a posteriori*, o contato com os mesmos àqueles interessados em maior detalhamento das informações.

Ester William Ferreira
Marlene Marins de Camargos Borges
Rick Humberto Naves Galdino

Migração



1. Uberlândia-MG: Polo regional de atração migratória

Luiz Bertolucci Jr.¹

A migração de pessoas permanece como um importante processo demográfico na constituição da população uberländense. Desde a primeira versão do Painel de Informações Municipais de Uberlândia-MG (CEPES, 2003)² verificou-se que os movimentos migratórios experimentados por Uberlândia o configurou como um município de porte populacional médio e com dinâmica socioeconômica que lhe facilita a posição de polo com centralidade regional, inclusive consolidando-o como núcleo de uma Região Intermediária de Desenvolvimento, composta por 24 municípios (IBGE, 2017)³.

Uberlândia tem apresentado crescimento populacional acima da média do Estado de Minas Gerais, bem como da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na qual está inserido (BERTOLUCCI, 2017)⁴, e o resultado líquido da migração (saldos migratórios quinquenais), bem como as diferenças geradas pelas trocas migratórias, observadas na década de 2000, contribuíram, em conjunto com as demais componentes demográficas, para que o município se tornasse o segundo mais populoso de Minas Gerais. Nas subseções seguintes as informações censitárias detalham os movimentos migratórios experimentados pelo município em foco, nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, bem como os observados na década de 2000.

¹ Economista pelo IERI/UFU e Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

² CEPES, 2003. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais. **Uberlândia: Painel de Informações Municipais**. Uberlândia, 2003. 45p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/cepes>

³ IBGE, 2017. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

⁴ BERTOLUCCI, Luiz. **Análise Demográfica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP**. In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 1, maio 2017. 48 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

1.1 - Migração em Uberlândia nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010⁵

Apesar de apresentar um ritmo menor de crescimento populacional na última década (TC 1,88% a.a.), se consideradas as taxas de crescimento anual (TC) observadas entre as décadas de 1970 (TC 6,69% a.a.) e 1990 (TC 3,56% a.a.), o município de Uberlândia contou com uma dinâmica migratória positiva em relação ao restante do Brasil, contabilizando um saldo migratório (SMi) de aproximadamente 23 mil migrantes no quinquênio 2005-2010 (Tabela 1). Esse resultado é inferior ao registrado no quinquênio 1995-2000, quando o município apresentou resultado líquido da migração (SMi) de 31,5 mil migrantes (Tabela 1). Apesar de queda absoluta no SMi, observa-se que a interação migratória possibilitou ganhos líquidos de população para Uberlândia em relação às demais regiões brasileiras.

Quando se relaciona o SMi com o total da população observada no final do período, pode-se estimar as Taxas Líquidas de Migração (TLM), que mostram uma contribuição de aproximadamente 4% do resultado líquido da migração no crescimento da população residente no município, no ano de 2010, estimativa esta menor que a verificada no ano de 2000, quando Uberlândia apresentou uma TLM de 6,2%. Assim, com TLM positivas e persistentes nos dois quinquênios estudados, pode-se considerar Uberlândia como uma área de atração populacional em relação ao restante do País.

O Índice de Eficácia Migratória⁶ (IEM) mostra que o saldo migratório favorável a Uberlândia, no quinquênio 2005-2010, gerou um valor de 0,26 de eficácia migratória, ou seja, a dinâmica socioeconômica do município de Uberlândia é eficaz na retenção de parte dos migrantes que passa pelo mesmo. No entanto, como este IEM foi inferior ao apresentado no quinquênio 1995-2000, valor de 0,35, e na possibilidade de manutenção da dinâmica migratória observada na década de 2000, infere-se que poderá ocorrer uma convergência entre o número de imigrantes ou emigrantes nas próximas décadas.

⁵Esta subseção busca avaliar a contribuição dos fluxos migratórios de curto prazo, realizados nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, para o estoque da população censitada no final do período. Obtém-se os resultados pela diferença entre o número de imigrantes e emigrantes de data fixa, ou seja, o migrante com cinco anos ou mais de idade, que declarou, por ocasião da entrevista no Censo Demográfico, residir, a exatos cinco anos atrás, em outro município.

⁶O Índice de Eficácia Migratória (IEM) sintetiza quanto o número de imigrantes se aproxima do número de emigrantes. Para mensurá-lo divide-se o saldo migratório, no caso as trocas líquidas de data fixa (quinquenal), pelo volume da migração (imigrantes mais emigrantes). Quanto maior o número de imigrante mais o IEM se aproxima de 1,0 e, quanto maior o número de emigrante, mais próximo o IEM estará de -1,0.

Tabela 1 - Uberlândia: Variáveis selecionadas para o estudo da migração, nos anos censitários de 2000 e 2010

Variáveis selecionadas	Quinquênio 1995-2000	Quinquênio 2005-2010
Saldo Migratório, TLM e IEM		
Imigrantes	61.102	55.659
Emigrantes	29.607	32.830
Saldo Migratório	31.495	22.829
Taxa líquida de Migração - TLM (%)	6,28	3,78
Índice de Eficácia Migratória(IEM)	0,35	0,26
Estrutura domiciliar da imigração (%)		
Responsável sozinho	2,81	5,02
Responsável e cônjuge	4,97	7,37
Domicílio todo imigrante	46,61	41,79
Domicílio com não migrante	45,61	45,82
Total	100	100
Relação de parentesco com o responsável		
Pessoas que imigraram com todo o domicílio (%)		
Responsável	26,70	28,91
Cônjuge	17,05	14,70
Filho ou enteado	46,30	33,49
Pai/mãe, sogro/sogra	0,79	2,25
Outros membros	9,16	20,66
Total	100	100
Relação de parentesco com o responsável - Pessoas que imigraram para domicílio com não-migrante (%)		
Responsável	28,71	26,07
Cônjuge	27,70	24,16
Filho ou enteado	24,77	22,73
Pai/mãe, sogro/sogra	1,82	2,89
Outros membros	17,00	24,16
Total	100	100
Momento da imigração das pessoas com última etapa migratória, em outro município brasileiro, em relação ao responsável pelo domicílio(%)		
Responsável	22,19	21,76
Imigrantes que chegaram antes	3,37	2,81
Imigrantes que chegaram junto	16,61	13,84
Imigrantes que chegaram depois	6,84	6,44
Imigrantes em domicílio com responsável não-migrante	3,85	4,30
Não-migrantes	47,15	50,86
Total	100	100
População residente	501.214	604.013

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Relevante considerar nos estudos de migração a estrutura domiciliar⁷ da imigração, ou seja, das pessoas que fixaram residência em Uberlândia. Para tanto foram definidas quatro

⁷ Em toda a análise, nesta seção, o domicílio funciona como proxy da migração familiar.

variáveis, expostas na Tabela 1, e comentadas a seguir: Estrutura domiciliar da imigração; Relação de parentesco com o responsável pelo domicílio ou família – pessoas que imigraram com todo o domicílio e outra variável de pessoas que imigraram para domicílio com não-migrante, e a variável Momento da imigração das pessoas com última etapa migratória, em outro município brasileiro, em relação ao responsável pelo domicílio.

A variável *Estrutura Domiciliar da Imigração*, nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, possibilita verificar a situação domiciliar do imigrante de data fixa em Uberlândia, ao final do período. As limitações dessa variável são discutidas em Bertolucci (2013)⁸.

Os resultados mostram que a maioria dos imigrantes que fixaram residência no quinquênio 1995-2000 realizou o movimento migratório com toda a família: 52% do total (inclui Responsável e Cônjuge com 5% e Domicilio todo migrante com 47%); ou constituíram um domicílio com pelo menos um membro não-migrante, 46%. Estas proporções se alteram, ligeiramente, no período seguinte (quinquênio 2005-2010), em que imigrantes em domicílios com não-migrantes mantêm a participação relativa de 46% do total, enquanto os imigrantes que chegaram com todo o domicílio apresentaram proporção menor, porém, ainda significativa, de 49% do total (Tabela 1).

A estrutura domiciliar da imigração confirma, portanto, que os imigrantes em Uberlândia chegam, em grande parte, acompanhados da família. Porém, podem constituir domicílios mistos compostos por migrantes e não-migrantes, indicando que, nesta última situação, possa estar ocorrendo um rearranjo familiar, agregando-se outro membro da família com possibilidade de configurar-se uma família estendida (casal, filhos e outros parentes). Quando avaliada a variável *Pessoas que Imigraram com todo o Domicílio* nos quinquênios, construída a partir da relação de parentesco entre os imigrantes, identifica-se elevada proporção de filhos (46%) na composição da família migrante em relação à proporção de responsáveis pelo domicílio (27%) e cônjuges (17%), no quinquênio 1995-2000. Essa distribuição se mantém para o quinquênio seguinte, 2005-2010, reduzindo-se, porém, a proporção de filhos (33%) em relação ao período anterior, com aumento da proporção de outros parentes (21%). Para os imigrantes que migraram com toda a família é mantida a prevalência de filhos e pais, em ambos os quinquênios. No entanto, a

⁸BERTOLUCCI, Luiz. Pessoas com deficiência: uma avaliação de migrantes e não-migrantes no município de Uberlândia, Minas Gerais, nas décadas de 1990 e 2000. 315 f. Tese (Doutorado em Demografia) — CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://cedeplar.ufmg.br/teses-e-dissertacoes/demografia/teses/category/97-2013>

proporção de outros membros na família em 2010 supera a proporção de cônjuges, indicando o aumento da migração de famílias estendidas no último quinquênio da década (Tabela 1).

Já a variável *Pessoas que Imigraram para Domicílio com Não-migrante*, também construída levando-se em conta a relação de parentesco em relação ao responsável pelo domicílio, sugere proporções próximas aos imigrantes na posição de responsável, cônjuge ou filho, em ambos os quinquênios, com crescimento da proporção de outros membros. Essa, que inclui pai/mãe, sogro/sogra e outros parentes (membros) do responsável, no quinquênio 2005-2010, torna-se próxima das proporções de responsável, cônjuge e superior à proporção de filhos. Pode-se, assim, sugerir para aqueles imigrantes em domicílio com não-migrante, que, desde o quinquênio 1995-2000, apesar da prevalência da família nuclear, aumenta a participação da família estendida, na qual, além dos pais e filhos, agregam-se outros membros migrantes.

Por último, a variável *Momento da Migração das Pessoas com Última Etapa Migratória*⁹ permitiu constatar que a maioria das famílias de migrantes chegou juntas a Uberlândia. Os resultados dessa variável, especificamente, sugerem que, ao migrarem em família, os imigrantes, de maneira geral, visam, com esta estratégia, ter uma oportunidade de inserção socioeconômica e de inclusão para todos do grupo familiar.

Verificou-se, com os resultados das estimativas diretas, que Uberlândia não somente atuou como área de atração populacional, mas também funcionou como região de passagem para expressivo volume de migrantes, aproximadamente 90 mil nos quinquênios analisados, sendo que boa parte deles fixou residência no município (Tabela 1). Essa movimentação de pessoas se deve à sua característica de município-polo, influenciando ampla região de seu entorno. Cria, por essa influência, áreas de emigração nas regiões próximas, incentivando a imigração acompanhada das famílias para sua área urbana, o que configurou em 2000, mais da metade da população überlandense composta por pessoas não-naturais do município (52,8%) em relação aos naturais e não-migrantes (47,2%), participação esta que praticamente igualou, em 2010, a

⁹Como informação complementar à migração de curto prazo definiu-se a variável Momento da Imigração das Pessoas com Última Etapa Migratória em outro município brasileiro, em relação ao responsável pelo domicílio (detalhes da construção da variável em BERTOLUCCI, 2013). Essa variável permite captar como se deu o último movimento migratório, em qualquer momento do ciclo de vida do imigrante, ainda que tenha ocorrido em década anterior à do Censo, tendo-se em conta a relação familiar a partir do chefe da família. Como essa informação também se refere ao momento da imigração, porém num conceito demográfico (última etapa migratória) diferente do utilizado para as demais variáveis (data fixa), seu resultado permite verificar se os movimentos migratórios, inclusive aqueles de longo prazo, ocorreram em família ou se os imigrantes apresentaram diferentes padrões quanto ao momento da imigração em relação ao chefe.

proporção de naturais (não-migrantes) e não-naturais (migrantes), quando a população de naturais representou 50,9% dos 604 mil residentes (Tabela 1).

Tabela 2 - Uberlândia: Residentes em 2000, por Município e UF de residência em 31/07/1995 (Imigrantes de Data Fixa)

Vinte Municípios de origem de migrantes com maior participação relativa	Número de Imigrantes	%
Ituiutaba - MG	3.595	5,88
São Paulo - SP	3.219	5,27
Itumbiara - GO	1.925	3,15
Araguari - MG	1.660	2,72
Goiânia - GO	1.619	2,65
Belo Horizonte - MG	1.601	2,62
Uberaba - MG	1.200	1,96
Patos de Minas - MG	1.159	1,90
Brasília - DF	1.105	1,81
Tupaciguara - MG	1.104	1,81
Capinópolis - MG	877	1,44
Monte Carmelo - MG	839	1,37
Campina Verde - MG	814	1,33
Monte Alegre de Minas - MG	731	1,20
Goiatuba - GO	703	1,15
Santa Vitória - MG	699	1,14
Patrocínio - MG	694	1,14
João Pinheiro - MG	692	1,13
Centralina - MG	639	1,05
Montes Claros - MG	639	1,05
Demais municípios por Unidade da Federação		
MINAS GERAIS	13.136	21,50
GOIÁS	6.483	10,61
SÃO PAULO	5.114	8,37
BAHIA	1.701	2,78
MATO GROSSO	1.561	2,55
PARANÁ	1.220	2,00
PARÁ	812	1,33
RIO GRANDE DO NORTE	757	1,24
MARANHÃO	613	1,00
RIO DE JANEIRO	556	0,91
TOCANTINS	543	0,89
RONDÔNIA	518	0,85
PERNAMBUCO	405	0,66
SANTA CATARINA	339	0,55
CEARÁ	317	0,52
MATO GROSSO DO SUL	304	0,50
RIO GRANDE DO SUL	303	0,50
ALAGOAS	247	0,40
ESPÍRITO SANTO	175	0,29
PIAUÍ	166	0,27
PARAÍBA	161	0,26
AMAZONAS	76	0,12
ACRE	45	0,07
SERGIPE	36	0,06
Total	61.102	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Quanto ao padrão da migração por município de origem dos imigrantes, exposto na Tabela 2, nota-se que Uberlândia recebeu, no quinquênio 1995-2000, maior número de

imigrantes vindos de municípios de Minas Gerais, prioritariamente aqueles sob sua região de influência (Ituiutaba, Araguari, Uberaba, Patos de Minas, Tupaciguara, Capinópolis, Monte Carmelo, Campina Verde e outros), mas também absorveu expressivo número de migrantes vindos de municípios das capitais com as quais ocorre maior articulação econômica e política: São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília (Tabela 2).

Tabela 3 - Uberlândia: Residentes em 2010, por Município e UF de residência em 31/07/2005 (Imigrantes de Data Fixa).

Vinte Municípios de origem de migrantes com maior participação relativa	Número de Imigrantes	%
São Paulo - SP	2.411	4,33
Ituiutaba - MG	2.342	4,21
Belo Horizonte - MG	1.777	3,19
Araguari - MG	1.523	2,74
Uberaba - MG	1.449	2,60
Patos de Minas - MG	1.367	2,46
Brasília - DF	1.175	2,11
Patrocínio - MG	1.123	2,02
Goiânia - GO	1.091	1,96
Montes Claros - MG	1.077	1,93
Monte Carmelo - MG	1.027	1,85
Itumbiara - GO	963	1,73
Pirapora - MG	947	1,70
Campina Verde - MG	827	1,49
Tupaciguara - MG	747	1,34
Prata - MG	653	1,17
Janaúba - MG	639	1,15
Ribeirão Preto - SP	586	1,05
Indianópolis - MG	558	1,00
Fortaleza - CE	537	0,96
Demais municípios por Unidade da Federação		
MINAS GERAIS	12.881	23,14
GOIÁS	5.400	9,70
SÃO PAULO	3.753	6,74
BAHIA	2.277	4,09
PARÁ	985	1,77
MARANHÃO	941	1,69
RIO DE JANEIRO	921	1,65
PARANÁ	738	1,33
MATO GROSSO	725	1,30
PERNAMBUCO	628	1,13
RIO GRANDE DO NORTE	539	0,97
PARAÍBA	414	0,74
CEARÁ	407	0,73
TOCANTINS	389	0,70
PIAUÍ	295	0,53
MATO GROSSO DO SUL	274	0,49
ALAGOAS	272	0,49
SANTA CATARINA	249	0,45
RORAIMA	187	0,34
RIO GRANDE DO SUL	183	0,33
RONDÔNIA	107	0,19
ESPIRITO SANTO	92	0,17
SERGIPE	68	0,12
ACRE	63	0,11
AMAZONAS	52	0,09
Total	55.659	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No quinquênio 2005-2010, Uberlândia recebeu maior número de imigrantes dos municípios de São Paulo, Ituiutaba, Belo Horizonte, Araguari, Uberaba, Patos de Minas, Brasília, Patrocínio e Goiânia, respectivamente, entre outros (Tabela 3). Com o Município de São Paulo ocupando a primeira posição no total de imigrantes para Uberlândia, no quinquênio 2005-2010, e mantidas as contribuições dos demais municípios de capitais - Belo Horizonte, Brasília e Goiânia - acredita-se que parte significativa destes imigrantes seja de retornados, enquanto aqueles com origem nos municípios localizados na região de influência de Uberlândia - Ituiutaba, Araguari, Patos de Minas e outros - são migrantes que provavelmente nasceram ou fizeram uma etapa migratória, nestes municípios de porte médio, antes de imigrarem para o município em análise.

O padrão da migração por município de destino, considerando os vinte municípios que mais receberam migrantes com origem em Uberlândia, mostra que, para ambos os quinquênios em análise, conforme apresentam as Tabelas 4 e 5, os municípios de Goiânia, Uberaba, Brasília, Belo Horizonte, Araguari, Ituiutaba, São Paulo, Patos de Minas, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Itumbiara, entre outros, aparecem como aqueles com maior fluxo de emigrantes, confirmando, de igual modo, que a interação de Uberlândia com os demais municípios brasileiros, seja pela imigração ou pela emigração, acontece em maior intensidade com os municípios de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, respectivamente.

Quanto ao resultado líquido das trocas migratórias intermunicipais, a Tabela 6 destaca os vinte maiores saldos migratórios positivos e negativos, em 2000 (quinquênio 1995-2000) e 2010 (quinquênio 2005-2010), mostrando que Uberlândia tem expressivos ganhos líquido de população em relação aos municípios que, tradicionalmente, tem forte interação migratória: São Paulo, Ituiutaba, Itumbiara, Araguari, Patrocínio, Patos de Minas, Belo Horizonte. No quinquênio mais recente da análise, Uberlândia incluiu no rol dos 20 municípios com maior saldo migratório positivo aqueles localizados em regiões mais distantes, como: Fortaleza - CE e Vitória da Conquista - BA. De igual maneira, a Tabela 6 mostra que os vinte maiores saldos migratórios negativos para Uberlândia são números bem menores que aqueles observados nos resultados positivos, e que, se no quinquênio 1995-2000, Uberlândia mostrou saldos negativos para alguns municípios de seu entorno (Cascalho Rico, Santa Juliana, p.ex.) e, em maioria, para municípios pertencentes às regiões do entorno de grandes centros urbanos como Goiânia (Aparecida de Goiânia), Belo Horizonte (Divinópolis, Contagem), Brasília (Novo Gama, Águas

Lindas de Goiás, Luziânia, Valparaíso de Goiás), no quinquênio 2005-2000, os vinte maiores saldos migratórios negativos vão incluir não somente os municípios do entorno de grandes centros urbanos, mas os próprios municípios das capitais: Curitiba, Brasília, Palmas, Porto Velho e Goiânia.

Tabela 4 - Uberlândia: Residentes em 31/07/1995, por Município e UF de residência em 31/07/2000 (Emigrantes de Data Fixa)

Vinte Municípios de destino de migrantes com maior participação relativa	Número de Emigrantes	%
Goiânia - GO	1.321	4,46
Uberaba - MG	1.212	4,09
Brasília - DF	1.167	3,94
Belo Horizonte - MG	1.094	3,70
Araguari - MG	784	2,65
Ituiutaba - MG	740	2,50
São Paulo - SP	725	2,45
Patos de Minas - MG	561	1,89
Monte Alegre de Minas - MG	413	1,39
Tupaciguara - MG	401	1,35
Catalão - GO	391	1,32
Monte Carmelo - MG	381	1,29
Cuiabá - MT	356	1,20
Patrocínio - MG	347	1,17
Ribeirão Preto - SP	345	1,17
Quirinópolis - GO	335	1,13
Itumbiara - GO	314	1,06
Campinas - SP	313	1,06
Valparaíso de Goiás - GO	313	1,06
São Gotardo - MG	297	1,00
Demais municípios por Unidade da Federação		
MNOS GERAIS	6.432	21,72
GOIÁS	3.141	10,61
SÃO PAULO	2.221	7,50
MATO GROSSO	842	2,84
TOCANTINS	714	2,41
PARANÁ	688	2,32
BAHIA	436	1,47
RIO GRANDE DO NORTE	378	1,28
PARÁ	372	1,26
RIO DE JANEIRO	324	1,09
RONDÔNIA	303	1,02
MATO GROSSO DO SUL	256	0,86
PIAÚI	246	0,83
ESPÍRITO SANTO	238	0,80
CEARÁ	227	0,77
SANTA CATARINA	209	0,71
PERNAMBUCO	202	0,68
RIO GRANDE DO SUL	154	0,52
MARANHÃO	119	0,40
AMAZONAS	117	0,40
PARAÍBA	68	0,23
AMAPÁ	39	0,13
SERGIPE	28	0,09
ACRE	20	0,07
ALAGOAS	12	0,04
RORAIMA	11	0,04
Total	29.607	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela 5 - Uberlândia: Residentes em 31/07/2005, por Município e UF de residência em 31/07/2010 (Emigrantes de Data Fixa)

Vinte Municípios de destino de migrantes com maior participação relativa	Número de Emigrantes	%
Ituiutaba - MG	1.334	4,06
Brasília - DF	1.334	4,06
Uberaba - MG	1.203	3,66
Goiânia - GO	1.167	3,55
Belo Horizonte - MG	1.114	3,39
Araguari - MG	1.001	3,05
Tupaciguara - MG	874	2,66
Itumbiara - GO	742	2,26
São Paulo - SP	699	2,13
Monte Alegre de Minas - MG	681	2,07
Ribeirão Preto - SP	644	1,96
Patos de Minas - MG	596	1,82
Monte Carmelo - MG	470	1,43
Prata - MG	431	1,31
Catalão - GO	430	1,31
Quirinópolis - GO	419	1,28
São José do Rio Preto - SP	389	1,18
Rio de Janeiro - RJ	386	1,18
Araxá - MG	381	1,16
Rio Verde - GO	298	0,91
Demais municípios por Unidade da Federação		
MINAS GERAIS	6.482	19,74
GOIÁS	3.320	10,11
SÃO PAULO	2.564	7,81
PARANÁ	832	2,53
MATO GROSSO	666	2,03
BAHIA	499	1,52
PARÁ	403	1,23
CEARÁ	391	1,19
TOCANTINS	354	1,08
RIO GRANDE DO NORTE	322	0,98
SANTA CATARINA	298	0,91
MARANHÃO	283	0,86
RIO GRANDE DO SUL	275	0,84
MATO GROSSO DO SUL	259	0,79
PERNAMBUCO	223	0,68
RIO DE JANEIRO	192	0,58
RONDÔNIA	185	0,56
ESPÍRITO SANTO	183	0,56
PARAÍBA	151	0,46
ALAGOAS	113	0,34
AMAZONAS	106	0,32
ACRE	41	0,12
SERGIPE	32	0,10
PIAUÍ	28	0,09
AMAPÁ	25	0,08
RORAIMA	10	0,03
Total	32.830	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela 6 - Uberlândia: Vinte maiores saldos migratórios positivos e negativos em relação aos demais municípios brasileiros em 2000 e 2010.

Vinte maiores saldos migratórios positivos	Saldo Migratório 2000	Vinte maiores saldos migratórios positivos	Saldo Migratório 2010
Ituiutaba - MG	2.855	São Paulo - SP	1.712
São Paulo - SP	2.494	Ituiutaba - MG	1.008
Itumbiara - GO	1.611	Montes Claros - MG	853
Araguari - MG	876	Patrocínio - MG	833
Capinópolis - MG	774	Patos de Minas - MG	771
Tupaciguara - MG	703	Pirapora - MG	764
João Pinheiro - MG	605	Belo Horizonte - MG	663
Patos de Minas - MG	598	Campina Verde - MG	634
Campina Verde - MG	546	Janaúba - MG	601
Centralina - MG	533	Monte Carmelo - MG	557
Belo Horizonte - MG	507	Araguari - MG	522
Vazante - MG	503	Fortaleza - CE	405
Montes Claros - MG	496	Indianópolis - MG	403
Santa Vitória - MG	496	Coromandel - MG	364
Goiatuba - GO	486	Vitória da Conquista - BA	331
Monte Carmelo - MG	458	Jataí - GO	316
Umaí - MG	373	Bonfinópolis de Minas - MG	295
Patrocínio - MG	347	Capinópolis - MG	293
Pirapora - MG	333	Buritizeiro - MG	292
Rio Verde - GO	322	Salinas - MG	291
Vinte maiores saldos migratórios negativos	Saldo Migratório 2000	Vinte maiores saldos migratórios negativos	Saldo Migratório 2010
Cascalho Rico - MG	-63	Goiânia - GO	-76
Aparecida de Goiânia - GO	-65	Santo André - SP	-79
Piripiri - PI	-66	Fernandópolis - SP	-81
Ivaiporã - PR	-67	Jaboatão dos Guararapes - PE	-82
Manaus - AM	-67	Luis Eduardo Magalhães - BA	-82
São José do Rio Preto - SP	-69	Contagem - MG	-91
Corumbá - GO	-77	Porto Velho - RD	-93
Araguaína - TO	-77	Foz do Iguaçu - PR	-97
Viçosa - MG	-82	Sorocaba - SP	-115
Novo Gama - GO	-85	Palmas - TO	-119
Barreiras - BA	-89	Catalão - GO	-122
Santa Juliana - MG	-90	Tupaciguara - MG	-127
São Gotardo - MG	-90	Nova Ponte - MG	-142
Divinópolis - MG	-112	Aparecida de Goiânia - GO	-158
Contagem - MG	-119	Brasília - DF	-159
Iracema do Tocantins - TO	-119	Jundiaí - SP	-170
Águas Lindas de Goiás - GO	-121	Curitiba - PR	-225
Palmas - TO	-129	São José do Rio Preto - SP	-229
Luziânia - GO	-155	Quirinópolis - GO	-336
Valparaíso de Goiás - GO	-313	Monte Alegre de Minas - MG	-398

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Conforme já mencionado, a cidade de Uberlândia atua como núcleo de uma Região Geográfica Intermediária¹⁰ (RGI), composta por 24 municípios: Abadia dos Dourados, Araguari,

¹⁰ As Regiões Geográficas Intermediárias(RGI) correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, delimitou-se as Regiões Geográficas

Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiaçu, Iraí de Minas, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Prata, Romaria, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia (IBGE, 2017). Considerando esta polaridade, faz-se, a seguir, uma breve descrição da migração de data fixa, observada no último quinquênio de cada década em estudo, entre a RGI de Uberlândia e as demais RGI brasileiras.

A Tabela 7 mostra que, no quinquênio 1995-2000, a maior parte dos imigrantes, que fixaram residência no município de Uberlândia, teve como origem a própria RGI Uberlândia (21,8%), vindo, a seguir, as importantes contribuições de imigrantes com origem nas RGI de Patos de Minas (9,7%), São Paulo (7,5%), Itumbiara (5,7%), Uberaba (5,5%), Goiânia (5,5%) e as demais com menor participação relativa.

Quanto aos emigrantes do município de Uberlândia, a Tabela 7 mostra que a maior parte dos mesmos buscou como destino os municípios da própria RGI Uberlândia (7,4%), enquanto que, com menor participação relativa, se direcionaram para as RGI de Uberaba (4,0%), Patos de Minas (4,0%); Goiânia (3,9%); Belo Horizonte (2,5%), São Paulo (1,9%), Rio Verde (1,9%), entre outras.

A Tabela 8, por sua vez, mostra que, no quinquênio 2005-2010, ocorreu importante alteração no padrão por origem e destino dos migrantes relativos ao município de Uberlândia, se consideradas as Regiões Geográficas Intermediárias (RGI). Apesar da maior parte dos imigrantes, que fixaram residência no município de Uberlândia, manter como origem a própria RGI Uberlândia (18,0%), esta participação relativa decresceu em relação ao quinquênio anterior, e, em contrapartida, aumentaram as contribuições de imigrantes com origem nas RGI de Patos de Minas (11,0%), Montes Claros (8,9%), Uberaba (6,1%), com decréscimo das participações de São Paulo (5,6%), Itumbiara (4,8%) e Goiânia (4,0%), e as demais RGI mostram menor participação relativa.

Intermediárias com a inclusão de Metrópoles ou Capitais Regionais. As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. Foram definidas 133 RGI para o País (IBGE, 2017). A RGI Uberlândia é composta por três Regiões Geográficas Imediatas: Ituiutaba (6 municípios), Monte Carmelo (7 municípios) e Uberlândia (11 municípios). Essas regiões imediatas são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do INSS, entre outros.

Tabela 7 - Uberlândia: Migrantes por Regiões Geográficas Intermediárias de residência em 31/07/1995 (Imigrantes) e de destino em 2000 (Emigrantes).

Regiões Geográficas Intermediárias de origem dos imigrantes	Número de Imigrantes	%	Regiões Geográficas Intermediárias de destino dos emigrantes	Número de Emigrantes	%
Uberlândia	13.355	21,82	Uberlândia	4.551	7,44
Patos de Minas	5.926	9,68	Uberaba	2.466	4,03
São Paulo	4.609	7,53	Patos de Minas	2.442	3,99
Itumbiara	3.493	5,71	Goiânia	2.427	3,97
Uberaba	3.342	5,46	Belo Horizonte	1.566	2,56
Goiânia	3.337	5,45	São Paulo	1.220	1,99
Rio Verde	2.708	4,43	Rio Verde	1.213	1,98
Montes Claros	2.358	3,85	Distrito Federal	1.167	1,91
Belo Horizonte	2.306	3,77	Itumbiara	1.148	1,88
Ribeirão Preto	1.421	2,32	Luziânia - Águas Lindas de Goiás	759	1,24
Distrito Federal	1.105	1,81	Campinas	757	1,24
Divinópolis	835	1,36	Ribeirão Preto	652	1,07
Campinas	705	1,15	Divinópolis	528	0,86
Cuiabá	679	1,11	Cuiabá	519	0,85
Varginha	552	0,90	Palmas	386	0,63
Porangatu - Uruaçu	519	0,85	Rondonópolis	371	0,61
Rio de Janeiro	491	0,80	Rio de Janeiro	295	0,48
Natal	467	0,76	Montes Claros	277	0,45
Rondonópolis	405	0,66	São José do Rio Preto	274	0,45
Ipatinga	392	0,64	Juiz de Fora	250	0,41
Teófilo Otoni	387	0,63	Londrina	215	0,35
Porto Velho	372	0,61	Vitória	206	0,34
Imperatriz	345	0,56	São José dos Campos	197	0,32
Londrina	342	0,56	Cascavel	185	0,30
Luziânia - Águas Lindas de Goiás	340	0,56	Araguaína	181	0,30
Araraquara	308	0,50	Maringá	181	0,30
São José dos Campos	301	0,49	Caicó	179	0,29
Cascavel	289	0,47	Redenção	178	0,29
Feira de Santana	289	0,47	São Luís de Montes Belos - Iporá	174	0,28
Curitiba	266	0,43	Ji-Paraná	165	0,27
Demais Regiões Intermediárias	8.952	14,63	Demais Regiões Intermediárias	4.478	7,32
Total Imigrantes	61.196	100	Total Emigrantes	29.607	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Quanto aos emigrantes do município de Uberlândia, a Tabela 8 mostra que a maior parte dos mesmos buscou como destino os municípios da própria RGI Uberlândia (11,6%), e com menor participação relativa, se direcionaram para as RGI de Uberaba (4,9%), Goiânia (4,6%); Patos de Minas (3,4%); Belo Horizonte (3,1%), Itumbiara (2,9%), Rio Verde (2,5%), entre outras. A RGI de São Paulo praticamente manteve suas participações no número de emigrantes, em ambos os quinquênios: 1,99% (1995-2000) e 1,91% (2005-2010).

A título de informação adicional, importa considerar, com base nos resultados da migração quinquenal (data fixa), com queda no saldo migratório de uma década para outra, a ocorrência de uma mudança no padrão de interações migratórias do município em análise em relação aos demais municípios brasileiros, considerando-se o número de municípios de

emigração (destino) e de imigração (origem). Com base em tabulações especiais dos dados dos censos demográficos foi possível verificar que, no quinquênio 1995-2000, ocorreram interações emigratórias entre Uberlândia e 563 municípios de destino, contra interações imigratórias deste com 654 municípios de origem dos migrantes que nele fixaram residência. No quinquênio 2005-2010, com o aumento do número de emigrantes, ocorreu, de igual modo, aumento das interações emigratórias intermunicipais, quando Uberlândia passa a ceder população para 674 municípios brasileiros (191 são municípios mineiros), contra a recepção de população imigrante de 477 municípios (138 deles municípios de Minas Gerais). Infere-se, portanto, que esta maior dispersão de emigrantes, devido ao maior número de municípios de destino, possa indicar o retorno dos mesmos para seus municípios de nascimento.

Tabela 8 - Uberlândia: Migrantes por Regiões Geográficas Intermediárias de residência em 31/07/2005 (Imigrantes) e de destino em 2010 (Emigrantes).

Regiões Geográficas Intermediárias de origem dos imigrantes	Número de Imigrantes	%	Regiões Geográficas Intermediárias de destino dos emigrantes	Número de Emigrantes	%
Uberlândia	10.047	18,05	Uberlândia	6.430	11,55
Patos de Minas	6.156	11,06	Uberaba	2.761	4,96
Montes Claros	4.982	8,95	Goiânia	2.583	4,64
Uberaba	3.439	6,18	Patos de Minas	1.885	3,39
São Paulo	3.114	5,59	Belo Horizonte	1.732	3,11
Itumbiara	2.675	4,81	Itumbiara	1.619	2,91
Goiânia	2.247	4,04	Rio Verde	1.373	2,47
Belo Horizonte	2.133	3,83	Distrito Federal	1.334	2,40
Rio Verde	1.546	2,78	Ribeirão Preto	1.144	2,06
Ribeirão Preto	1.340	2,41	São Paulo	1.065	1,91
Distrito Federal	1.175	2,11	Campinas	792	1,42
Vitória da Conquista	882	1,58	Montes Claros	705	1,27
Campinas	755	1,36	São José do Rio Preto	603	1,08
Luziânia - Águas Lindas de Goiás	740	1,33	Rio de Janeiro	425	0,76
Rio de Janeiro	628	1,13	Luziânia - Águas Lindas de Goiás	407	0,73
Ipatinga	560	1,01	Curitiba	304	0,55
Fortaleza	552	0,99	Divinópolis	304	0,55
Feira de Santana	516	0,93	Varginha	283	0,51
Natal	414	0,74	Cascavel	242	0,43
São José do Rio Preto	388	0,70	Natal	212	0,38
Recife	358	0,64	Cuiabá	211	0,38
Araraquara	352	0,63	São Luís de Montes Belos - Iporá	210	0,38
Divinópolis	347	0,62	Palmas	209	0,38
Ilhéus - Itabuna	331	0,59	Campo Grande	194	0,35
Redenção	325	0,58	Marabá	194	0,35
Varginha	320	0,57	Sorocaba	187	0,34
Teófilo Otoni	317	0,57	Porangatu - Uruaçu	184	0,33
Cuiabá	305	0,55	São José dos Campos	181	0,33
Araçatuba	300	0,54	Vitória	167	0,30
Rondonópolis	293	0,53	Maringá	163	0,29
Demais Regiões Intermediárias	8.122	14,59	Demais Regiões Intermediárias	4.727	8,49
Total Imigrantes	55.659	100	Total Emigrantes	32.830	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

1.2 - Migração em Uberlândia na década de 2000

Esta subseção avalia a contribuição dos fluxos migratórios de longo prazo, realizados ao longo da década de 2000, para o estoque da população censitada no final do período. Obtêm-se os resultados pela diferença migratória entre o número de imigrantes e emigrantes de última etapa, ou seja, o migrante que declarou, por ocasião da entrevista no Censo Demográfico em 2010, ter efetuado pelo menos uma etapa migratória nos últimos dez anos.

Tabela 9 - Uberlândia: Migrantes por sexo, Município e UF de residência anterior e atual, na década 2000

Vinte Municípios de ORIGEM de Imigrantes com maior participação relativa	Homens	Mulheres	Total	% Total	Vinte Municípios de DESTINO de Emigrantes com maior participação relativa	Homens	Mulheres	Total	% Total
São Paulo - SP	2.980	2.522	5.502	5,33	Brasília - DF	1.868	1.965	3.833	6,28
Ituiutaba - MG	2.119	2.208	4.327	4,19	Goiânia - GO	1.218	1.065	2.283	3,74
Araguari - MG	1.186	1.720	2.906	2,81	Uberaba - MG	986	1.047	2.033	3,33
Belo Horizonte - MG	1.430	1.475	2.905	2,81	Ituiutaba - MG	873	1.068	1.941	3,18
Brasília - DF	1.085	1.416	2.501	2,42	Araguari - MG	919	961	1.880	3,08
Uberaba - MG	1.144	1.249	2.393	2,32	São Paulo - SP	733	1.036	1.769	2,90
Goiânia - GO	1.168	1.105	2.273	2,20	Belo Horizonte - MG	767	887	1.654	2,71
Patos de Minas - MG	1.043	1.221	2.264	2,19	Tupaciguara - MG	756	541	1.297	2,13
Monte Carmelo - MG	772	1.133	1.905	1,84	Itumbiara - GO	660	600	1.260	2,07
Itumbiara - GO	896	1.007	1.903	1,84	Ribeirão Preto - SP	460	563	1.023	1,68
Montes Claros - MG	1.001	805	1.806	1,75	Catalão - GO	484	537	1.021	1,67
Pirapora - MG	832	912	1.744	1,69	Prata - MG	487	522	1.009	1,65
Patrocínio - MG	706	926	1.632	1,58	Patos de Minas - MG	491	467	958	1,57
Tupaciguara - MG	639	833	1.472	1,43	Monte Alegre de Minas - MG	364	406	770	1,26
Campina Verde - MG	682	739	1.421	1,38	Monte Carmelo - MG	341	410	751	1,23
Prata - MG	401	735	1.136	1,10	Curitiba - PR	335	393	728	1,19
Monte Alegre de Minas - MG	439	642	1.081	1,05	Araxá - MG	358	311	669	1,10
Rio de Janeiro - RJ	494	428	922	0,89	Caldas Novas - GO	339	324	663	1,09
Ribeirão Preto - SP	642	269	911	0,88	Rio Verde - GO	270	325	595	0,98
Coromandel - MG	365	534	899	0,87	Patrocínio - MG	267	278	545	0,89
sub-total	20.024	21.879	41.903	40,58	sub-total	12.976	13.706	26.682	43,74
Demais municípios de origem por Unidade da Federação					Demais municípios de destino por Unidade da Federação				
MNÁS GERAIS	12.638	11.667	24.305	23,54	MNÁS GERAIS	5.854	6.080	11.934	19,56
GOIÁS	4.357	5.304	9.661	9,36	GOIÁS	3.124	2.858	5.982	9,81
SÃO PAULO	3.633	3.438	7.071	6,85	SÃO PAULO	2.348	2.655	5.003	8,20
BAHIA	2.316	2.032	4.348	4,21	MATO GROSSO	667	686	1.353	2,22
PARÁ	1.001	1.060	2.061	2,00	PARANÁ	444	509	953	1,56
PARANÁ	726	856	1.582	1,53	BAHIA	399	552	951	1,56
CEARÁ	737	559	1.296	1,26	PARÁ	547	374	921	1,51
PERNAMBUCO	632	622	1.254	1,21	RIO DE JANEIRO	437	404	841	1,38
RIO GRANDE DO NORTE	676	574	1.250	1,21	TOCANTINS	449	353	802	1,31
MARANHÃO	558	676	1.234	1,20	MATO GROSSO DO SUL	334	413	747	1,22
MATO GROSSO	645	470	1.115	1,08	RIO GRANDE DO NORTE	367	356	723	1,19
TOCANTINS	467	398	865	0,84	RIO GRANDE DO SUL	248	348	596	0,98
RIO GRANDE DO SUL	398	355	753	0,73	CEARÁ	346	244	590	0,97
PARAÍBA	299	430	729	0,71	MARANHÃO	298	158	456	0,75
SANTA CATARINA	376	288	664	0,64	SANTA CATARINA	215	187	402	0,66
RIO DE JANEIRO	310	242	552	0,53	PARAÍBA	188	189	377	0,62
MATO GROSSO DO SUL	237	281	518	0,50	ESPIRITO SANTO	156	189	345	0,57
PIAÚI	236	223	459	0,44	PERNAMBUCO	171	167	338	0,55
ALAGOAS	235	201	436	0,42	RONDÔNIA	146	168	314	0,51
RORAIMA	165	177	342	0,33	AMAZONAS	136	122	258	0,42
ESPIRITO SANTO	91	225	316	0,31	ALAGOAS	109	43	152	0,25
AMAZONAS	86	149	235	0,23	PIAÚI	66	58	124	0,20
ACRE	62	53	115	0,11	AMAPÁ	31	24	55	0,09
RONDÔNIA	54	45	99	0,10	SERGIPE	32	18	50	0,08
SERGIPE	42	29	71	0,07	ACRE	14	26	40	0,07
AMAPÁ	-	25	25	0,02	RORAIMA	-	10	10	0,02
Total	51.001	52.258	103.259	100	Total	30.102	30.897	60.999	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observa-se, conforme apresenta a Tabela 9, que foi intensa a migração de pessoas ao longo da década. Aproximadamente 164 mil migrantes realizaram pelo menos uma etapa migratória tendo o município de Uberlândia como destino ou como origem de outras etapas migratórias. Deste total, 103,2 mil imigrantes fixaram residência em Uberlândia, enquanto 60,9 mil emigraram para outros municípios brasileiros, o que resultou numa diferença migratória positiva de 42,3 mil pessoas, importante contribuição demográfica para o crescimento populacional do município (Tabela 12).

As mulheres apresentaram um contingente de migrante ligeiramente maior do que os homens, informação que confirma o exposto na Tabela 1, num contexto de crescente participação da mulher na posição de responsável pela família e no qual a migração ocorre com toda a família. No mesmo sentido, confirma o observado em recente estudo demográfico sobre a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (BERTOLUCCI, 2017) no qual se observou maior contingente de mulheres nos municípios com maior população e grau de urbanização.

Nota-se que a maior intensidade da imigração ocorreu entre os vinte municípios destacados, que, somados, participaram com 40,5% dos imigrantes que vieram para Uberlândia. São Paulo foi o município que mais forneceu imigrantes na década, participando com 5,3% do total, seguido por Ituiutaba (4,2%), Araguari (2,8%), Belo Horizonte (2,8%), Brasília (2,4%), Uberaba (2,3%), Goiânia (2,2%), Patos de Minas (2,2%), entre outros. Destaca-se que a imigração foi mais intensa entre o município em análise e os municípios pertencentes aos Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Bahia, Pará e o Distrito Federal.

Quanto à emigração, a Tabela 9 evidencia, de igual maneira, que os vinte municípios relacionados atuaram como destino de, aproximadamente, 44% dos emigrantes que deixaram Uberlândia, ao longo da década 2000. Brasília foi o destino preferencial dos emigrantes, com participação de 6,3% do total, seguido pelos municípios de Goiânia (3,7%), Uberaba (3,3%), Ituiutaba (3,1%), Araguari (3,0%), São Paulo (2,9%), Belo Horizonte (2,7%), entre outros. Num padrão similar, a emigração foi mais intensa entre o Município de Uberlândia e os demais municípios dos Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Distrito federal, aparecendo, no entanto, os Estados de Mato Grosso e Paraná como importantes destinos de emigrantes.

Tabela 10 - Uberlândia: Diferenças Migratórias em vinte municípios com maiores valores positivos e negativos, por sexo, na década de 2000.

Vinte maiores diferenças migratórias positivas	Homens	Vinte maiores diferenças migratórias positivas	Mulheres	Vinte maiores diferenças migratórias positivas	Total
São Paulo - SP	2.247	São Paulo - SP	1.486	São Paulo - SP	3.733
Ituiutaba - MG	1.246	Ituiutaba - MG	1.140	Ituiutaba - MG	2.386
Mbntes Claros - MG	785	Araguari - MG	759	Mbntes Claros - MG	1.456
Belo Horizonte - MG	663	Patos de Mnas - MG	754	Patos de Mnas - MG	1.306
Pirapora - MG	556	Mbnte Carmelo - MG	723	Pirapora - MG	1.268
Patos de Mnas - MG	552	Pirapora - MG	712	Belo Horizonte - MG	1.251
Janaúba - MG	515	Mbntes Claros - MG	671	Mbnte Carmelo - MG	1.154
Campina Verde - MG	510	Patrocínio - MG	648	Patrocínio - MG	1.087
Patrocínio - MG	439	Belo Horizonte - MG	588	Campina Verde - MG	1.055
Mbnte Carmelo - MG	431	Campina Verde - MG	545	Araguari - MG	1.026
Centralina - MG	296	Itumbiara - GO	407	Janaúba - MG	792
Araguari - MG	267	Coromandel - MG	396	Coromandel - MG	660
Coromandel - MG	264	Canápolis - MG	360	Itumbiara - GO	643
Rio de Janeiro - RJ	263	Tupaciguara - MG	292	Canápolis - MG	557
Buritizeiro - MG	243	Mbrinhos - GO	282	Rio de Janeiro - RJ	479
Capinópolis - MG	240	Janaúba - MG	277	Capinópolis - MG	451
Itumbiara - GO	236	Goiatuba - GO	240	Mbrinhos - GO	434
Jaíba - MG	229	Vazante - MG	238	Jaíba - MG	426
Frutal - MG	225	Mbnte Alegre de Mnas - MG	236	Belém - PA	408
Paracatu - MG	213	Belém - PA	230	Centralina - MG	397
Vinte maiores diferenças migratórias negativas	Homens	Vinte maiores diferenças migratórias negativas	Mulheres	Vinte maiores diferenças migratórias negativas	Total
São Desidério - BA	-55	Barra do Garças - MT	-58	Mguelópolis - SP	-93
Sorocaba - SP	-56	Fernandópolis - SP	-59	Pires do Rio - GO	-96
Sinop - MT	-58	Jundiaí - SP	-59	Porto Velho - AC	-96
Bom Jesus de Goiás - GO	-58	Divinópolis - MG	-61	Palmas - TO	-100
Aguas Lindas de Goiás - GO	-58	Passos - MG	-66	Buriti Alegre - GO	-108
Indaiatuba - SP	-59	Gouvelândia - GO	-67	Ribeirão Preto - SP	-112
Guarujá - SP	-60	São José do Rio Preto- SP	-72	Gouvelândia - GO	-114
Luziânia - GO	-67	Paranaíba - MS	-77	Paranaíba - MS	-123
Nova Ponte - MG	-75	Porto Velho - AC	-82	João Pessoa - PB	-137
Buriti Alegre - GO	-80	Palmas - TO	-91	Jundiaí - SP	-140
Jundiaí - SP	-81	Sorocaba - SP	-91	Quirinópolis - GO	-144
Prata - MG	-86	Nova Ponte - MG	-104	Sorocaba - SP	-147
João Pessoa - PB	-92	Guarujá - SP	-107	Caldas Novas - GO	-156
Quirinópolis - GO	-106	Mguelópolis - SP	-112	Porto Alegre - RS	-163
Aparecida de Goiânia - GO	-107	Aparecida de Goiânia - GO	-125	Guarujá - SP	-167
Tupaciguara - MG	-117	Porto Alegre - RS	-139	Nova Ponte - MG	-179
Catalão - GO	-130	Ribeirão Preto - SP	-294	Aparecida de Goiânia - GO	-232
Caldas Novas - GO	-176	Catalão - GO	-321	Catalão - GO	-451
Curitiba - PR	-225	Curitiba - PR	-331	Curitiba - PR	-556
Brasília - DF	-783	Brasília - DF	-549	Brasília - DF	-1.332

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Apesar de Uberlândia ter apresentado diferença migratória positiva, ao longo da década de 2000, com ganhos populacionais que contribuíram para manter sua taxa de crescimento anual (1,88%a.a.) superior à registrada para o Estado de Minas Gerais (0,91%a.a) e Brasil (1,17%a.a), conforme Bertolucci (2017), as trocas migratórias não foram homogêneas entre Uberlândia e os demais municípios brasileiros, conforme detalha a Tabela 10. Assim, em relação à maioria deles observaram-se ganhos populacionais devido à diferença migratória positiva. No entanto, para alguns municípios como Brasília-DF, Curitiba-PR e Catalão-GO, p. ex., Uberlândia cedeu mais

emigrantes que o número de imigrantes recebidos, o que resultou em perdas populacionais traduzidas em diferenças migratórias negativas: -1,3 mil; -0,6 mil e -0,5 mil, respectivamente.

Se consideradas as diferenças migratórias positivas, aquelas com ganho populacional para Uberlândia, notam-se expressivos valores em relação aos municípios de São Paulo (3,7 mil), Ituiutaba (2,4 mil), Montes Claros (1,5 mil), Patos de Minas (1,3 mil), Pirapora (1,3 mil), Belo Horizonte (1,3 mil), Monte Carmelo (1,2 mil), Patrocínio (1,1 mil), Campina Verde (1,1 mil), Araguari (1,0 mil), entre outros (Tabela 10).

Tabela 11 - Uberlândia: Imigrantes e Emigrantes por Região Geográfica Intermediária (RGI) e sexo, na década de 2000.

Regiões Geográficas Intermediárias de origem dos IMIGRANTES	Homens	Mulheres	Total	%	Regiões Geográficas Intermediárias de destino dos EMIGRANTES	Homens	Mulheres	Total	%
Uberlândia	8.679	10.506	19.185	18,58	Uberlândia	5.211	5.358	10.569	17,33
Patos de Minas	4.753	5.091	9.844	9,53	Goiânia	2.498	2.440	4.938	8,10
Montes Claros	4.267	3.626	7.893	7,64	Uberaba	2.293	2.611	4.904	8,04
São Paulo	3.624	3.098	6.722	6,51	Distrito Federal	1.868	1.965	3.833	6,28
Uberaba	3.207	3.282	6.489	6,28	Patos de Minas	1.782	1.939	3.721	6,10
Goiânia	2.465	2.280	4.745	4,60	Itumbiara	1.756	1.363	3.119	5,11
Itumbiara	1.947	2.504	4.451	4,31	São Paulo	1.186	1.564	2.750	4,51
Belo Horizonte	1.998	1.926	3.924	3,80	Belo Horizonte	1.170	1.274	2.444	4,01
Rio Verde	1.257	1.848	3.105	3,01	Rio Verde	1.207	1.173	2.380	3,90
Distrito Federal	1.085	1.416	2.501	2,42	Ribeirão Preto	925	1.134	2.059	3,38
Ribeirão Preto	1.249	844	2.093	2,03	Montes Claros	846	693	1.539	2,52
Campinas	809	902	1.711	1,66	Campinas	657	493	1.150	1,89
Vitória da Conquista	583	613	1.196	1,16	São José do Rio Preto	339	479	818	1,34
Rio de Janeiro	534	462	996	0,96	Curitiba	373	426	799	1,31
Luziânia - Águas Lindas de Goiás	398	497	895	0,87	Luziânia - Águas Lindas de Goiás	323	343	666	1,09
São José do Rio Preto	458	430	888	0,86	Divinópolis	284	322	606	0,99
Varginha	420	430	850	0,82	Varginha	323	262	585	0,96
Ilhéus – Itabuna	383	444	827	0,80	Rio de Janeiro	270	303	573	0,94
Feira de Santana	432	343	775	0,75	Campo Grande	265	288	553	0,91
Natal	432	322	754	0,73	Palmas	268	217	485	0,80
Divinópolis	416	308	724	0,70	Cuiabá	178	260	438	0,72
Governador Valadares	409	308	717	0,69	São Luís de Montes Belos - Iporá	189	237	426	0,70
Ipatinga	314	346	660	0,64	Marabá	282	104	386	0,63
Marabá	322	312	634	0,61	São José dos Campos	173	165	338	0,55
Juiz de Fora	362	260	622	0,60	Vitória	131	189	320	0,52
Recife	352	250	602	0,58	Natal	138	177	315	0,52
Téofilo Otoni	314	227	541	0,52	Rondonópolis	185	127	312	0,51
Pouso Alegre	177	354	531	0,51	Cascavel	160	146	306	0,50
Araraquara	250	278	528	0,51	Porangatu - Uruaçu	122	153	275	0,45
Belém	238	289	527	0,51	Sinop	163	109	272	0,45
Demais Regiões Intermediárias	8.867	8.462	17.329	16,78	Demais Regiões Intermediárias	4.537	4.583	9.120	14,95
Total Imigrantes	51.001	52.258	103.259	100	Total Emigrantes	30.102	30.897	60.999	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Assim, tendo em vista a polaridade econômica e sociodemográfica de Uberlândia em relação a 24 municípios de seu entorno, o que definiu a Região Geográfica Intermediária de

Uberlândia (RGI), a Tabela 11 mostra que, na década de 2000, a maior parte dos imigrantes, que fixaram residência no município de Uberlândia, teve como origem a própria RGI Uberlândia (18,6%), vindo, a seguir, as importantes contribuições de imigrantes com origem nas RGI de Patos de Minas (9,5%), Montes Claros (7,6%), São Paulo (6,5%), Uberaba (6,3%), Goiânia (4,6%), Itumbiara (4,3%) e as demais com menor participação relativa.

Quanto aos emigrantes do município de Uberlândia, na década, a Tabela 11 confirma, de igual modo, que a maior parte dos mesmos buscou como destino os municípios da própria RGI Uberlândia (17,3%), enquanto que, com menor participação relativa, se direcionaram para as RGI de Goiânia (8,1%); Uberaba (8,0%), Distrito Federal (6,3%); Patos de Minas (6,1%); Itumbiara (5,2%); São Paulo (4,5%); Belo Horizonte (4,0%), entre outras.

Por fim, a Tabela 12 apresenta a distribuição dos migrantes da década de 2000, para o município de Uberlândia-MG, por Unidades da Federação (UF) e sexo, destacando, também, a partir das diferenças migratórias, a proporção das mesmas no total da população residente em 2010. Enfatiza-se que, com a diferença migratória positiva de 42,2 mil migrantes, Uberlândia contou com 7% a mais de sua população residente, em 2010, resultante das trocas migratórias. A maior contribuição, conforme apresentado neste trabalho, proveio dos demais municípios de Minas Gerais, que, juntos, contribuíram para o acréscimo da população überlandense em 4,4%, vindo, a seguir, o resultado líquido positivo em relação aos municípios dos Estados de São Paulo (0,9%), Bahia (0,6%), Goiás (0,3%), e outras UF com menor proporção positiva.

Em outro sentido, a Tabela 12 também mostra que Uberlândia perdeu população, em termos proporcionais, para o Distrito Federal (-0,2%) e para os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Rondônia, ambos com proporção de -0,04%, e Paraná (0,02%).

Firma-se, portanto, um padrão migratório para o município de Uberlândia e sua região de Influência (RGI) de ganhos líquidos de migrantes de grandes centros urbanos das regiões Sudeste e Nordeste do País, enquanto apresenta perdas líquidas na migração, ainda que em volumes menores, para as regiões dinâmicas do Centro-Oeste, com ênfase para o Distrito Federal e alguns municípios goianos de seu entorno, para os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, áreas de expansão da fronteira agrícola.

Tabela 12 - Uberlândia: Migrantes por UF de residência anterior (imigrantes) e de destino (emigrantes), por sexo, diferença migratória e proporção do total da diferença migratória na população residente em 2010, na década de 2000

Unidade da Federação	Homens Imigrantes	Mulheres Imigrantes	Total Imigrantes	Homens Emigrantes	Mulheres Emigrantes	Total Emigrantes	Homens Diferença Migratória	Mulheres Diferença Migratória	Total Diferença Migratória	Proporção residentes 2010 (%)
ACRE	62	53	115	14	26	40	48	27	75	0,01
ALAGOAS	235	201	436	109	43	152	126	158	284	0,05
AMAPÁ	-	25	25	31	24	55	-	31	1	-
AMAZONAS	86	149	235	136	122	258	-	50	27	-
BAHIA	2.316	2.032	4.348	399	552	951	1.917	1.480	3.397	0,56
CEARÁ	737	559	1.296	346	244	590	391	315	706	0,12
DISTRITO FEDERAL	1.085	1.416	2.501	1.868	1.965	3.833	-	783	549	-1.332
ESPÍRITO SANTO	91	225	316	156	189	345	-	65	36	-29
GOIÁS	6.421	7.416	13.837	6.095	5.709	11.804	326	1.707	2.033	0,34
MARANHÃO	558	676	1.234	298	158	456	260	518	778	0,13
MATO GROSSO	645	470	1.115	667	686	1.353	-	22	216	-0,04
MATO GROSSO DO SUL	237	281	518	334	413	747	-	97	132	-0,04
MINAS GERAIS	25.397	26.799	52.196	12.463	12.978	25.441	12.934	13.821	26.755	4,43
PARÁ	1.001	1.060	2.061	547	374	921	454	686	1.140	0,19
PARAÍBA	299	430	729	188	189	377	111	241	352	0,06
PARANÁ	726	856	1.582	779	902	1.681	-	53	46	-99
PERNAMBUCO	632	622	1.254	171	167	338	461	455	916	0,15
PIAUÍ	236	223	459	66	58	124	170	165	335	0,06
RIO DE JANEIRO	804	670	1.474	437	404	841	367	266	633	0,10
RIO GRANDE DO NORTE	676	574	1.250	367	356	723	309	218	527	0,09
RIO GRANDE DO SUL	398	355	753	248	348	596	150	7	157	0,03
RONDÔNIA	54	45	99	146	168	314	-	92	123	-215
RORAIMA	165	177	342	-	10	10	165	167	332	0,05
SANTA CATARINA	376	288	664	215	187	402	161	101	262	0,04
SÃO PAULO	7.255	6.229	13.484	3.541	4.254	7.795	3.714	1.975	5.689	0,94
SERGIPE	42	29	71	32	18	50	10	11	21	0,00
TOCANTINS	467	398	865	449	353	802	18	45	63	0,01
Total	51.001	52.258	103.259	30.102	30.897	60.999	20.899	21.361	42.260	7,00

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

1.3 - À guisa de síntese do processo migratório em Uberlândia-MG

As informações demográficas sobre migração de curto prazo, relativas aos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010, bem como aquelas de longo prazo por captarem a migração na década de 2000, confirmam, para o Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, as seguintes assertivas:

. O município, por seu dinamismo socioeconômico, continua atuando como recebedor líquido de população, apresentando saldos migratórios positivos nos quinquênios, bem como diferenças migratórias positivas na década, evidenciando, também, eficácia na retenção de migrantes, o que contribuiu para seu crescimento populacional e a manutenção de suas taxas de crescimento anual acima das observadas para o estado e para o país;

. Uberlândia permanece atuando como região de passagem de migrantes, tendo em vista que o volume da migração quinquenal (imigrantes mais emigrantes) foi similar nos dois períodos

analisados e se aproxima do ganho populacional absoluto observado na década, constatando-se, no entanto, redução no poder de retenção de migrantes no quinquênio 2005-2010 em relação ao quinquênio anterior;

. A imigração para o município tem caráter familiar, na qual as famílias chegam juntas para fixarem residência, e não somente numa configuração nuclear (pais e filhos), mas também se observa uma crescente participação de imigrantes compondo famílias estendidas (pais, filhos, avós e outros parentes);

. A imigração no quinquênio ou aquela estimada para a década conta com expressiva participação de municípios localizados nas regiões Sudeste, principalmente do Estado de Minas Gerais, e Centro-Oeste, com ênfase dos Estados de Goiás e do Distrito Federal, inclusive das capitais de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, mas também se observa larga participação de municípios mais próximos e imediatamente influenciados por Uberlândia, como Ituiutaba, Araguari, Uberaba, Patos de Minas, Patrocínio e outros;

. A emigração observada para os quinquênios e para a década responde, em volumes menores, ao padrão de origem dos imigrantes. Observa-se, no entanto, a maior quantidade de emigrantes em relação ao número de imigrantes se direcionando para o Distrito Federal e para as regiões de expansão agrícola dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e para a região de influência de Curitiba no Paraná;

. Por último, os resultados censitários confirmaram a importante proporção de pessoas residindo em Uberlândia, no ano de 2010, oriundas das trocas migratórias observadas na década de 2000, ganho líquido este que sugere a continuidade do crescimento populacional para o município, ainda que num ritmo mais lento que o observado nas décadas anteriores.

Considerando, portanto, a influência dos movimentos migratórios internos para a definição do atual contexto demográfico do Município de Uberlândia, quando se comemora seu 129º aniversário de emancipação neste ano de 2017, sugere-se que sejam fortalecidas as políticas públicas que promovam o desenvolvimento local e regional, ampliando e qualificando o mercado de trabalho uberlandense, com vistas à maior absorção de pessoas naturais e migrantes que buscam a cidade para seu crescimento profissional; a firme dotação de investimentos para a expansão de moradias e estrutura urbana que garantam a acessibilidade e qualidade de vida, e a garantia de acesso à capacitação e qualificação de trabalhadores por meio de ensino profissional, médio e superior.

Estrutura produtiva



2. Análise da Estrutura Produtiva do Município de Uberlândia

2.1- Produção: Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), Produção Agrícola Municipal (PAM), e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)

Alanna Santos de Oliveira¹

Para análise da estrutura produtiva do município de Uberlândia, uma das dimensões que serão contempladas se refere à produção municipal, ou seja, à identificação do que é produzido no município em termos de bens e serviços. Desse modo, os principais dados que serão apresentados, tendo em vista a disponibilidade destes em nível municipal em bases secundárias, serão referentes: ao Produto Interno Bruto (PIB), ao Valor Adicionado Bruto (VAB), à Produção Agrícola Municipal (PAM) e à Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)².

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma variável-chave para apreensão da dinâmica econômica e estrutura produtiva de uma localidade. O PIB diz respeito ao valor total da produção de bens e serviços finais obtidos por uma dada unidade territorial em âmbito nacional, dentro de determinado período de tempo (usualmente um ano). Desse modo, sua importância se reflete tanto no fato de que representa a própria noção de crescimento econômico, já que toda vez que se fala neste último é sobre a variação do PIB que se está tratando, como na íntima relação que guarda com outras variáveis econômicas e sociais, como o emprego, a infraestrutura, o investimento, dentre outras.

Os dados sobre o PIB municipal provêm da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e o recorte temporal definido para esta análise foi o período 2002-2014. Essa escolha se justifica pela

¹ Economista do IERI/UFU e Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

²Sem lugar à dúvida, complementaria de modo relevante essa análise, dados relativos à produção específica, e em nível de detalhamento mais profundo, de outros setores como indústria e serviços, como é o caso da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), ou Pesquisa Industrial Anual (PIA), bem como da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), todas pesquisas de abrangência nacional, mas cujo recorte geográfico não se desagrega ao nível dos municípios.

disponibilidade dos dados na base que incorporam as adequações metodológicas que têm 2010 como referência no sistema de contas nacionais, cumprindo destacar que 2014 corresponde à última informação disponibilizada pelo IBGE até a data de elaboração deste trabalho.

Ressaltadas as questões metodológicas, e dando início à análise do PIB, cumpre observar que o município de Uberlândia se destaca por ter uma dinâmica pujante cujas raízes remetem à sua constituição logística, bem como ao seu posicionamento estratégico na região; que permitiu o desenvolvimento de relações comerciais virtuosas dentro e fora do estado de Minas Gerais, e que lhe conferiu influências externas importantes, como a de São Paulo (capital) e Brasília, para sua constituição socioeconômica (Guimarães, 2010)³.

Cumpre ressaltar que Uberlândia tem evidenciado um histórico de evolução econômica e social de elevada celeridade e magnitude, o qual pode ser notado por sua ascensão (partindo de posições já relevantes) em alguns “rankings” no cenário nacional, concernentes a variáveis fundamentais para caracterização socioeconômica de uma localidade. A Tabela 1 atesta isso, exibindo um *Ranking* do PIB em Minas Gerais e no Brasil, nos anos 2002, 2008, e 2014.

Nos anos 2002 e 2008 o PIB de Uberlândia se configurava entre os cinco maiores de Minas Gerais, ostentando especificamente a 4^a posição, atrás, respectivamente, de Belo Horizonte, Betim, e Contagem. No cenário nacional, sua colocação, em 2002, era de 35º, e, em 2008, de 33º, o que, considerado o número de municípios no Brasil (superior a 5.000), e o fato de que, dentre eles, vinte e sete dizem respeito a capitais (algumas das quais em posição inferiores à do município), atesta uma posição de notoriedade.

No último ano analisado, 2014, o município ascende à segunda posição em Minas Gerais, ficando atrás apenas da capital mineira (Belo Horizonte), e à 23^a colocação no ranking do país, ultrapassando o PIB de quinze capitais (Rio Branco, Maceió, Macapá, Vitória, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, João Pessoa, Teresina, Natal, Porto Velho, Boa Vista, Florianópolis, Aracaju, e Palmas). Cumpre ressaltar que, embora os dados da tabela exibam apenas os anos 2002, 2008, e 2014 (para fins de simplificação), o ganho de posições ocorre já em 2012.

³ GUIMARÃES, E. N. Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro: Integração Nacional e Consolidação Regional. Uberlândia, Editora EDUFU, 2010

Tabela 1 - Ranking do Produto Interno Bruto (PIB) apreços correntes em Minas Gerais e Brasil, nos anos 2002, 2008, e 2014

2002					
Minas Gerais			Brasil		
Posição	Município	PIB(1.000 R\$)	Posição	Município	PIB (1.000 R\$)
1º	Belo Horizonte	23.440.938	1º	São Paulo	188.706.119
2º	Betim	6.795.559	2º	Rio de Janeiro	94.302.738
3º	Contagem	6.266.108	3º	Brasília	53.902.200
4º	Uberlândia	5.386.240	4º	Belo Horizonte	23.440.938
5º	Juiz de Fora	4.025.787	5º	Curitiba	21.356.141
	
852º	Santo Antônio do Rio Abaixo	4.523	35º	Uberlândia	5.386.240
853º	São Sebastião do Rio Preto	4.173	5.560º	Santo Agostinho dos Milagres	2.384

2008					
Minas Gerais			Brasil		
Posição	Município	PIB (1.000 R\$)	Posição	Município	PIB(1.000 R\$)
1º	Belo Horizonte	47.265.507	1º	São Paulo	354.089.105
2º	Betim	19.881.046	2º	Rio de Janeiro	162.937.567
3º	Contagem	15.496.281	3º	Brasília	110.299.557
4º	Uberlândia	12.666.848	4º	Belo Horizonte	47.265.507
5º	Juiz de Fora	8.032.573	5º	Curitiba	46.774.458
	
852º	Passabém	8.070	33º	Uberlândia	12.666.848
853º	São Sebastião do Rio Preto	8.851	5.564º	Santo Agostinho dos Milagres	4.926

2014					
Minas Gerais			Brasil		
Posição	Município	PIB (1.000 R\$)	Posição	Município	PIB(1.000 R\$)
1º	Belo Horizonte	87.656.760	1º	São Paulo	628.064.882
2º	Uberlândia	28.342.162	2º	Rio de Janeiro	299.849.795
3º	Contagem	26.275.134	3º	Brasília	197.432.059
4º	Betim	22.024.036	4º	Belo Horizonte	87.656.760
5º	Juiz de Fora	13.720.279	5º	Curitiba	78.892.229
	
852º	Cedro do Abaeté	15.639	23º	Uberlândia	28.342.162
853º	Serra da Saudade	15.342	5.564º	Santo Agostinho dos Milagres	11.675

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A Tabela 2 evidencia a participação de Uberlândia no PIB da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), do estado de Minas Gerais, da região Sudeste, e do Brasil, no período 2002-2014. Em comum, observa-se que os primeiros anos do interregno, em geral, apontam uma perda de participação do município nas unidades territoriais analisadas. Contudo, a partir de 2008 verifica-se uma trajetória quase contínua de ganho de participação, a qual apenas é interrompida para o ano de 2011. Ao final do interregno compreendido, Uberlândia responde por uma parcela mais elevada do PIB tanto no TMAP, quanto em Minas Gerais, região Sudeste e Brasil, com ganhos percentuais respectivos de, aproximadamente, seis pontos; um ponto; 0,26; e 0,13.

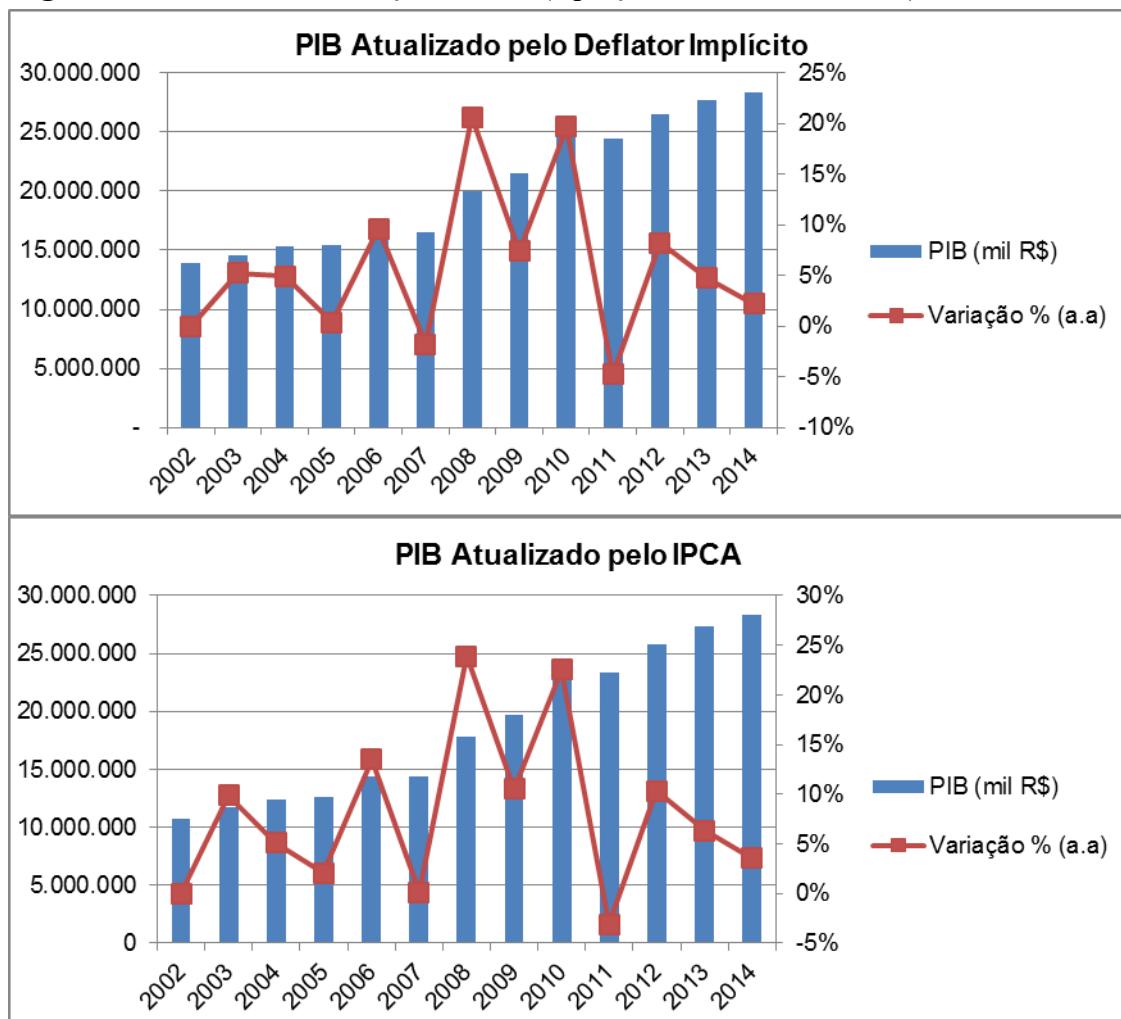
Tabela 2 - Participação de Uberlândia no Produto Interno Bruto (PIB) do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais, Sudeste e Brasil (%)

Ano	Participação no TMAP	Participação em Minas Gerais	Participação no Sudeste	Participação no Brasil
2002	30,01	4,34	0,63	0,36
2003	29,58	4,49	0,67	0,38
2004	28,35	4,26	0,66	0,37
2005	28,92	4,19	0,63	0,36
2006	29,93	4,34	0,66	0,38
2007	28,21	4,02	0,62	0,35
2008	31,32	4,55	0,72	0,41
2009	33,93	5,08	0,78	0,44
2010	36,82	5,4	0,87	0,49
2011	33,74	4,89	0,8	0,45
2012	34,76	5,16	0,85	0,47
2013	35,89	5,27	0,87	0,48
2014	36,22	5,49	0,89	0,49

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Analizando o comportamento do Produto Interno Bruto de Uberlândia ao longo do período 2002-2014, a Figura 1 e a Tabela 3 apresentam como o PIB de Uberlândia (a preços constantes de 2014⁴) evoluiu nesse interregno. Por meio delas, é possível notar que as maiores elevações no produto ocorreram, respectivamente, nos anos 2008, 2010 e 2006, tanto se considerado o PIB atualizado pelo Deflator Implícito, como pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Já o ano de 2011 registra uma retração do produto, em ambos os valores atualizados, e o ano de 2007 evidencia uma variação negativa quando a atualização é feita pelo Deflator Implícito (-1,77%), e uma variação positiva, porém muito próxima de zero quando realizada pelo IPCA (0,09%).

⁴ Os valores foram atualizados para 2014, utilizando-se, para tanto, o deflator implícito do PIB em um dos cálculos e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em outro, ambos calculados pelo IBGE e disponibilizados pelo IPEADATA (disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/>>).

Figura 1 - Uberlândia: Evolução do PIB (a preços constantes de 2014) - 2002 a 2014

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

Tabela 3 - Uberlândia: Evolução do Produto Interno Bruto (a preços constantes de 2014), entre 2002 e 2014

Ano	Atualização pelo Deflator Implícito		Atualização pelo IPCA	
	PIB (mil R\$)	Variação % do PIB (a.a)	PIB (mil R\$)	Variação % do PIB (a.a)
2002	13.871.167	-	10.720.497	-
2003	14.599.748	5,25	11.778.299	9,87
2004	15.319.937	4,93	12.376.706	5,08
2005	15.380.751	0,40	12.630.586	2,05
2006	16.861.657	9,63	14.334.354	13,49
2007	16.563.416	-1,77	14.347.953	0,09
2008	19.979.169	20,62	17.776.872	23,90
2009	21.462.018	7,42	19.645.744	10,51
2010	25.689.417	19,70	24.073.635	22,54
2011	24.470.727	-4,74	23.322.497	-3,12
2012	26.477.571	8,20	25.736.959	10,35
2013	27.736.649	4,76	27.366.530	6,33
2014	28.342.162	2,18	28.342.162	3,57

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Outra informação diretamente relacionada ao PIB, e que corrobora para a promoção desse estudo acerca da estrutura produtiva do município de Uberlândia, diz respeito ao Valor Adicionado Bruto (VAB). O Valor Adicionado Bruto deve ser compreendido como o montante que as distintas atividades agregam aos bens e serviços consumidos no processo produtivo de uma dada economia. Nesse sentido, a variável pode ser descrita como uma espécie de contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas, resultante da diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades⁵.

A Tabela 4 e a Figura 2 apresentam o Valor Adicionado Bruto do município de Uberlândia por atividade econômica, evidenciando sua distribuição em números absolutos e também percentuais, durante o interregno 2002-2014. O IBGE classifica as atividades econômicas em quatro grandes grupos para o VAB: Agropecuária, Indústria, Serviços, e Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social (ASES). Os valores adicionados por cada uma dessas atividades conformam o Valor Adicionado Bruto Total.

Tabela 4 - Uberlândia: Evolução (absoluta e percentual) do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica* - 2002 a 2014

Ano	Serviços		Indústria		ASES		Agropecuária		TOTAL	
	Valor (1.000 R\$)	Valor (%)								
2002	6.542.627	57,76	3.151.816	27,82	1.400.750	12,37	232.887	2,06	11.328.080	100
2003	6.793.208	56,4	3.548.458	29,46	1.398.851	11,61	303.895	2,52	12.044.412	100
2004	7.363.995	56,87	3.794.799	29,3	1.451.412	11,21	339.292	2,62	12.949.498	100
2005	7.488.923	58,74	3.388.204	26,57	1.517.122	11,9	355.368	2,79	12.749.617	100
2006	8.115.572	57,21	4.166.557	29,37	1.594.991	11,24	309.205	2,18	14.186.325	100
2007	8.975.535	65,44	2.614.303	19,06	1.777.756	12,96	348.128	2,54	13.715.722	100
2008	9.442.551	56,85	4.894.350	29,47	1.917.441	11,54	354.169	2,13	16.608.511	100
2009	9.716.256	56,78	5.080.124	29,69	1.940.735	11,34	373.667	2,18	17.110.782	100
2010	10.381.967	50,32	7.796.440	37,79	1.974.640	9,57	478.436	2,32	20.631.483	100
2011	10.527.199	53,86	6.529.979	33,41	2.037.129	10,42	452.341	2,31	19.546.648	100
2012	11.803.818	55,91	6.730.403	31,88	2.116.916	10,03	461.234	2,18	21.112.371	100
2013	12.447.262	56,67	6.795.005	30,94	2.248.618	10,24	473.555	2,16	21.964.440	100
2014	12.784.545	57,82	6.593.600	29,82	2.311.215	10,45	422.052	1,91	22.111.412	100

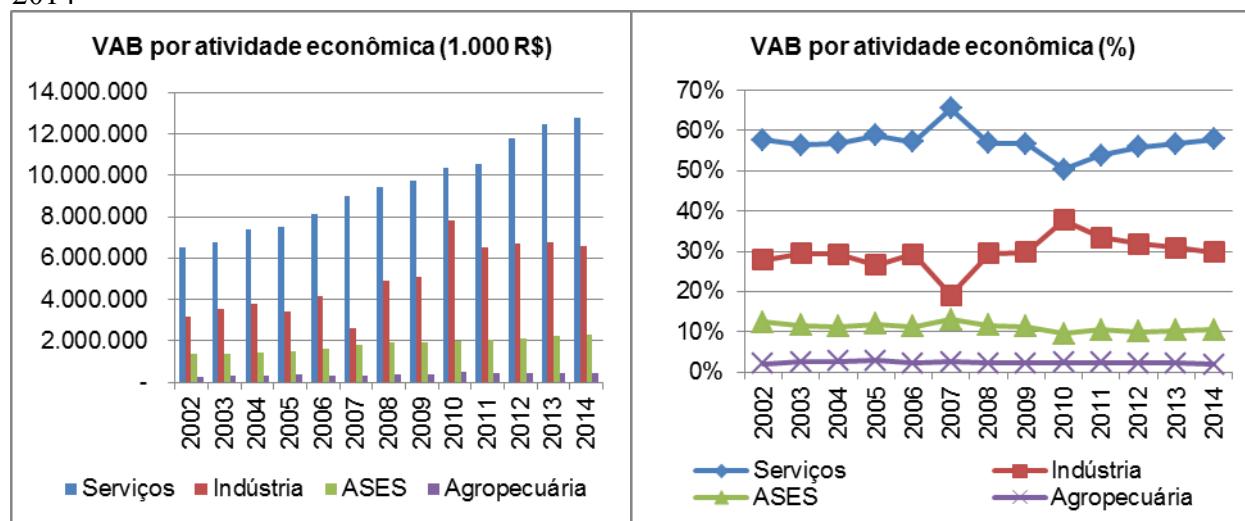
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

*Os valores do VAB estão a preços constantes de 2014, tendo sido atualizados pelo deflator implícito do PIB.

⁵ Maiores informações acerca da metodologia do Valor Adicionado Bruto dos municípios empreendida pelo IBGE encontram-se disponíveis em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municípios/Notas_Metodológicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicípiosRef2010.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municípios/Notas_Metodológicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicípiosRef2010.pdf)

Figura 2 - Uberlândia: Evolução do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica* - 2002 a 2014



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

*Os valores do VAB estão a preços constantes de 2014, tendo sido atualizados pelo deflator implícito do PIB.

Nota-se que os valores de serviços⁶ foram os mais expressivos ao longo do período, tendo sua participação girado em torno de 57% do Valor Adicionado Bruto Total. Em seguida, a indústria⁷ evidenciou os maiores valores no interregno compreendido, correspondendo, em média, a 30% do VAB total, seguida da Administração, saúde e educação públicas e segurança social, com aproximadamente 11%, e da Agropecuária⁸ com 2%.

Respondendo pelas duas maiores participações no VAB total, serviços e indústria apresentaram uma nítida contraposição de movimentos no que concerne à contribuição de cada um para o valor adicionado total, conforme evidencia o segundo gráfico exposto na Figura 2. É possível observar que uma atividade ganha participação em detrimento da outra. Ainda que as outras duas atividades (agropecuária e ASES) incorporem, eventualmente, algum ganho ou perda de participação em função do que ocorre com indústria e serviços, é entre essas duas últimas que o contrabalanço parece se concentrar.

⁶Serviços é constituído por: comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação, saúde, e mercantil; e artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos.

⁷ Indústria é constituída por: indústria extrativa mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de electricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; e construção civil.

⁸ Agropecuária é constituída por: agricultura; pecuária e produção florestal e pesca e aquicultura.

A Tabela 5 apresenta as taxas de variação do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no período 2002-2014, auxiliando na compreensão do comportamento dos valores em cada uma delas:

Tabela 5 - Uberlândia: Variação percentual do VAB por atividade econômica - 2002-2014

Período	Serviços	Indústria	ASES	Agropecuária
2002	-	-	-	-
2003	3,83	12,58	-0,14	30,49
2004	8,40	6,94	3,76	11,65
2005	1,70	-10,71	4,53	4,74
2006	8,37	22,97	5,13	-12,99
2007	10,60	-37,26	11,46	12,59
2008	5,20	87,21	7,86	1,74
2009	2,90	3,80	1,21	5,51
2010	6,85	53,47	1,75	28,04
2011	1,40	-16,24	3,16	-5,45
2012	12,13	3,07	3,92	1,97
2013	5,45	0,96	6,22	2,67
2014	2,71	-2,96	2,78	-10,88
Média das Variações 2002-2014	5,79	10,32	4,30	5,84
Variação Acumulada(2002/2014)	95,4	109,2	65,0	81,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

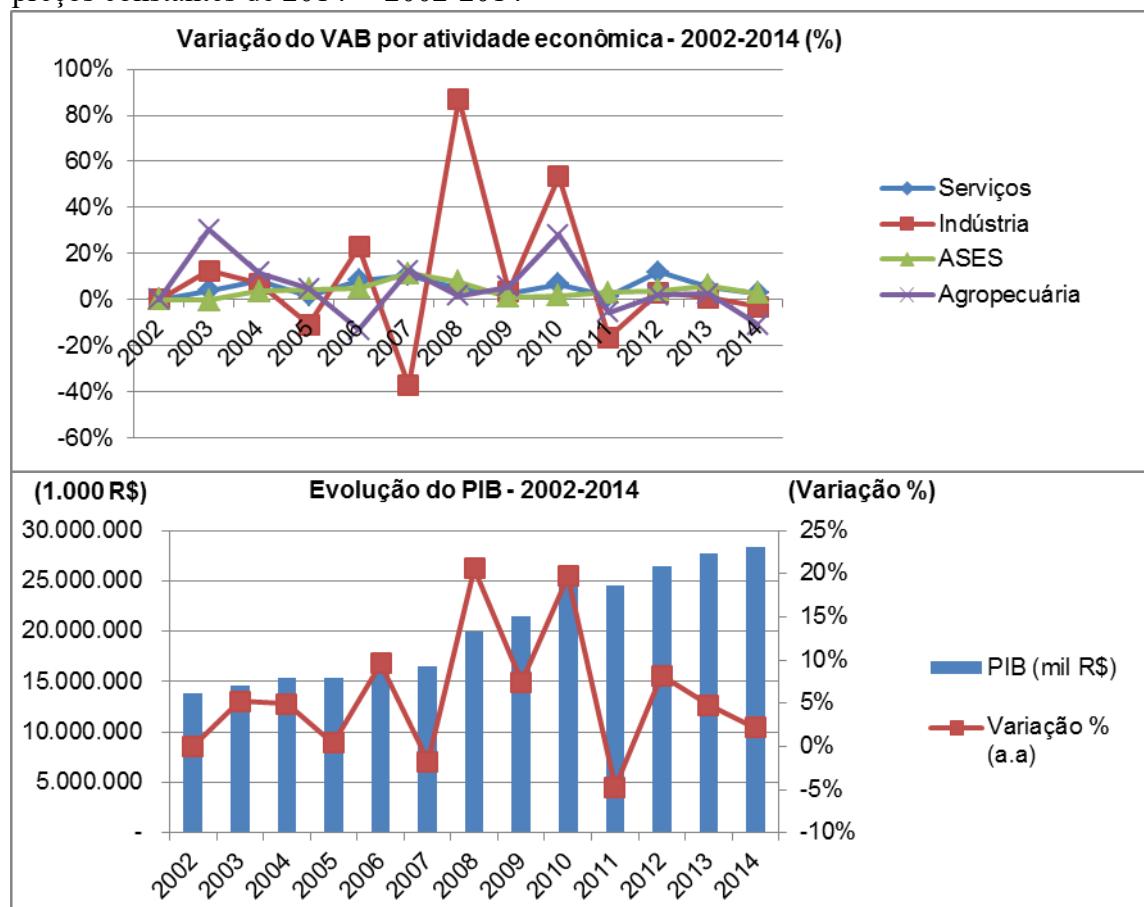
Conforme evidenciam os dados apresentados na tabela, serviços é a única atividade que não apresenta qualquer variação anual negativa, o que denota, por conseguinte, uma trajetória ininterrupta de crescimento do valor adicionado por ela. Sua variação acumulada foi de 95%, e a média das variações anuais de, aproximadamente, 6%. Já a indústria apresenta quatro variações negativas, tendo ocorrido em 2007 a maior delas. Apesar disso, no acumulado, sua variação foi positiva e também a maior entre todas as atividades (109%), assim como sua média das variações no período considerado (10%).

O valor adicionado da agropecuária apresentou retração em três anos do interregno, e sua variação acumulada foi positiva, da ordem de 81%, e a média das variações anuais de aproximadamente 6%. A Administração, saúde e educação públicas e segurança social (ASES) exibiu apenas uma retração, observada no ano 2003, e também teve variação acumulada positiva de 65% (a menor entre as atividades), e média de 4%.

Ainda tendo por base o comportamento do Valor Adicionado Bruto apresentado pelas atividades econômicas no município de Uberlândia, cumpre ressaltar um ponto importante com relação ao desempenho da indústria. É possível notar, conforme evidencia a Figura 3, que a

dinâmica de crescimento do produto interno bruto do município e o comportamento do valor adicionado pela indústria no período em análise guardaram íntima relação entre si.

Figura 3 - Uberlândia: Comportamento do VAB por atividade econômica e do PIB a preços constantes de 2014⁹ - 2002-2014



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Essa associação entre a dinâmica do valor adicionado pela indústria e o PIB do município pode ser atestada, por exemplo, no ano 2005, quando ocorre uma queda no VAB da Indústria (-11%), e concomitantemente se verifica redução na taxa de variação do Produto, o qual havia apresentado um incremento de aproximadamente 5% no ano anterior, e passa a 0,5% no ano em questão. O mesmo se verifica em 2007, já que, embora o Valor Adicionado Bruto de Serviços (principal atividade concentradora do VAB total) tenha evidenciado uma variação positiva relevante, o comportamento do PIB se revela consoante com desempenho negativo observado

⁹ A atualização dos valores do PIB para 2014 foi realizada pelo deflator implícito.

para o VAB da indústria, de modo que se registra uma retração de aproximadamente 2% no Produto relativamente ao ano precedente.

De modo análogo, quando em 2008 é registrada uma recuperação da indústria denotada por uma significativa elevação de seu valor adicionado, verifica-se um relevante incremento do produto. Novamente em 2011, quando o VAB da indústria apresenta retração em relação ao ano precedente (somado ao baixo incremento verificado no VAB de serviços), o PIB apresenta uma variação negativa de quase 5%.

Essa relação direta entre o comportamento da indústria e o valor do Produto Interno Bruto sugere a importância dessa atividade na dinâmica de crescimento econômico do município, ainda que esta não seja a principal atividade do Valor Adicionado Bruto. O papel-chave do setor industrial e sua relação com o crescimento é enfatizado por parte expressiva da literatura econômica, a qual chama atenção para a capacidade distinta de promoção de efeitos de encadeamento, e para o diferencial, por parte da indústria, de obtenção de ganhos de produtividade capazes de “transbordar” para demais setores.

Desse modo, sem pretender quaisquer extrapolações teóricas, apenas torna-se imprescindível destacar que os dados por ora apresentados parecem se subscrever, em alguma medida, ao referido arcabouço analítico, e podem sugerir indicativos relevantes para o delineamento de políticas estratégicas de crescimento, ressaltando-se, para tanto, a necessidade de outros estudos específicos e de natureza exploratória mais profunda.

Uma informação importante e que deve ser tomada em consideração é que a indústria – da forma como classificada pelo IBGE para a distribuição do Valor Adicionado Bruto entre as atividades econômicas – contempla tanto a indústria extractiva como a de transformação, bem como a construção civil, e a produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. No caso de Uberlândia, conforme será visto mais adiante por meio da análise acerca dos estabelecimentos empregadores formais do município, possivelmente a construção civil cumpriu um papel relevante para o desempenho da indústria que foi descrito nos parágrafos anteriores e, por conseguinte, nutriu relação significativa para com a trajetória do PIB.

Utilizando-se de um nível de detalhamento maior, o IBGE classifica as variáveis com as maiores atividades econômicas em: Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; Pecuária, incluindo apoio à pecuária; Produção florestal, pesca e aquicultura; Indústrias extractivas; Indústrias de transformação; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de

resíduos e descontaminação; Construção; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, segurança social; e Demais serviços. Segundo essa classificação, as atividades com maior valor adicionado bruto no município de Uberlândia entre 2010 e 2014 foram respectivamente: **Demais serviços; Indústrias de Transformação; e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.**

A classe “demais serviços”, maior valor adicionado do município, compreende as seguintes atividades: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Saúde e Educação Mercantil; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos.

Com respeito à indústria de transformação, segunda classe com maior valor adicionado, cumpre destacar que ela se concentra, em termos de estabelecimentos empregadores formais, em ordem decrescente de participação, na produção de alimentos, artigos do vestuário e acessórios, e fabricação de produtos de metal (excetuando-se máquinas e equipamentos). Somente essas três atividades concentraram cerca de 44% dos estabelecimentos da indústria de transformação em Uberlândia no período 2000-2015¹⁰.

A produção de alimentos é uma atividade-chave para a dinâmica comercial da mesorregião na qual se insere o município de Uberlândia, qual seja, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), tendo em vista o distinto potencial agropecuário dessa região. O papel desse setor na referida localidade merece ser compreendido tanto em função das condições naturais favoráveis que lhe propiciaram elevada produtividade em diversas culturas como pela expansão logística que foi empreendida na meso, e pelas políticas de fomento à produção de alimentos em Minas Gerais, que conformaram condições de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades no Triângulo Mineiro. Desse modo, conforme já abordado no Volume 3 do Relatório de Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, agropecuária e indústria desenvolveram-se de modo intimamente inter-relacionado, conformando profícias relações intersetoriais, as quais, por vezes, deram origem a Complexos Agroindustriais importantes para a dinâmica econômico-financeira do TMAP.

¹⁰ Informação obtida por meio de análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Embora as atividades do setor agropecuário correspondam a uma pequena parcela do Valor Adicionado Bruto no município de Uberlândia, a qual se aproxima, em média, de 2% do VAB total, visto que, conforme esperado por seu crescimento populacional e diversificação econômica, o município apresente maior valor adicionado por serviços, ainda assim é interessante notar que parte relevante da indústria de transformação instalada no município se liga ao setor agropecuário, ou seja, ao processamento de produtos que dele advém (conforme explicitado no parágrafo anterior acerca da participação relativa dos estabelecimentos destinados à produção de alimentos).

Enfocando o setor agropecuário de Uberlândia, os dados que serão apresentados, a seguir, referem-se à Produção Agrícola Municipal (PAM) disponibilizados pelo IBGE, e auxiliam no reconhecimento das principais culturas desenvolvidas no município (de lavouras temporárias e também permanentes). A Tabela 6 evidencia as culturas da lavoura temporária em Uberlândia e a área plantada para cada uma delas em 2000, 2005, 2010 e 2015:

Tabela 6 - Uberlândia: Culturas (lavoura temporária) e área plantada em hectares nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015

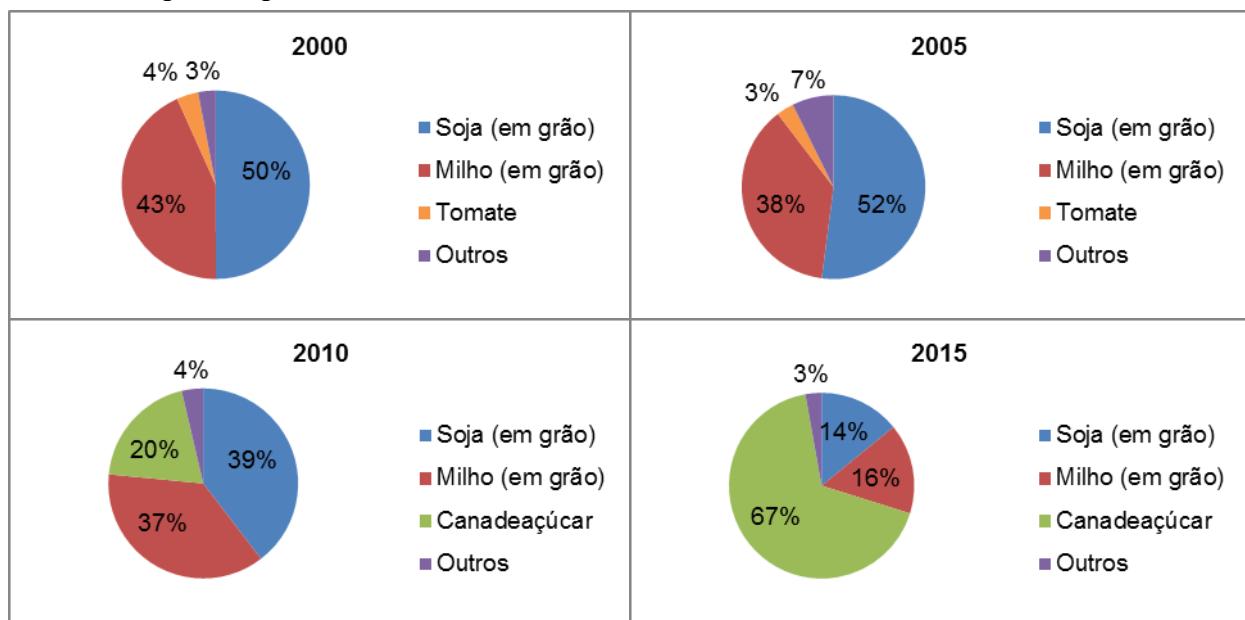
2000		2005		2010		2015	
Cultura	Área	Cultura	Área	Cultura	Área	Cultura	Área
Soja (em grão)	35.230	Soja (em grão)	51.000	Soja (em grão)	47.000	Soja (em grão)	53.000
Milho (em grão)	14.600	Milho (em grão)	14.600	Milho (em grão)	15.800	Milho (em grão)	23.000
Sorgo (em grão)	1.300	Feijão (em grão)	1.920	Sorgo (em grão)	1.520	Cana-de-açúcar	8.534
Arroz (em casca)	800	Sorgo (em grão)	1.500	Cana-de-açúcar	900	Girassol (em grão)	4.000
Feijão (em grão)	567	Arroz (em casca)	750	Feijão (em grão)	820	Sorgo (em grão)	4.000
Algodão herbáceo	190	Algodão herbáceo	245	Tomate	105	Trigo (em grão)	2.000
Mandioca	150	Mamona (baga)	180	Algodão herbáceo	70	Mandioca	180
Tomate	110	Mandioca	175	Abacaxi	60	Tomate	80
Trigo (em grão)	60	Amendoim	120	Arroz (em casca)	15	Feijão (em grão)	50
Abacaxi	22	Tomate	110	Mandioca	10	Abacaxi	30
-	-	Melancia	80	-	-	Alho	30
-	-	Cana-de-açúcar	60	-	-	Batata-doce	5
Total	53.029	Total	70.740	Total	66.300	Total	94.909

Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Soja e milho, respectivamente, são as principais áreas plantadas em todos os anos retratados, ressaltando-se a elevação da área para cana-de-açúcar em 2015, que passa a ser a terceira maior dentre as culturas daquele ano, atrás apenas de soja e milho. As figuras 4 e 5

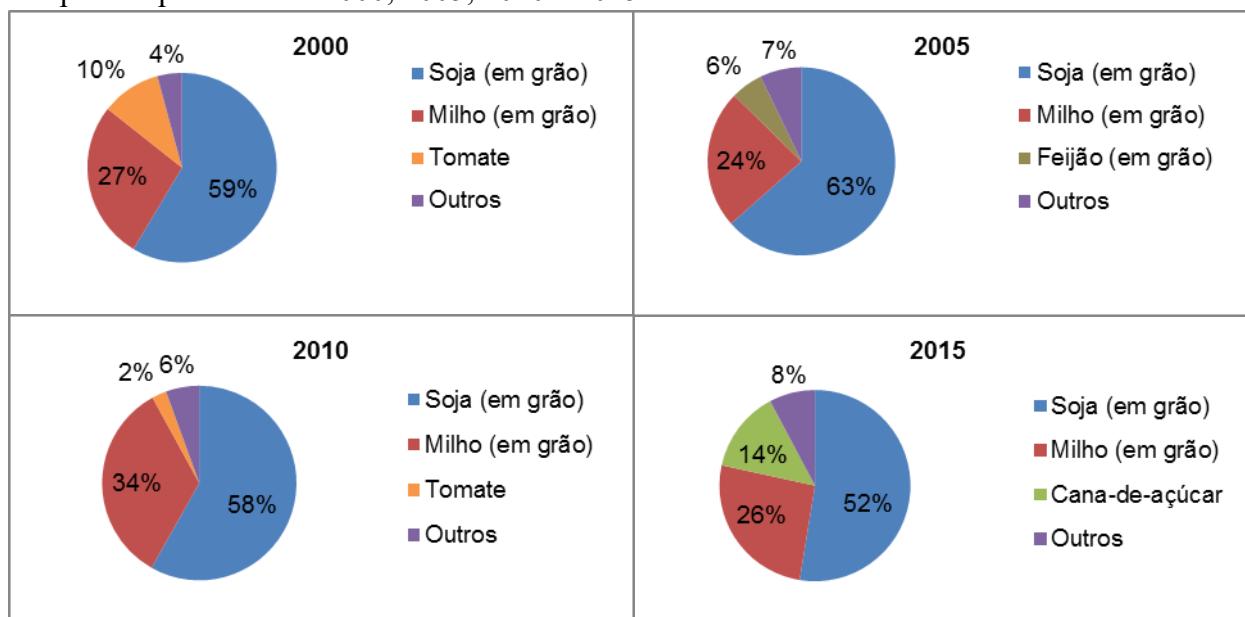
apresentam, respectivamente, a distribuição percentual da quantidade produzida no município por cultura, e do valor da produção para cada uma:

Figura 4 - Uberlândia: Distribuição percentual da quantidade produzida (em toneladas) na lavoura temporária por cultura nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015



Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Figura 5 - Uberlândia: Distribuição percentual do valor da produção (1.000 R\$) na lavoura temporária por cultura– 2000, 2005, 2010 e 2015



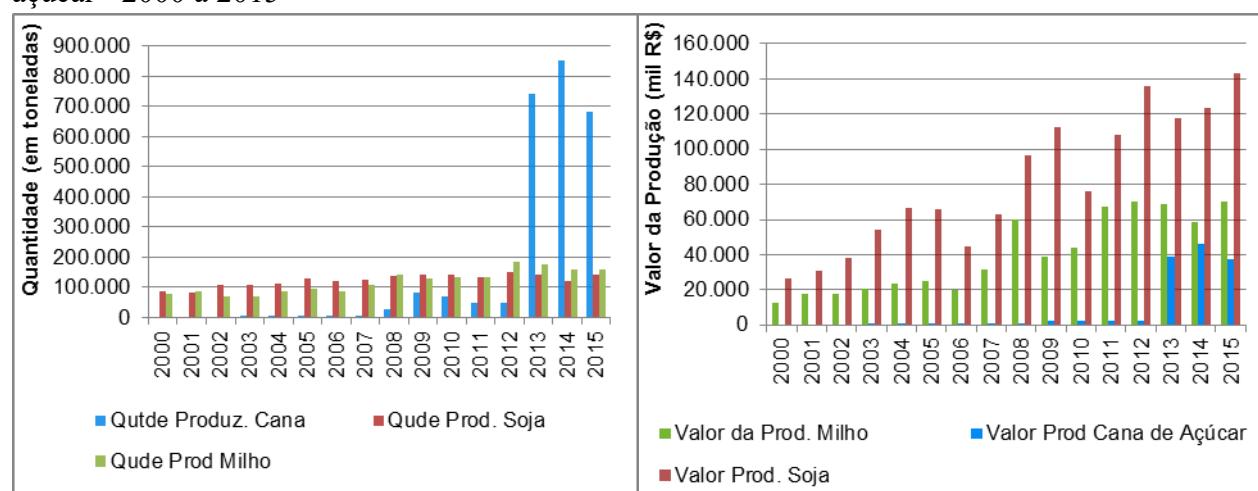
Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Conforme evidenciam as figuras, soja e milho concentram a maior parte da quantidade de produtos agrícolas (de lavouras temporárias) produzidos no município de Uberlândia, nos anos selecionados. Contudo, cabe ressaltar novamente o surgimento e a performance da cana-de-açúcar nos últimos anos analisados. Em 2010, aproximadamente 20% do quantum produzido na lavoura temporária referia-se a cana-de-açúcar, e essa cultura evidenciava a terceira maior participação, ficando atrás apenas da soja e do milho. Já em 2015, a cana passa a corresponder a 67% da quantidade produzida, mostrando uma evolução impetuosa, a qual pode ser atestada em conjunto com a Tabela 6, anteriormente apresentada, e que já exibia um incremento relevante da área plantada para essa finalidade.

Com respeito ao valor da produção, inicialmente a distribuição percentual se dava em torno de soja, milho e tomate (tal como no caso da quantidade produzida), destacando-se a preponderância da soja e do milho, respectivamente, em primeiro e segundo lugar. Em 2015, é possível notar a presença da cana-de-açúcar com cerca de 14% do valor da produção, não superando, nesta dimensão, a participação da soja ou do milho.

A Figura 6 evidencia o comportamento das três principais culturas em termos de quantidade produzida (em toneladas) e de valor da produção (1.000 R\$) ao longo do período 2000-2015. Por meio dela é possível notar o incremento expressivo da cana de açúcar, especialmente no que diz respeito à quantidade produzida.

Figura 6 - Uberlândia: Quantidade produzida e valor da produção de soja, milho e cana-de-açúcar - 2000 a 2015



Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

Com relação aos produtos da lavoura permanente, conforme atestarão os dados que serão apresentados a seguir, é possível verificar um incremento na quantidade de culturas produzidas no município de Uberlândia no decorrer dos últimos anos. Para fins de simplificação, a Tabela 7 evidencia a área destinada à colheita (em hectares) por tipo de cultura da lavoura permanente nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015:

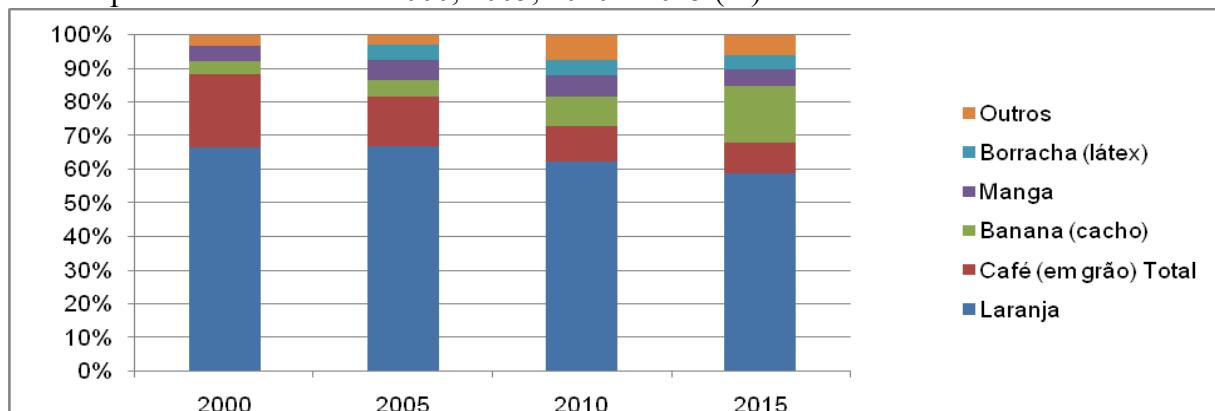
Tabela 7 - Uberlândia: Culturas (lavoura permanente) e área destinada à colheita (em hectares) nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015

2000		2005		2010		2015	
Cultura	Área	Cultura	Área	Cultura	Área	Cultura	Área
Laranja	1850	Laranja	2660	Laranja	2400	Laranja	2600
Café (em grão) Total	615	Café (em grão) Total	595	Café (em grão) Total	400	Banana (cacho)	750
Manga	123	Manga	241	Banana (cacho)	340	Café (em grão) Total	400
Banana (cacho)	110	Banana (cacho)	195	Manga	241	Manga	220
Mamão	63	Borracha (látex)	180	Borracha (látex)	185	Borracha (látex)	180
Maracujá	16	Coco-da-baía	51	Limão	80	Limão	75
Abacate	10	Limão	40	Abacate	60	Coco-da-baía	50
-	-	Caqui	10	Maracujá	59	Abacate	45
-	-	Maracujá	7	Coco-da-baía	50	Maracujá	38
-	-	-	-	Palmito	20	Palmito	20
-	-	-	-	Caqui	10	Tangerina	20
-	-	-	-	-	-	Caqui	10
-	-	-	-	-	-	Mamão	10

Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Conforme exibido pela Tabela 7, durante os anos em análise a maior parte da área destinada à colheita referia-se ao cultivo de laranja, de modo que, com exceção do ano 2015, essa cultura concentrou mais de 60% da área no município. Também é possível verificar que café, banana, manga e borracha (látex) detiveram uma parte relevante da área destinada à colheita, destacando-se a perda de participação do primeiro produto e o ganho por parte do segundo. O Gráfico 7 evidencia a distribuição percentual da área destinada à colheita em Uberlândia entre as culturas de lavoura permanente, corroborando as constatações mencionadas.

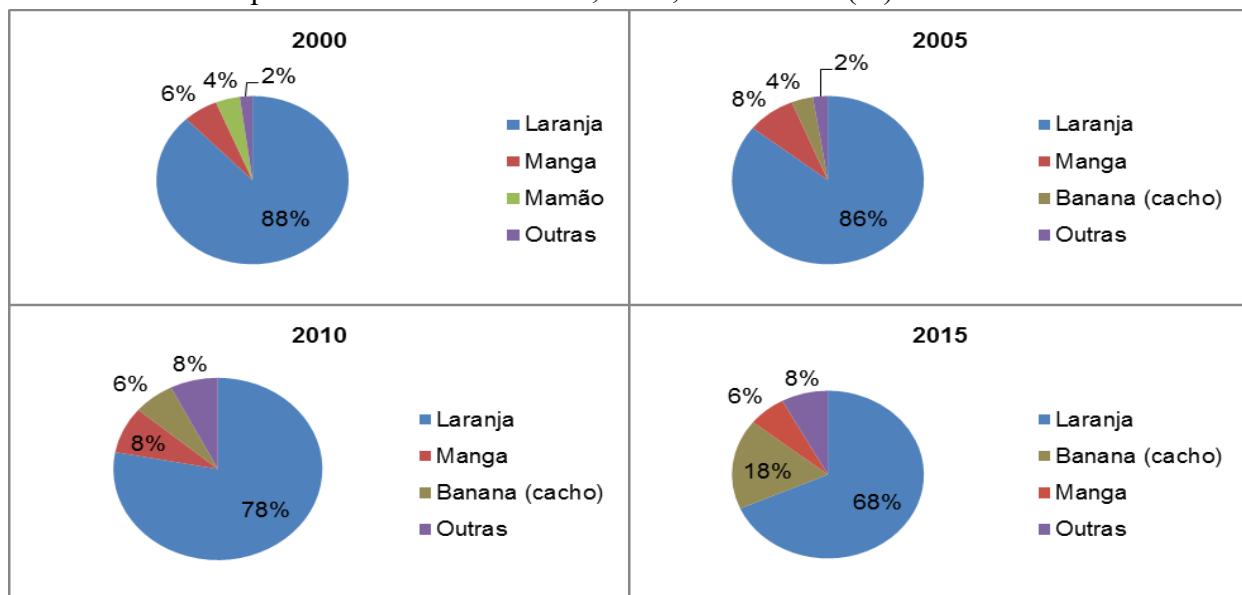
Gráfico 7 - Uberlândia: Distribuição percentual da área destinada à colheita entre as culturas da lavoura permanente nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015 (%)



Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

No que diz respeito à quantidade produzida (em toneladas) por cultura da lavoura permanente, a distribuição percentual nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015, se deu especialmente entre laranja, manga e banana (excetuando-se o primeiro ano, no qual 4% da quantidade produzida referia-se a mamão). É possível notar um decréscimo da participação da laranja na quantidade produzida em lavouras permanentes do município, mas que não é suficiente para retirar-lhe a posição predominante entre as demais culturas no quantum produzido.

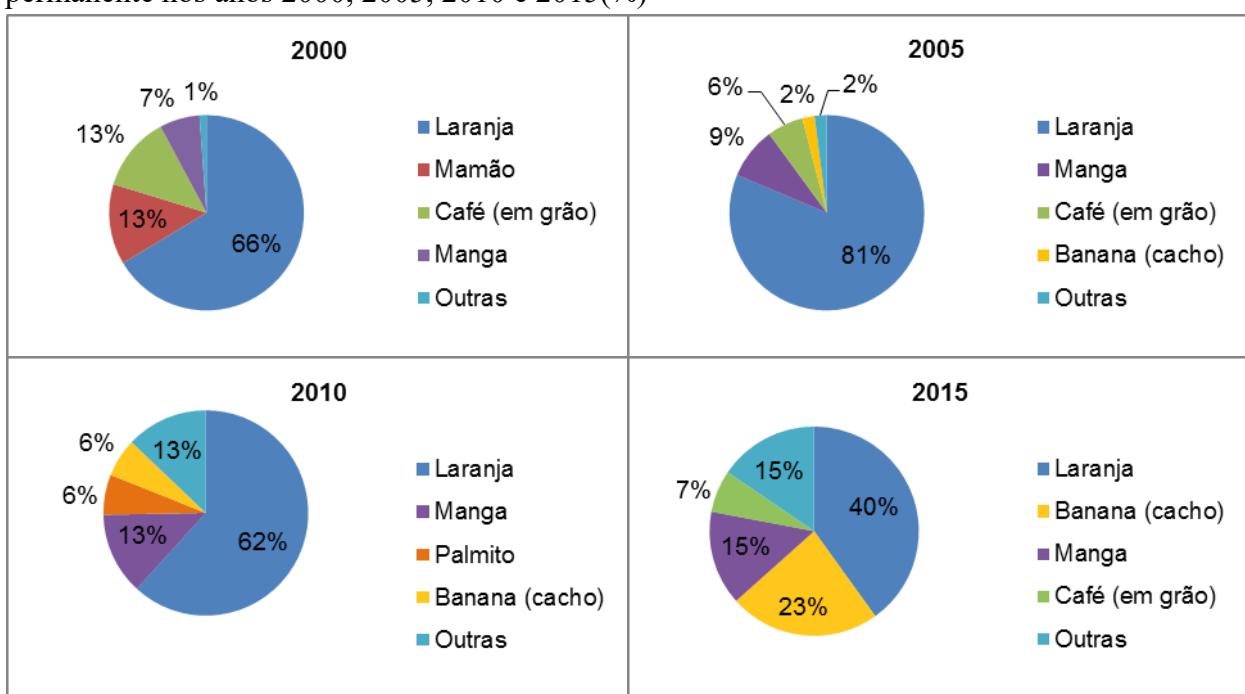
Figura 7 - Uberlândia: Distribuição percentual da quantidade produzida (em toneladas) por cultura da lavoura permanente nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015(%)



Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Já em relação ao valor produzido (em 1.000 R\$) das culturas permanentes do município, observa-se que, nos anos analisados, os maiores valores pertenceram a laranja, manga, café e banana, e, em alguns anos, também a mamão e palmito. A Figura 8 permite visualizar essa constatação, e também evidencia a ocorrência de um decréscimo na participação da laranja no valor produzido total, contrabalanceada, em certa medida, pelo incremento significativo na participação de “outras” (culturas).

Figura 8 - Uberlândia: Distribuição do valor produzido (em 1.000 R\$) por cultura da lavoura permanente nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015(%)



Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Outro ponto importante relativo à produção da agropecuária refere-se à produção pecuária, a qual pode ser verificada pelos dados fornecidos pela Pesquisa Pecuária Municipal empreendida pelo IBGE. A Tabela 8 evidencia a distribuição percentual dos rebanhos (por cabeça) por tipo animal, no âmbito do país, estado de Minas Gerais e município de Uberlândia. Novamente os dados apresentados são para os quatro anos: 2000, 2005, 2010 e 2015.

Tabela 8 - Distribuição do rebanho por tipo no Brasil, Minas Gerais e Uberlândia, nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015 (%)

Rebanho	Brasil				Minas Gerais				Uberlândia			
	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015
Bovino	15,71	16,18	13,66	13,09	17,89	18,41	17,90	15,19	4,89	3,77	3,72	1,37
Bubalino	0,10	0,09	0,08	0,08	0,02	0,03	0,03	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Equino	0,54	0,45	0,36	0,34	0,83	0,74	0,63	0,50	0,13	0,09	0,10	0,04
Suíno - total	2,92	2,66	2,54	2,45	2,81	3,26	3,96	3,23	6,90	9,23	13,63	4,87
Caprino	0,86	0,81	0,61	0,58	0,08	0,11	0,09	0,06	0,01	0,02	0,01	0,01
Ovino	1,37	1,22	1,13	1,12	0,10	0,16	0,18	0,14	0,02	0,04	0,01	0,02
Galináceos- total	77,96	78,05	80,77	81,00	77,82	76,76	76,49	79,84	86,88	86,85	82,52	93,69
Codornas	0,53	0,53	0,85	1,34	0,43	0,53	0,71	1,01	1,16	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Percebe-se que, nas três unidades territoriais selecionadas, a maior parte do rebanho concentra-se em galináceos¹¹, sendo que a participação destes denota relativo incremento no último ano analisado. No caso do Brasil e de Minas Gerais, a segunda maior participação cabe a bovinos e, no de Uberlândia, diferentemente disso, a de suínos. Outro ponto de destaque refere-se à participação mais elevada no município, comparativamente ao estado e ao país, dos galináceos, chegando esta a 94% do rebanho total em 2015.

Na verdade a elevação da criação de galináceos no município ocorreu de forma expressiva nos anos 2011 e 2013. A Tabela 9 apresenta a distribuição em números absolutos do rebanho por tipo de animal apenas para o município de Uberlândia, no período 2010-2015:

Tabela 9 - Uberlândia: Distribuição (em números absolutos) do rebanho por tipo nos anos de 2010 a 2015

Rebanho	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bovino	278.890	235.000	231.313	223.000	213.800	217.560
Bubalino	128	130	147	210	90	88
Equino	7.716	6.500	6.630	6.350	5.700	7.045
Suíno - total	1.022.373	901.300	921.542	927.500	910.000	775.000
Caprino	1.010	3.800	3.900	3.200	2.600	2.100
Ovino	1.062	3.700	3.950	3.750	3.590	3.190
Galináceos - total	6.189.650	9.652.000	9.264.000	13.500.000	12.800.000	14.922.260

Fonte: IBGE, Coordenação de Agropecuária. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

¹¹ Galináceos – efetivo total: pintos, frangos, frangas, galos e galinhas.

Conforme evidencia a Tabela 9 o número de galináceos experimenta um incremento de aproximadamente 50% entre 2010 e 2011 e, do mesmo modo, entre 2012 e 2013, sendo que, a partir deste último ano, o total de cabeças relativas à espécie se mantem relativamente próximo da magnitude alcançada em 2013 (13.500.000) nos anos seguintes. Esses dados refletem a presença relevante de estabelecimentos avícolas no município, os quais, inclusive, têm apresentado significativa importância para o emprego no setor agropecuário de Uberlândia. A despeito do fato de que este setor não exibe participação elevada na conformação do estoque de emprego total da cidade, é interessante destacar que, comparativamente aos demais municípios do país, a quantidade vínculos ativos nesse setor, em Uberlândia, representa um número bastante expressivo, colocando-se entre os maiores estoques de emprego da agropecuária no Brasil¹².

Por fim, conforme evidenciam os dados apresentados nesta seção, o município de Uberlândia apresentou uma dinâmica célere de crescimento econômico no período 2002-2014, elevando sua participação no PIB do estado de Minas Gerais, bem como no do Brasil. A trajetória do Produto Interno Bruto esteve altamente relacionada com o Valor Adicionado da Indústria, muito embora a participação do setor de Serviços tenha sido a mais elevada durante todo o período no VAB total do município. Ressalta-se também que este último setor não apresentou qualquer variação negativa no período analisado.

Também a atividade agropecuária, apesar de não ter apresentado participação elevada na no produto do município, não deixa de exibir papel relevante para conformação de sua dinâmica econômica, tendo em vista o atrelamento que a indústria de transformação apresenta com o referido setor em Uberlândia. Nas lavouras temporárias, chama-se atenção para o papel da soja e do milho, e mais recentemente da cana-de-açúcar de forma bastante impressiva. Com relação às lavouras permanentes, nota-se uma pequena diversificação dos produtos produzidos, e a predominância de laranja, manga e banana. Na pecuária, a criação de galináceos também se destacou de forma importante, haja vista a elevação da produção ocorrida nos últimos anos da atual década. Esse último fator teve desdobramento importante para o estoque de emprego no setor agropecuário da cidade.

¹² De acordo com os dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o estoque de emprego da agropecuária em Uberlândia, no ano de 2015, foi de 12.290 vínculos ativos em 31/12. Este número, em nível nacional, só foi menor que o apresentado pelo município de Petrolina (PE), cujo estoque do setor foi de 15.429 vínculos no referido ano.

2.2 - Evolução do Número de Estabelecimentos Formais

Ester William Ferreira¹³

A análise da evolução do número de estabelecimentos empregadores no município de Uberlândia foi estruturada a partir da base de dados disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). De acordo com esta base são considerados estabelecimentos empregadores aqueles que têm registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI), e que apresentaram, em 31/12 de cada ano-base, algum empregado ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano. As informações são provenientes de um questionário anual que é preenchido obrigatoriamente por todos os estabelecimentos empregadores.

Nesta subseção, inicialmente serão analisados os dados da RAIS dos anos 2000 a 2015¹⁴ no que tange à análise da evolução geral do número de estabelecimentos formais no município de Uberlândia, fazendo-se a comparação com as mesmas informações em âmbito nacional e estadual. Com o objetivo de conhecer a distribuição dos estabelecimentos por setor e por subsetores de atividade econômica, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), optou-se pela análise dos dados nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015, a partir dos quais é possível perceber a evolução do quantitativo de empregadores no período em estudo.

O número de estabelecimentos formais cresceu, de maneira geral, no período 2000 a 2015, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais e no município de Uberlândia (Tabela 1 e Figura 1). E esse crescimento se deu com variações anuais percentuais mais elevadas até 2011 (entre 4% e 5% nos dois primeiros recortes geográficos, chegando a 7% em Uberlândia, no ano de 2010 em relação a 2009). A partir de 2012, e mais intensamente em 2015, tanto no país quanto no estado, observa-se uma expressiva desaceleração no aumento do quantitativo de estabelecimentos, fato que se manifesta no município em menor magnitude.

Em âmbito nacional havia 2.238.687 estabelecimentos em 2000 e, em 2015, chegou-se a 3.971.108, um aumento de 77,38% em razão de 1.732.421 declarações adicionais entre esses

¹³ Economista do IERI/UFU e Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

¹⁴ Até o presente, 2015 é o último ano para o qual estão disponibilizados os dados da RAIS.

anos. Desde o ano 2000, o número de estabelecimentos mostrou crescimento no Brasil, chegando a uma taxa média de variação anual de 3,9% entre 2000 e 2015. Esse crescimento, no entanto, não se deu a taxas crescentes, e acabou por registrar a menor variação anual no quantitativo de empregadores de mão de obra em 2015, quando o acréscimo foi de apenas 21.129 estabelecimentos relativamente ao ano anterior.

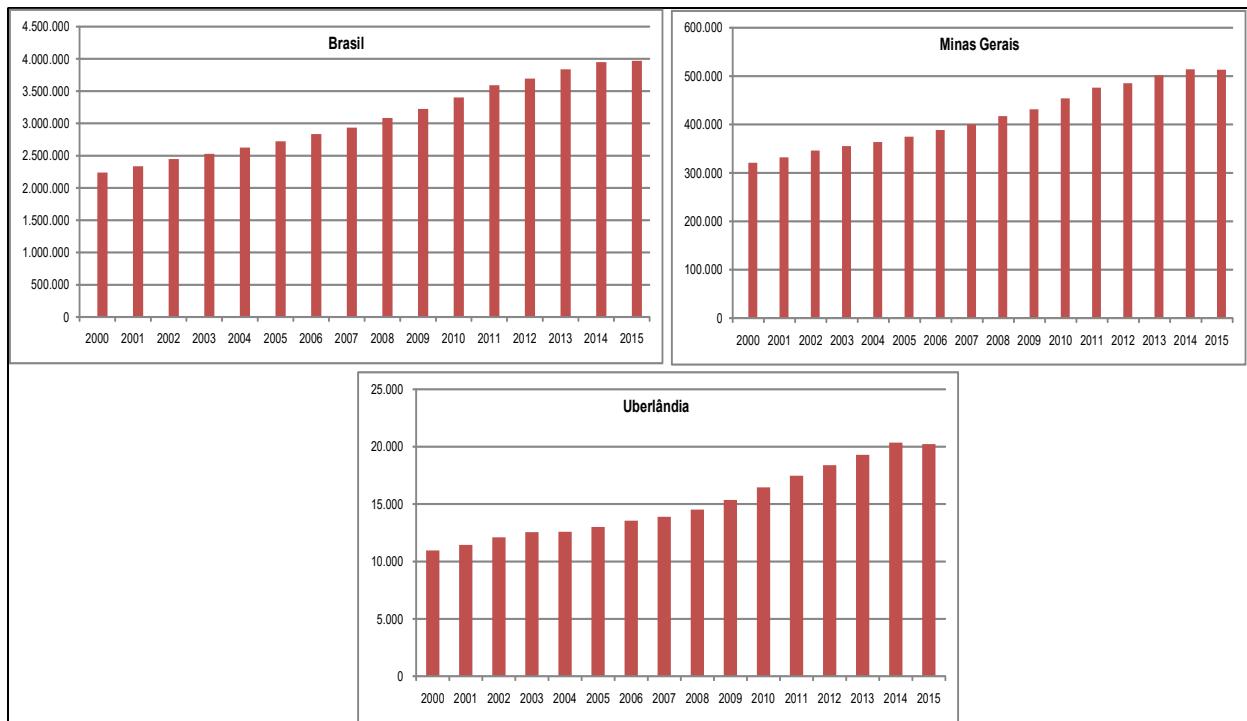
Tabela 1 - Número de estabelecimentos formais e variação anual percentual: Brasil, Minas Gerais e Uberlândia, 2000 a 2015

Ano	Brasil		Minas Gerais		Uberlândia	
	Número	Var.(%)	Número	Var.(%)	Número	Var.(%)
2000	2.238.687	-	321.160	-	10.962	-
2001	2.334.581	4,28	332.104	3,41	11.446	4,42
2002	2.447.865	4,85	346.230	4,25	12.101	5,72
2003	2.527.285	3,24	355.368	2,64	12.551	3,72
2004	2.626.176	3,91	363.794	2,37	12.590	0,31
2005	2.724.172	3,73	374.741	3,01	13.009	3,33
2006	2.833.567	4,02	388.673	3,72	13.554	4,19
2007	2.935.448	3,60	399.951	2,90	13.897	2,53
2008	3.085.470	5,11	417.356	4,35	14.515	4,45
2009	3.223.514	4,47	431.482	3,38	15.354	5,78
2010	3.403.448	5,58	454.061	5,23	16.454	7,16
2011	3.590.616	5,50	476.365	4,91	17.466	6,15
2012	3.695.735	2,93	485.490	1,92	18.395	5,32
2013	3.836.771	3,82	501.780	3,36	19.298	4,91
2014	3.949.979	2,95	514.085	2,45	20.357	5,49
2015	3.971.108	0,53	513.148	-0,18	20.229	-0,63
Variação Média		3,90	3,18		4,19	

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em Minas Gerais, a variação no número de estabelecimentos entre 2000 e 2015 foi de 59,78%, inferior, portanto, à variação verificada no país. Ainda assim, o quadro de crescimento no número de estabelecimentos apresentado no país também pôde ser constatado no estado desde 2000, com a taxa média de variação anual de 3,18%, mas, diferentemente do que ocorreu no país, houve a redução de 937 estabelecimentos em 2015 no estado (Tabela 1 e Figura 1).

Em Uberlândia, por sua vez, entre 2000 e 2015, o número de estabelecimentos formais saiu de 10.962 para 20.229, respectivamente, evidenciando um aumento de 84,54%, superior ao crescimento observado no Brasil e em Minas Gerais, com uma taxa média de variação anual de 4,19%, também maior do que no país e no estado (Tabela 1). Em 2015, no entanto, tal como verificado no estado, houve redução no número de estabelecimentos empregadores em relação a 2014 (variação anual de -0,63%).

Figura1 - Número de estabelecimentos formais: Brasil, Minas Gerais e Uberlândia, 2000 a 2015

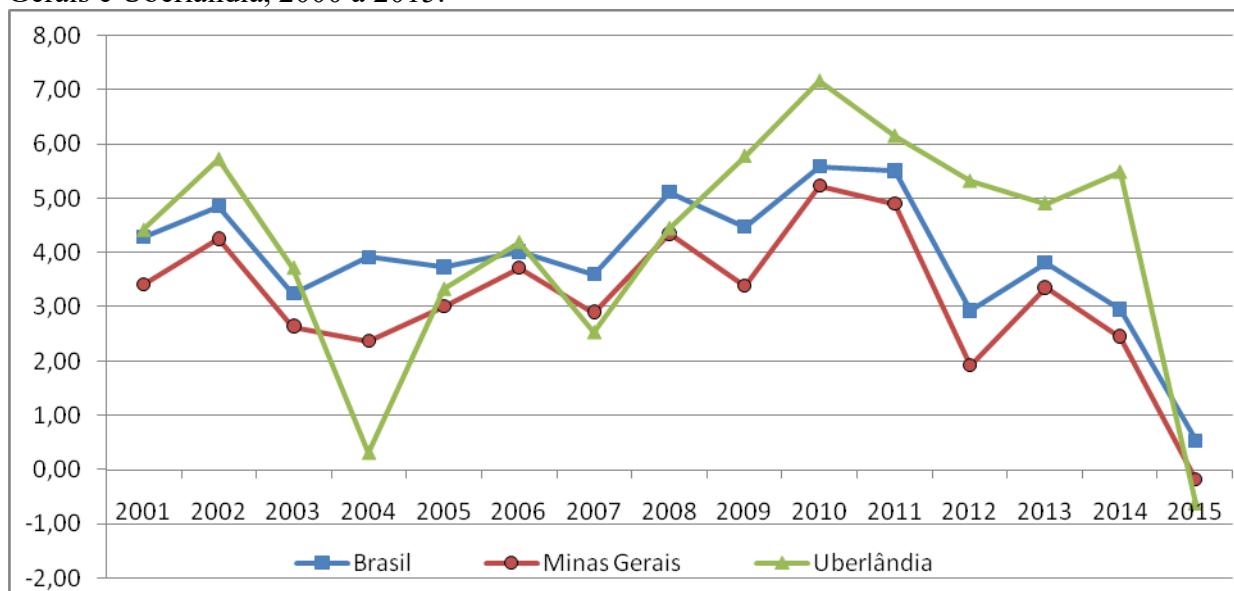
Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A Tabela 1 e o Gráfico 1 mostram que, no período 2000 a 2015, o quantitativo de estabelecimentos, no Brasil, apresentou variações anuais percentuais que oscilaram entre 3% e 4% de um ano para outro até 2010, com os anos de 2003 a 2005 e 2007 marcando as menores variações anuais – pouco mais de 3%. Nos anos de 2008 e 2010 foram observadas taxas de variação anual no número de estabelecimentos em torno de 5%, quadro que contribuiu para a obtenção de uma taxa média geométrica de crescimento anual de 3,88% a.a. no período 2000-2010 (Gráfico 2). O período seguinte, 2011 a 2015, ainda que tenha iniciado com uma variação anual elevada de 5,5% em 2011, foi marcado pela desaceleração no aumento do quantitativo de estabelecimentos a partir de 2012, com variações anuais em torno de 3%, chegando a 0,53% em 2015. Como resultado, a taxa média geométrica de crescimento anual caiu para 2,03% a.a. nesse período (Gráfico 2), evidenciando que os anos 2012 a 2015 foram os que registraram as menores variações anuais percentuais nesses dezesseis anos em análise, certamente como reflexo da desaceleração econômica vivenciada pela economia brasileira depois de 2010 e, mais intensamente, em 2015.

Em Minas Gerais, ao longo do período 2000-2015, as variações anuais mostraram-se mais baixas do que aquelas observadas para o Brasil (Tabela 1 e Gráfico 1). Em que pese a

evolução crescente do número de estabelecimentos formais no estado, esta se deu em menor magnitude do que em âmbito nacional. Contudo, observa-se quadro semelhante ao do país quando são analisadas as oscilações ocorridas no período. No período 2000-2010 as variações anuais percentuais estiveram entre 2% e 4% aproximadamente, com destaque para o ano 2010, em que a variação anual chegou a 5,23%. No período 2011-2015, no entanto, as variações anuais percentuais caíram substancialmente, chegando ao resultado negativo de -0,18% em 2015 relativamente a 2014. Em razão desse quadro, a taxa média geométrica de crescimento anual, que era de 3,2% a.a., no período 2000-2010, passou para 1,5% a.a. no período 2011-2015 (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Variação anual percentual do número de estabelecimentos formais: Brasil, Minas Gerais e Uberlândia, 2000 a 2015.

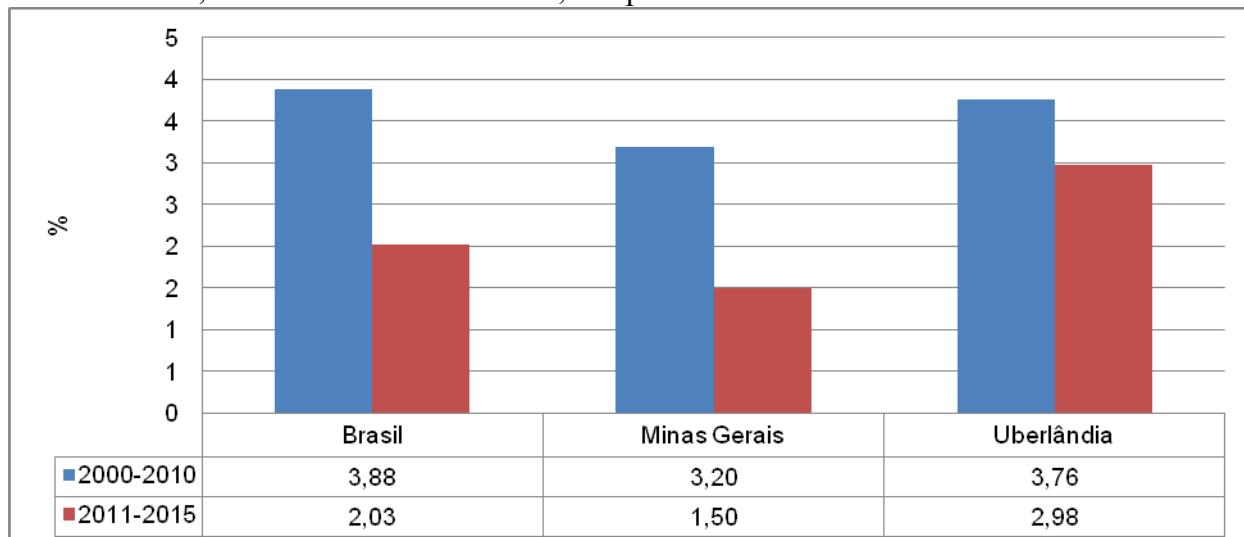


Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em Uberlândia, em quase todos os anos do período 2000-2015, o crescimento do número de estabelecimentos formais foi superior ao registrado no país e no estado (Tabela 1 e Gráfico 1). No interstício 2000-2010, com exceção do anos 2004 (com variação anual percentual de 0,31%), 2007 (2,53%) e 2008 (4,45%), em que as variações anuais no quantitativo de estabelecimentos empregadores mostraram menor aumento em relação aos resultados do país e do estado, nos demais anos os percentuais anuais de crescimento foram superiores, com destaque para o ano 2010, quando a variação anual foi de 7,16%, a mais elevada nos dezesseis anos analisados. A taxa média geométrica de crescimento anual nos anos 2000 a 2010 foi de 3,76% a.a., superior à

taxa registrada para o estado (3,20% a.a.) e pouco menor que a do país (3,88% a.a.), como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Taxa média geométrica de crescimento anual (%) do número de estabelecimentos formais: Brasil, Minas Gerais e Uberlândia, nos períodos 2000-2010 e 2011-2015



Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No período 2011-2015, especialmente até 2014, o município de Uberlândia vivenciou maior incremento no número de estabelecimentos do que o Brasil e o Estado de Minas Gerais, com variações anuais percentuais que ficaram entre 4% e 6% (Tabela 1 e Gráfico 1). Em âmbito nacional e estadual, a variação na quantidade de empregadores de mão-de-obra mostrava desaceleração significativa a partir de 2012. Em 2015, por causa do impacto da redução da atividade econômica, observa-se a diminuição no número de estabelecimentos no município – a variação anual percentual chega a -0,63%, acompanhando as quedas que se verificam no estado e no país, cujas variações anuais caíram para -0,18% e 0,53%, respectivamente. Diante desse quadro, a taxa média geométrica de crescimento anual saiu de 3,76% a.a., no período 2000-2010, para 2,98% a.a., no período 2011-2015, ainda assim superior às taxas registradas no país (2,03% a.a.) e no estado (1,5% a.a.), como mostra o Gráfico 2.

A evolução do número de estabelecimentos formais, por setor de atividade econômica, em Uberlândia, é apresentada na Tabela 2, que traz também a participação relativa de cada setor no total de estabelecimentos do município nos anos 2000 a 2015.

Tabela 2 - Uberlândia: número de estabelecimentos formais e participação relativa (%), segundo o setor de atividade econômica, 2000 a 2015

Ano	Adm. Pública		Agropecuária*		Comércio		Const. Civil		Extrat. Mineral		Ind. de Transf.		Serviços		Total = 100%		
	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	
2000	36	0,33	1.044	9,52	4.253	38,80	853	7,78	27	0,25	909	8,29	3.830	34,94	10	0,09	10.962
2001	39	0,34	982	8,58	4.542	39,68	843	7,37	29	0,25	931	8,13	4.069	35,55	11	0,10	11.446
2002	39	0,32	979	8,09	4.761	39,34	914	7,55	26	0,21	968	8,00	4.402	36,38	12	0,10	12.101
2003	37	0,29	1.111	8,85	4.953	39,46	929	7,40	31	0,25	981	7,82	4.502	35,87	7	0,06	12.551
2004	37	0,29	1.021	8,11	5.095	40,47	762	6,05	50	0,40	1.010	8,02	4.608	36,60	7	0,06	12.590
2005	27	0,21	1.081	8,31	5.315	40,86	722	5,55	26	0,20	1.044	8,03	4.785	36,78	9	0,07	13.009
2006	32	0,24	1.212	8,94	5.439	40,13	731	5,39	24	0,18	1.174	8,66	4.932	36,39	10	0,07	13.554
2007	30	0,22	1.217	8,76	5.558	39,99	814	5,86	29	0,21	1.204	8,66	5.035	36,23	10	0,07	13.897
2008	28	0,19	1.223	8,43	5.719	39,40	1.012	6,97	21	0,14	1.296	8,93	5.202	35,84	14	0,10	14.515
2009	31	0,20	1.216	7,92	5.973	38,90	1.189	7,74	19	0,12	1.340	8,73	5.574	36,30	12	0,08	15.354
2010	32	0,19	1.207	7,34	6.487	39,43	1.399	8,50	22	0,13	1.355	8,24	5.938	36,09	14	0,09	16.454
2011	29	0,17	1.118	6,40	6.905	39,53	1.573	9,01	20	0,11	1.448	8,29	6.354	36,38	19	0,11	17.466
2012	31	0,17	1.081	5,88	7.243	39,37	1.690	9,19	24	0,13	1.498	8,14	6.808	37,01	20	0,11	18.395
2013	30	0,16	1.067	5,53	7.442	38,56	1.930	10,00	24	0,12	1.579	8,18	7.208	37,35	18	0,09	19.298
2014	31	0,15	1.123	5,52	7.491	36,80	2.237	10,99	23	0,11	1.674	8,22	7.758	38,11	20	0,10	20.357
2015	30	0,15	1.064	5,26	7.362	36,39	2.277	11,26	18	0,09	1.644	8,13	7.809	38,60	25	0,12	20.229

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

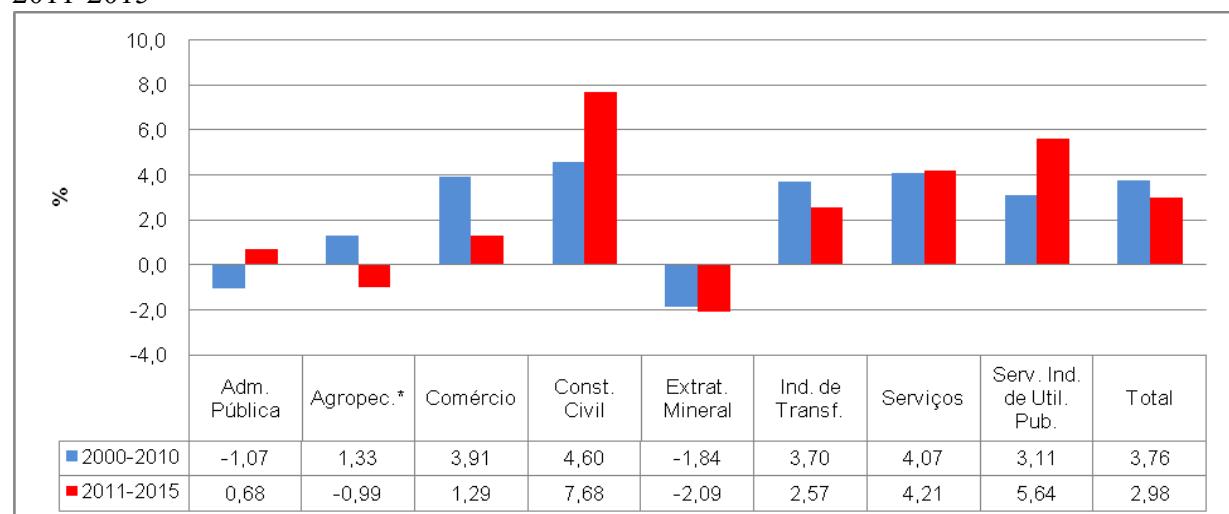
*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Inicialmente, é possível perceber que dois setores se destacam com o maior número de estabelecimentos – Comércio e Serviços. De 2000 a 2013, o setor Comércio detinha a maior participação relativa dentre os demais (com percentuais que variaram entre 39% a 40%), seguido de perto pelo setor Serviços (com percentuais entre 35% e 37%). Nos anos 2014 e 2015, a participação relativa do setor Serviços (38,1% e 39,6%, respectivamente) superou a do Comércio (36,8% e 36,4%, respectivamente).

Até 2007, os setores Agropecuária (inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca) e Indústria de Transformação ocupavam a terceira e a quarta posições em número de estabelecimentos formais registrados, com percentuais muito próximos (entre 8% e 9%), vindo logo após o setor Construção Civil (com participação entre 5% e 8%). A partir de 2008, observa-se a diminuição da participação do número de estabelecimentos na Agropecuária, que sai de 8,43%, em 2008, para 5,26% em 2015. A Indústria de Transformação mantém sua participação relativa em torno de 8%, enquanto o setor Construção Civil evidencia significativo aumento em sua participação no total de estabelecimentos no município de Uberlândia, passando de 6,97%, em 2008, para 11,26% em 2015, com percentuais superiores aos registrados para a Indústria de Transformação e para a Agropecuária a partir de 2010.

O resultado dessa evolução do número de estabelecimentos em Uberlândia pode ser constatado no Gráfico 3, onde são evidenciadas as taxas médias geométricas de crescimento anual nos períodos 2000-2010 e 2011-2015.

Gráfico 3 - Uberlândia: taxa média geométrica de crescimento anual (%) do número de estabelecimentos formais, segundo o setor de atividade econômica, nos períodos 2000-2010 e 2011-2015



Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

O primeiro período (2000-2010) é marcado por taxas positivas em quase todos os setores, exceto em Administração Pública (-1,07% a.a.) e Extrativa Mineral (-1,84% a.a.). Nos demais setores de atividade econômica, as taxas positivas indicaram o aumento do número de estabelecimentos, destacando-se Construção Civil (4,6% a.a.), Serviços (4,07% a.a.), Comércio (3,91% a.a.) e Indústria de Transformação (3,7% a.a.).

No período seguinte (2011-2015), os setores que registraram diminuição no número de estabelecimentos formais foram: Extrativa Mineral (-2,09% a.a.) e Agropecuária (-0,99% a.a.). Já os setores que apresentaram as taxas geométricas positivas mais elevadas foram: Construção Civil (7,68% a.a.), Serviços Industriais de Utilidade Pública (5,64% a.a.), Serviços (4,21%) e Indústria de Transformação (2,57%).

O setor Construção Civil destacou-se como o setor que evidenciou crescimento significativo no quantitativo de estabelecimentos formais nos dois períodos analisados e, mesmo nos anos em que há forte desaceleração da atividade econômica no país, no município de Uberlândia esse setor não apenas manteve trajetória de aumento como alcançou a maior taxa média geométrica de crescimento anual nos anos 2011-2015 (7,68% a.a.), evidenciando importante contribuição na empregabilidade de mão de obra.

Há que se ressaltar, no entanto, que o conjunto de medidas governamentais que estimulou os investimentos nesse setor desde 2008 - aumento da oferta de crédito por intermédio dos bancos públicos, as isenções fiscais sobre alguns materiais de construção e os investimentos públicos em infraestrutura e em habitação -, a fim de conter os impactos da crise econômica internacional iniciada em 2007, começou a dar sinais de esgotamento e passou por reversão em 2015, com as crises econômica e política do Brasil, comprometendo a trajetória de crescimento do setor. Em 2015, por exemplo, o setor Construção Civil registrou uma variação anual percentual de 1,79% em relação ao ano 2014, resultado expressivamente menor do que aqueles apresentados desde 2008, quando as variações anuais foram superiores a 12%, chegando a 17,66% em 2010, relativamente a 2009, e 15,91% em 2014, relativamente a 2013.

A evolução do número de estabelecimentos formais por setor de atividade econômica e por tamanho do estabelecimento mostra que, em quase todos os setores, a maioria dos estabelecimentos tinha até 19 empregados nos quatro anos analisados - 2000, 2005, 2010 e 2015 -, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Uberlândia: número de estabelecimentos formais e participação relativa (%), segundo o setor de atividade econômica e tamanho do estabelecimento, 2000, 2005, 2010e 2015

(Continua na próxima página)

Setor de atividade econômica	Tamanho Estabelecim.	2000		2005		2010		2015	
		Núm.	Part.(%)	Núm.	Part.(%)	Núm.	Part.(%)	Núm.	Part.(%)
Adm. Pública	Até 19	12	33,33	4	14,81	9	28,13	7	23,33
	De 20 a 99	7	19,44	8	29,63	6	18,75	8	26,67
	De 100 a 499	12	33,33	12	44,44	12	37,50	11	36,67
	500 ou mais	5	13,89	3	11,11	5	15,63	4	13,33
	Total	36	100	27	100	32	100	30	100
Agropecuária*	Até 19	1.007	96,46	1.038	96,02	1.182	97,93	1.025	96,33
	De 20 a 99	24	2,30	29	2,68	18	1,49	31	2,91
	De 100 a 499	13	1,25	13	1,20	6	0,50	6	0,56
	500 ou mais	-	-	1	0,09	1	0,08	2	0,19
	Total	1.044	100	1.081	100	1.207	100	1.064	100
Comércio	Até 19	4.085	96,05	5.073	95,45	6.138	94,62	6.990	94,95
	De 20 a 99	152	3,57	213	4,01	311	4,79	323	4,39
	De 100 a 499	12	0,28	25	0,47	34	0,52	47	0,64
	500 ou mais	4	0,09	4	0,08	4	0,06	2	0,03
	Total	4.253	100	5.315	100	6.487	100	7.362	100
Const. Civil	Até 19	793	92,97	667	92,38	1.286	91,92	2.174	95,48
	De 20 a 99	50	5,86	44	6,09	91	6,50	91	4,00
	De 100 a 499	9	1,06	10	1,39	20	1,43	11	0,48
	500 ou mais	1	0,12	1	0,14	2	0,14	1	0,04
	Total	853	100	722	100	1.399	100	2.277	100
Extrat. Mineral	Até 19	25	92,59	24	92,31	19	86,36	16	88,89
	De 20 a 99	2	7,41	2	7,69	3	13,64	2	11,11
	Total	27	100	26	100	22	100	18	100
Ind. de Transformação	Até 19	790	86,91	904	86,59	1.175	86,72	1.468	89,29
	De 20 a 99	100	11,00	113	10,82	151	11,14	145	8,82
	De 100 a 499	16	1,76	22	2,11	23	1,70	25	1,52
	500 ou mais	3	0,33	5	0,48	6	0,44	6	0,36
	Total	909	100	1.044	100	1.355	100	1.644	100

Tabela 3 - Uberlândia: número de estabelecimentos formais e participação relativa (%), segundo o setor de atividade econômica e tamanho do estabelecimento, 2000, 2005, 2010e 2015

(Continuação)

Setor de atividade econômica	Tamanho Estabelecim.	2000		2005		2010		2015	
		Núm.	Part. (%)						
Serviços	Até 19	3.520	91,91	4.397	91,89	5.369	90,42	7.088	90,77
	De 20 a 99	259	6,76	326	6,81	478	8,05	596	7,63
	De 100 a 499	42	1,10	55	1,15	72	1,21	99	1,27
	500 ou mais	9	0,23	7	0,15	19	0,32	26	0,33
Total		3.830	100	4.785	100	5.938	100	7.809	100
Serv. Ind.de Util. Púb.	Até 19	9	90,00	7	77,78	10	71,43	17	68,00
	De 20 a 99	-	0,00	-	0,00	2	14,29	6	24,00
	De 100 a 499	1	10,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
	500 ou mais	-	0,00	2	22,22	2	14,29	2	8,00
Total		10	100	9	100	14	100	25	100
Total Geral		10.962	-	13.009	-	16.454	-	20.229	-

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

No setor Agropecuária, mais de 96% dos empregadores formais registraram até 19 empregados em 2000 e em 2005. Em 2010, esse percentual subiu para 98% aproximadamente, e, em 2015, retornou para 96%. No setor Comércio, a participação relativa dos estabelecimentos com até 19 empregados ficou em torno de 95% nos quatro anos analisados, sendo seguida pela participação relativa dos estabelecimentos com 20 a 99 empregados, mas com percentuais significativamente menores – variando entre 4% e 5%. Na Construção Civil também é preponderante o número de estabelecimentos com até 19 empregados – 92,97% em 2000; 92,38% em 2005; 91,92% em 2010, e 95,48% em 2015. No setor Serviços, mais de 90% dos estabelecimentos declararam ter até 19 empregados em 2000, 2005, 2010 e 2015. No setor Indústria de Transformação, ainda que sejam preponderantes os estabelecimentos com até 19 empregados (mais de 85% em todos os anos), os estabelecimentos com 20 a 99 empregados têm participação relativa mais elevada do que em qualquer um dos outros setores, com percentuais que ficaram em torno de 11%. Exceções a esse quadro em que são preponderantes os menores estabelecimento são os setores Administração Pública e Serviços Industriais de Utilidade

Pública, especialmente o primeiro, no qual cerca de 50% dos estabelecimentos registraram mais de 100 empregados nos anos analisados.

A distribuição do número de estabelecimentos formais por subsetores pode ser vista na Tabela 4. Observa-se que, no setor Comércio, que se encontra em primeira posição quanto ao número de empregadores formais nos anos 2000, 2005 e 2010, o subsetor com maior participação relativa é Comércio Varejista – 33,78%, 35,91% e 35,08%, respectivamente – em relação ao Comércio Atacadista, cujos percentuais giram em torno de 4% a 5% nos anos considerados.

Em 2015, o setor Serviços, que tinha segunda posição, passa a ter o maior número de estabelecimentos, com 38,6% do total. Destacam-se os subsetores Administração Técnica Profissional - com participações que variam entre 12% e 13% nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015 -, Alojamento e Comunicação - entre 9% a 11% -, Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários – entre 5% e 6% -, e Transporte e Comunicações – entre 4% e 6%, aproximadamente.

Nos anos 2000 e 2005 o setor Agropecuária foi o terceiro setor com maior número de estabelecimentos formais, com participações relativas de 9,52% e 8,31%, respectivamente. Em 2010 e 2015, foi o setor Indústria de Transformação que assumiu essa posição - 8,24% e 8,13%, respectivamente -, com destaque para os subsetores Alimentos e Bebidas (em torno de 2%), Indústria Têxtil, Indústria Metalúrgica e Papel e Gráfica, com 1% cada.

Tabela 4 - Uberlândia: número de estabelecimentos formais e participação relativa (%), segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2000, 2005, 2010 e 2015

(Continua na próxima página)

Setor de atividade econômica	Subsetor	2000		2005		2010		2015	
		Núm.	Part. (%)						
Adm. Pública	Administração Pública	36	0,33	27	0,21	32	0,19	30	0,15
	Total	36	0,33	27	0,21	32	0,19	30	0,15
Agropec.*	Agricultura e Pecuária	1.044	9,52	1.081	8,31	1.207	7,34	1.064	5,26
	Total	1.044	9,52	1.081	8,31	1.207	7,34	1.064	5,26
Comércio	Comércio Varejista	3.703	33,78	4.672	35,91	5.772	35,08	6.555	32,40
	Comércio Atacadista	550	5,02	643	4,94	715	4,35	807	3,99
Const. Civil	Total	4.253	38,80	5.315	40,86	6.487	39,43	7.362	36,39
	Construção Civil	853	7,78	722	5,55	1.399	8,50	2.277	11,26
Extrat. Mineral	Total	853	7,78	722	5,55	1.399	8,50	2.277	11,26
	Extrativa Mineral	27	0,25	26	0,20	22	0,13	18	0,09
Ind. de Transf.	Total	27	0,25	26	0,20	22	0,13	18	0,09
	Prod. Mineral não Metál.	42	0,38	55	0,42	71	0,43	98	0,48
Indústria	Indústria Metalúrgica	100	0,91	126	0,97	172	1,05	273	1,35
	Indústria Mecânica	36	0,33	42	0,32	98	0,60	117	0,58
Indústria	Elétrico e Comunic.	17	0,16	23	0,18	20	0,12	34	0,17
	Total	30	0,27	24	0,18	39	0,24	43	0,21
Indústria	Material de Transporte	67	0,61	91	0,70	113	0,69	163	0,81
	Total	67	0,61	91	0,70	113	0,69	163	0,81
Indústria	Papel e Gráfica	101	0,92	93	0,71	128	0,78	146	0,72
	Total	101	0,92	93	0,71	128	0,78	146	0,72
Indústria	Borracha, Fumo, Couros	37	0,34	55	0,42	90	0,55	86	0,43
	Total	37	0,34	55	0,42	90	0,55	86	0,43
Indústria	Indústria Química	64	0,58	76	0,58	86	0,52	94	0,46
	Total	64	0,58	76	0,58	86	0,52	94	0,46

Tabela 4 - Uberlândia: número de estabelecimentos formais e participação relativa (%), segundo o setor e subsetor de atividade econômica, 2000, 2005, 2010 e 2015

(Continuação)

Setor de atividade econômica	Subsetor	2000		2005		2010		2015	
		Núm.	Part. (%)						
Ind. de Transf.	Indústria Têxtil	148	1,35	147	1,13	204	1,24	192	0,95
	Indústria Calçados	22	0,20	30	0,23	27	0,16	21	0,10
	Alimentos e Bebidas	245	2,23	282	2,17	307	1,87	377	1,86
Total		909	8,29	1.044	8,03	1.355	8,24	1.644	8,13
Serviços	Instituição Financeira	160	1,46	188	1,45	239	1,45	254	1,26
	Adm Técnica Profissional	1.281	11,69	1.586	12,19	1.932	11,74	2.644	13,07
	Transporte e Comunicações	434	3,96	652	5,01	882	5,36	1.164	5,75
	Aloj Comunic.	1.034	9,43	1.310	10,07	1.651	10,03	2.297	11,35
	Médicos Odont. e Veterinários	736	6,71	839	6,45	919	5,59	1.045	5,17
	Ensino	185	1,69	210	1,61	315	1,91	405	2,00
	Total	3.830	34,94	4.785	36,78	5.938	36,09	7.809	38,60
Serv. Ind. de Util. Pub.	Serv. Ind. de Util. Pub.	10	0,09	9	0,07	14	0,09	25	0,12
	Total	10	0,09	9	0,07	14	0,09	25	0,12
Total Geral		10.962	100	13.009	100	16.454	100	20.229	100

Fonte: RAIS/MTE/FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Diante do exposto, a análise da evolução do número de estabelecimentos no município de Uberlândia mostrou que houve crescimento no quantitativo de empregadores formais no período 2000-2015, assim como aconteceu no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Contudo, esse crescimento não se deu a taxas crescentes. Até 2011 as variações anuais percentuais foram mais elevadas, enquanto, a partir de 2012, e mais intensamente em 2015, como reflexo da desaceleração econômica vivenciada pela economia brasileira, verificou-se menor crescimento e, em alguns setores, até redução do número de estabelecimentos formais no município.

Uberlândia tem uma estrutura produtiva diversificada, e revela alguns setores com maior quantidade de estabelecimentos no mercado formal, como Comércio e Serviços, devendo-se

reconhecer também a relevância de setores como Agropecuária, Indústria de Transformação e Construção civil na dinâmica econômica local. Este último, como o estudo mostrou, manteve taxas positivas de crescimento do número de estabelecimentos mesmo nos anos 2014 e 2015, quando foi observada a desaceleração ou mesmo retração nos demais setores.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos o estudo evidenciou que são os pequenos (até 19 empregados) os preponderantes em todos os setores de atividade econômica, os quais, ainda que tenham mantido variações positivas ao longo dos anos analisados, registraram desaceleração no quantitativo de empregadores formais.

O quadro aqui delineado reflete a consequência direta da crise econômica e mostra a necessidade de retomada do crescimento da economia por meio do investimento público e privado; investimento este que cumpre papel fundamental numa economia capitalista por provocar efeitos encadeados nos setores econômicos, promovendo o aumento do produto e da renda, os quais, se incluídos num projeto de desenvolvimento por parte do Estado, constituem variáveis-chave na promoção da distribuição de renda e da redução da desigualdade socioeconômica.

2.3 - Panorama do Comércio Internacional de Uberlândia nos anos 2000 a 2016

Ana Alice B. P. D. Garlipp¹⁵

O desenvolvimento econômico do município de Uberlândia conta com significativa participação das trocas no comércio internacional, alcançando mercados globalizados por meio das exportações de produtos de ampla demanda mundial, destacadamente dos que decorrem da agropecuária. Nesse sentido, pode-se dizer que parte relevante de sua estrutura produtiva é voltada para produzir bens para exportação, com valores que proporcionam resultados superavitários da Balança Comercial deste município, além de contribuir com os resultados da Balança Comercial de Minas Gerais.

A partir da base de dados, “Estatísticas de Comércio Exterior” da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2016), é possível identificar a evolução das vendas e compras, no mercado internacional, realizadas pelas empresas exportadoras e importadoras com domicílio fiscal no município de Uberlândia, bem como identificar os produtos que são comercializados, a origem e o destino dos mesmos.

2.3.1 - Exportações do município de Uberlândia

Conforme a base de dados do MDIC (2016), os dados da Tabela 1 registram série histórica com valores exportados por Uberlândia, de 2000 a 2016, e sua participação nas exportações de Minas Gerais. Observa-se que, os valores exportados por este município se modificam a partir de 2007, saltando de US\$ 145,33 milhões para US\$ 331,60 em 2008, atingindo seu maior registro no ano de 2013, com exportações de US\$ 427,47 milhões. Tal comportamento difere daqueles apresentados pelas exportações do estado, quando seus maiores valores são registrados nos anos de 2010 e 2011. Por outro lado, os valores exportados por Uberlândia, nos anos de 2002 e 2004, foram os que mais contribuíram com as exportações de

¹⁵ Economista do IERI/UFU e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Minas Gerais no período analisado, mantendo sua participação quase que constante na maior parte dos outros anos (Tabela 1).

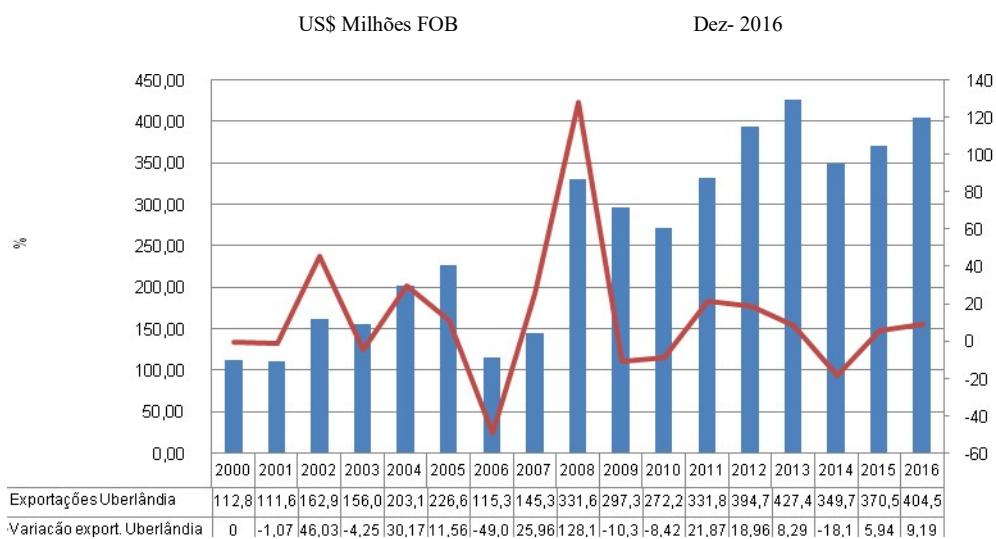
Entretanto, ao se observar o comportamento das exportações de Uberlândia através das variações ano a ano, no período de 2000 a 2016, verifica-se que os anos em que mais despontaram foram 2008 e 2002, crescendo 128,27% e 46,03% em relação ao ano anterior, respectivamente. Por outro lado, também chama a atenção os anos em que as exportações recuaram em relação ao ano anterior, destacando-se os anos de 2006 e 2014, com decréscimo de -49,0% e -18,18%, respectivamente (Gráfico 1).

Tabela 1 - Exportações de Uberlândia e Minas Gerais, participação relativa das exportações de Uberlândia nas exportações de Minas Gerais, 2000 a 2016

Anos	US\$ Milhões FOB		Dez- 2016
	Minas Gerais	Uberlândia	Uberlândia/MG
2000	6.712,30	112,82	1,68
2001	6.059,71	111,61	1,84
2002	6.353,22	162,98	2,57
2003	7.440,40	156,06	2,1
2004	10.007,22	203,15	2,03
2005	13.514,97	226,63	1,68
2006	15.658,22	115,38	0,74
2007	18.355,15	145,33	0,79
2008	24.444,43	331,6	1,36
2009	19.517,68	297,32	1,52
2010	31.224,59	272,28	0,87
2011	41.392,88	331,82	0,8
2012	33.248,66	394,73	1,19
2013	33.436,93	427,47	1,28
2014	29.320,69	349,72	1,19
2015	22.009,21	370,51	1,68
2016	21.920,66	404,58	1,85

Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/ IERIUFU.

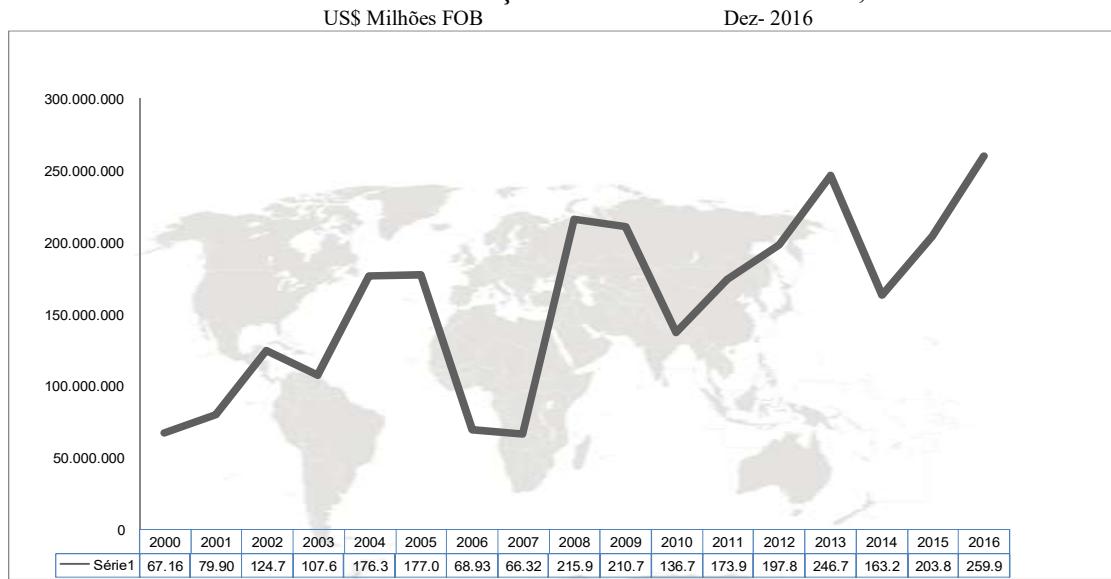
Gráfico 1 - Exportações de Uberlândia: variação anual percentual, 2000 a 2016



Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/ IERIUFU.

Ainda quanto às exportações de Uberlândia, ressalta-se sua importância através dos resultados dos fluxos de comércio internacional, quando as vendas deste município superaram suas compras no mercado internacional, proporcionando saldo positivo na Balança Comercial, em toda série histórica de 2000 a 2016. Neste sentido, os anos de 2013 e 2016 despontam com os maiores superávits comerciais da série. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Resultado da Balança Comercial de Uberlândia, 2000 a 2016



Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/ IERIUFU.

2.3.1.1 - Principais produtos exportados, países de destino e vias de escoamento

Quanto aos produtos exportados por Uberlândia, a análise se circunscreve ao período de 2010 a 2016, tomando como referência o total dos valores exportados, por tipo de produto e suas respectivas participações, neste período. Neste sentido, embora se constate que a pauta das exportações de Uberlândia, contém um grande número de produtos, ao computar seus valores e respectivas participações, os resultados apontam que as maiores participações são dos produtos decorrentes do setor agropecuário, quer seja na forma *in natura*, ou semi processados e processados. Desta maneira, pode se identificar que a pauta das exportações überlandense é majoritariamente composta pelas *commodities* agrícolas.

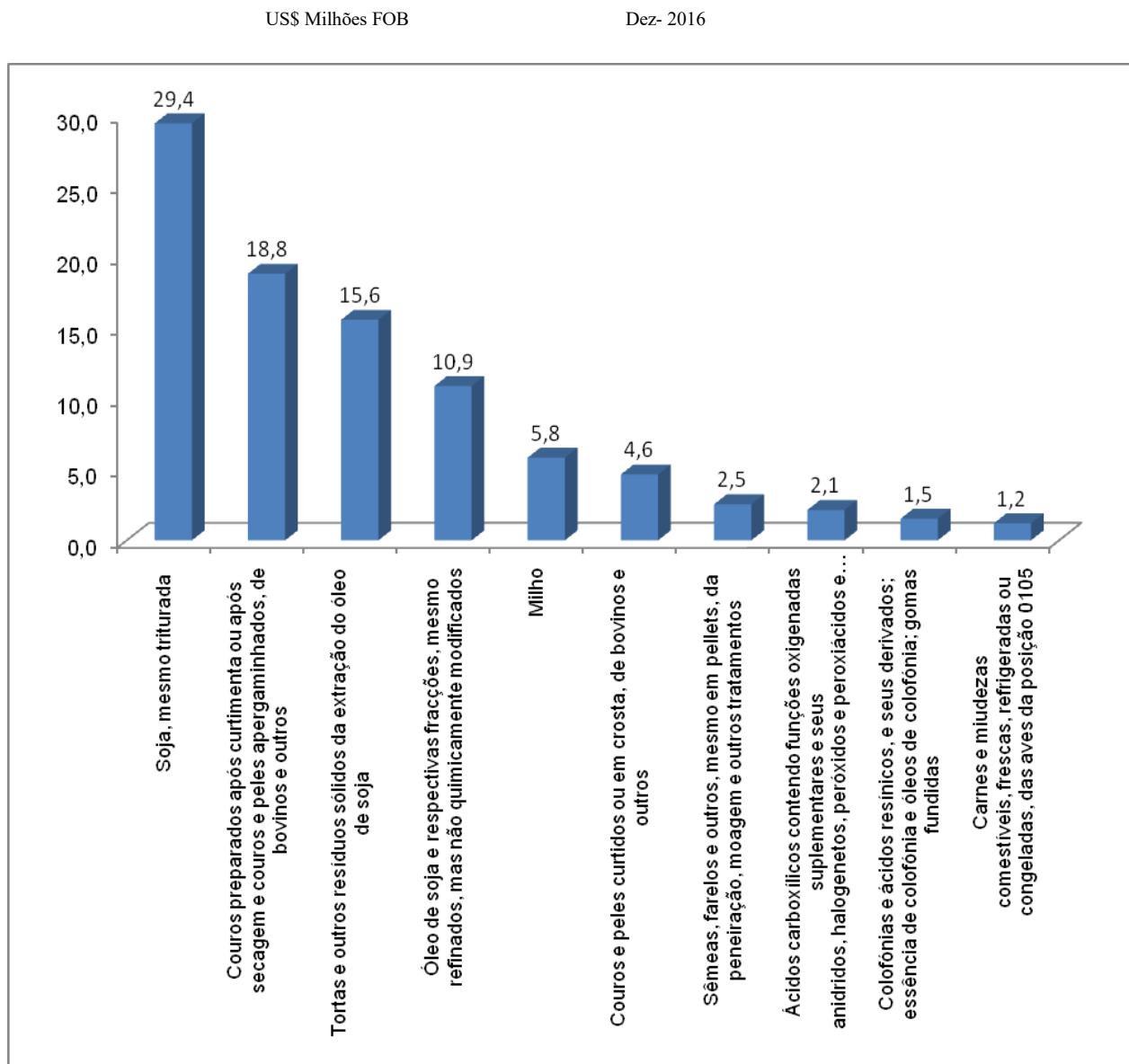
Com base nos dados, “Estatísticas de Comércio Exterior” (MDIC, 2016), que classifica os produtos comercializados no mercado internacional pelo Código de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), ao se contabilizar a soma de todos os produtos exportados por Uberlândia, de 2010 a 2016, e suas participações no total do valor exportado neste período, o resultado registra que o produto *Soja, mesmo triturada* tem a maior participação dentre os demais, sendo responsável por quase 30% da pauta das exportações do município (Gráfico 3).

No entanto, ainda observando os principais produtos exportados, pode-se dizer que os de maior peso nas exportações de Uberlândia, nesse período, representam cadeias produtivas do agronegócio local, como são os produtos que decorrem dos Complexos: Carne e Soja, representados nas exportações de *Couros e peles, preparados e curtidos* (20% e 5%) respectivamente; *Tortas e outros resíduos sólidos extraídos da soja* (15,6%) e *Óleo de soja* (10,9%) (Gráfico 3).

Por outro lado, também é importante salientar, que os dados sobre exportações no município, extraídos da base de dados, “Estatísticas de Comércio Exterior”, não necessariamente correspondem ao município produtor, uma vez que para este tipo de estatística são computadas as informações do domicílio fiscal da empresa. Para melhor esclarecer, dentre outros exemplos, podemos citar os registros sobre *Soja, mesmo que triturada* e *Milho*, que no município de Uberlândia contam com informações de empresas que comercializam os produtos soja e milho, produzidos neste município e em outros municípios e estados. Assim, enquanto parte dessas empresas se limita apenas a comercialização dos produtos *in natura*, outras produzem e transformam o bem, e também comercializam o grão.

De acordo com a base de dados do MDIC (2016), as informações sobre empresas exportadoras de Uberlândia estão disponibilizadas por faixa de valor exportado, e neste conjunto se encontram empresas de capital local, de capital nacional e multinacional. Para essas informações foram selecionados os anos de 2006, 2011 e 2016 (Quadro 1), a fim de demonstrar a evolução ocorrida neste período. Através desses dados, registra-se que, no ano de 2006, Uberlândia contava com 45 empresas exportadoras enquanto, em 2016, passou a ter 52 empresas (Quadro 1).

Gráfico 3 - Uberlândia: participação relativa dos principais produtos exportados no total das exportações do município, segundo valor exportado, 2010 a 2016



Fonte: Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/ IERIUFU.

Quando se observa o volume de empresas por faixa de valor exportado verifica-se que a maior parte delas pertence à faixa de *Até 1 US\$ milhão*, em todos os anos pesquisados, bem como verifica-se, também, que só a partir de 2006 Uberlândia passa a ter 1 (uma) empresa exportadora que exporta valores acima de US\$ 100 milhões (Quadro 1).

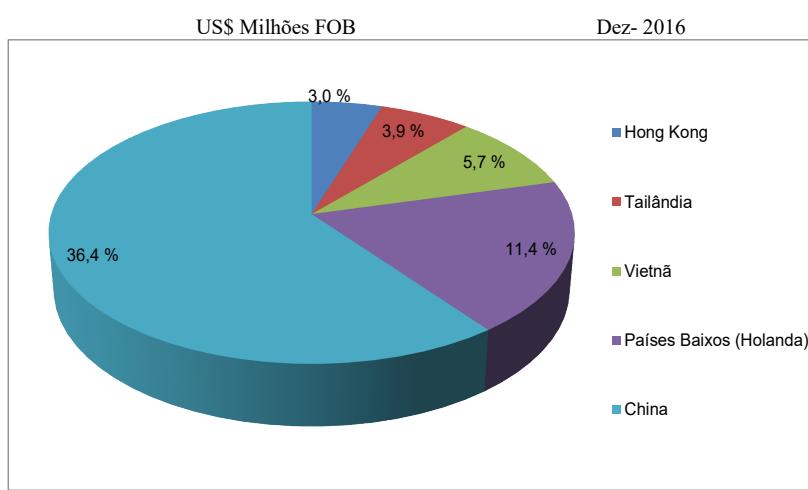
Quadro 1 - Número de empresas exportadoras em Uberlândia, segundo faixa de valor exportado, nos anos 2006, 2011 e 2016

Faixas	US\$ Milhões FOB			Dez- 2016	
	2006	2011	2016	Total na faixa	2016/2006 (%)
Até US\$ 1 milhão	36	33	41	110	73,3
Entre US\$ 1 milhão e US\$ 5 milhões	4	9	6	19	12,7
Entre US\$ 5 e US\$ 10 milhões	—	2	4	6	4,0
Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões	4	2	2	8	5,3
Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões	1	1	3	5	3,3
Acima de US\$ 100 milhões	—	1	1	2	1,3
Total no ano	45	48	57	150	100,0

Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/IERIUFU.

Ainda quanto às exportações, ao averiguar quais são os principais destinos das exportações de Uberlândia, verifica-se que os maiores valores exportados (US\$) são direcionados ao mercado chinês, absorvendo 36,4% do total das exportações de 2010 a 2016. Na sequência, os principais destinos são: Países Baixos (11,4%); Vietnã (5,7%); Tailândia (3,9%) e Hong Kong (3,0%) (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Principais países de destino das exportações de Uberlândia: participação relativa do valor no total das exportações, 2010 a 2016 (%)



Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/ IERIUFU.

Quanto à maneira como ocorre o destino dos produtos exportados, se dá através de alguns tipos de vias de escoamento, entretanto, a maior parte das exportações é realizada pela via dos portos. Quanto a esta informação, verifica-se que no período de 2010 a 2016, a maior parte das exportações de Uberlândia foi realizada pelo Porto de Santos (51,6%), seguido de outros portos, localizados em diversos estados do país, conforme apontado no Quadro 2.

Quadro 2 - Principais vias de escoamento das Exportações de Uberlândia, 2010 a 2016
US\$ Milhões FOB
Dez- 2016

Vias de Saída	Participação no total das exportações (%)
SANTOS - SP	51,0
VITORIA - PORTO - ES	24,4
PORTO DE PARANAGUA - PR	11,7
MANAUS - PORTO - AM	2,4
PORTO DE RIO GRANDE - RS	2,3
SAO PAULO - AEROPORTO - SP	1,4
URUGUAIANA - RODOVIA - RS	1,3

Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/ IERIUFU.

2.3.2 - Importações do município de Uberlândia

No que tange as importações de Uberlândia, considera-se nesta análise, os dados da série histórica de 2000 a 2016, disponíveis na base de dados “Estatísticas de Comércio Exterior” (MDIC, 2016). Segundo tais registros, observa-se que a partir de 2010 os valores absolutos, importados por este município, aumentam em relação aos anos anteriores, destacadamente nos anos de 2012 e 2014, quando importou US\$ 196,47 milhões e 186,46 milhões, respectivamente. Tal comportamento também é percebido nas importações de Minas Gerais, que crescem a partir de 2010 em relação aos anos anteriores.

Nestes mesmos anos, quando se calcula a participação das importações de Uberlândia nas importações de Minas Gerais, os resultados isolados permitem visualizar variações crescentes nos últimos três anos da série, no entanto, são tidos como reflexo da redução das importações do estado, ao invés deste efeito ser atribuído ao crescimento das importações de Uberlândia (Tabela 2).

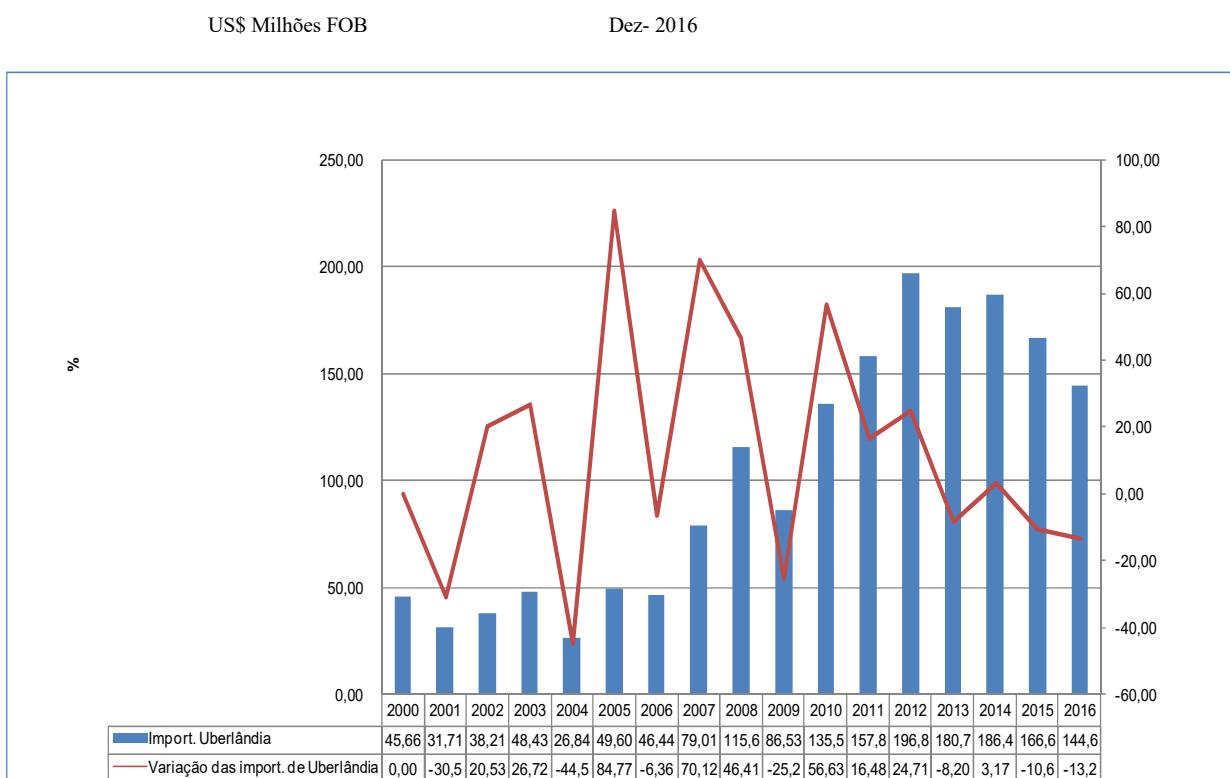
Tabela 2 - Importações de Uberlândia e Minas Gerais, participação relativa das importações de Uberlândia nas importações de Minas Gerais, 2000 a 2016

Anos	US\$ Milhões FOB		Dez- 2016
	Minas Gerais	Uberlândia	
	US\$ milhões		
2000	2.778,81	45,66	1,64
2001	3.001,48	31,71	1,06
2002	2.514,64	38,21	1,52
2003	2.431,95	48,43	1,99
2004	2.987,33	26,84	0,90
2005	3.935,68	49,60	1,26
2006	4.858,64	46,44	0,96
2007	6.504,85	79,01	1,21
2008	10.483,32	115,67	1,10
2009	7.350,82	86,53	1,18
2010	9.967,23	135,53	1,36
2011	13.028,49	157,86	1,21
2012	12.054,60	196,87	1,63
2013	12.343,92	180,73	1,46
2014	11.008,53	186,46	1,69
2015	8.776,84	166,62	1,90
2016	6.554,85	144,64	2,21

Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/ IERIUFU.

Entretanto, ao se observar o comportamento das importações de Uberlândia através das variações relativas dos valores importados ano a ano, no período de 2000 a 2016, verifica-se que nos anos em que mais cresceram foram 2005 e 2007, variando 84,77% e 70,12% em relação ao ano anterior, respectivamente. Por outro lado, também chama a atenção os anos em que as importações recuaram em relação ao ano anterior, destacando-se nos anos de 2001 e 2004 com decréscimo de -30,5% e -44,5%, respectivamente. (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Importações de Uberlândia: variação anual percentual, 2000 a 2016

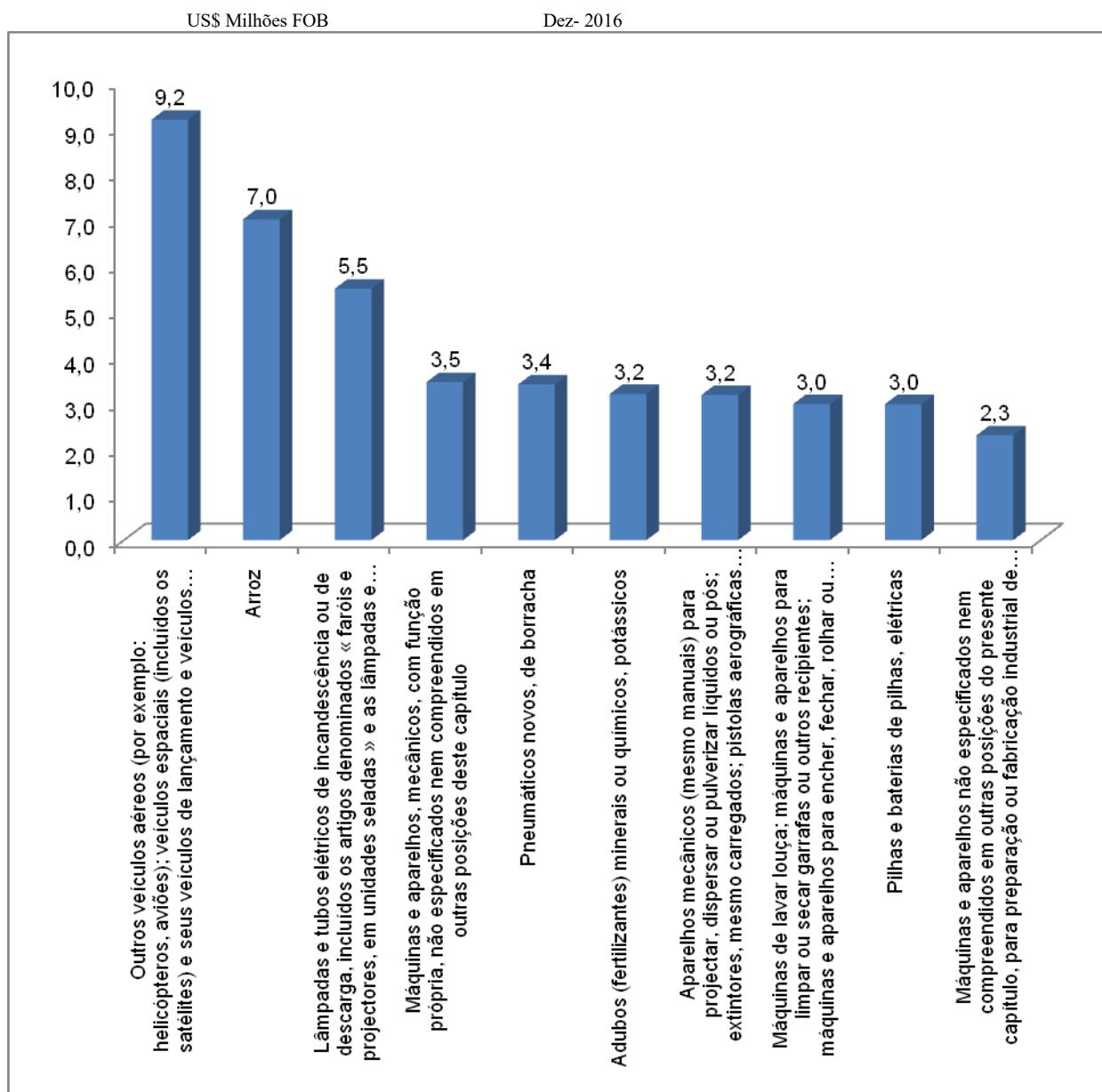


Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/IEUFU.

2.3.2.1 - Principais produtos importados, países de origem e vias de escoamento

Quanto aos produtos importados por Uberlândia, os dados analisados se referem ao período de 2010 a 2016, tomando como referência o total dos valores importados, por tipo de produto e suas respectivas participações. Com relação a este tópico, pode-se dizer que a pauta de importações deste município é composta de inúmeros itens, sendo bastante diversificada quanto à natureza dos produtos, que variam desde os que são tecnologicamente mais avançados, como veículos e máquinas diversas, até produtos da cesta básica, como arroz. Neste sentido, ao computar o total das importações, de 2010 a 2016, e calcular as respectivas participações dos produtos que a compõe, identifica-se que os dez principais produtos importados exibem percentuais relativamente próximos entre si, resultado que reflete a pulverização de valores pela grande quantidade de produtos importados. Assim, no ranking dos principais produtos importados, entre 2010 e 2016, lidera o item *Outros veículos aéreos (por exemplo: helicópteros e aviões...)*, com 9,2% do total dos valores gastos com importação por Uberlândia (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Uberlândia: participação relativa dos principais produtos importados no total das importações do município, segundo valor importado, 2010 a 2016 (%)



Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/IEUFU.

Quanto ao número de empresas importadoras, com domicílio fiscal em Uberlândia, a pesquisa ora realizada considerou as informações de três anos distintos, 2006, 2011 e 2016, no intuito de melhor captar o comportamento da evolução deste segmento, no município. A partir delas, verifica-se que de 2006 para 2016 mais que dobrou o número de empresas importadoras em Uberlândia, sobretudo daquelas que pertencem à faixa de *Até US\$ 1 milhão*. Já na faixa *Entre US\$ 1 a 5 milhões*, segunda maior faixa no número de empresas, nos anos analisados,

observa-se que nela o número de empresas cresce de 11 para 16, entre 2006 e 2011, enquanto se reduz para 9 no ano de 2016. Por fim, observa-se também, que não há registro de empresas importadoras em Uberlândia nas faixas, Entre *US\$ 50 e 100 milhões* e *Acima de US\$ 100 milhões*, nos anos pesquisados (Quadro 3).

Quadro 3 - Número de empresas importadoras em Uberlândia, segundo a faixa de valor importado, nos anos 2006, 2011 e 2016

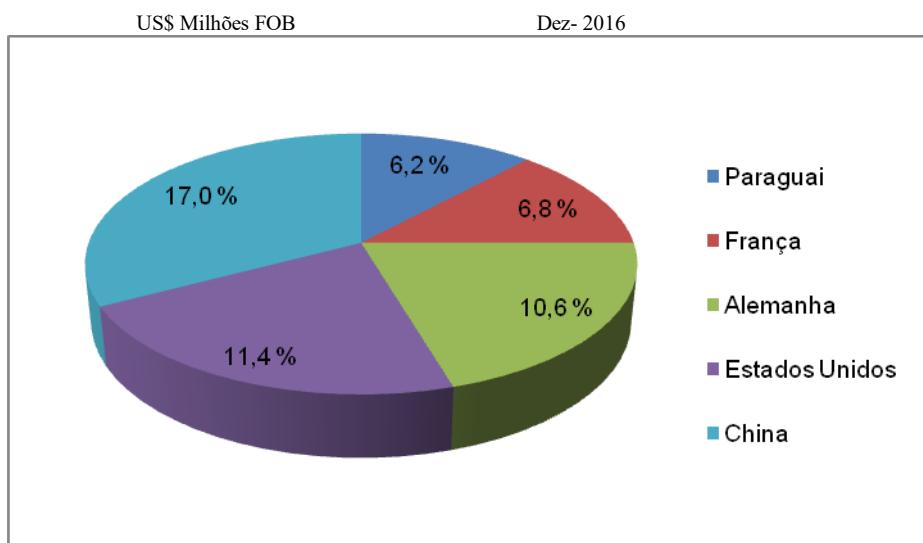
US\$ Milhões FOB	Dez- 2016			Total na faixa	2016/2006 (%)
Faixas	2006	2011	2016		
Até US\$ 1 milhão	41	76	100	217	79,78
Entre US\$ 1 milhão e US\$ 5 milhões	11	16	9	36	13,24
Entre US\$ 5 e US\$ 10 milhões	3	3	3	9	3,31
Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões	–	4	6	10	3,68
Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões	–	–	–	–	0,00
Acima de US\$ 100 milhões	–	–	–	–	0,00
Total no ano	55	99	118	272	100

Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior, elaboração CEPES/ IERIUFU

No que tange à origem das compras internacionais, realizadas pelas empresas importadoras de Uberlândia, as informações colhidas na base de dados “Estatísticas de Comércio Exterior” (MDIC, 2016), indicam que a maior parte dos valores gastos, de 2010 a 2016, foi efetuada na China (17%). Em seguida, os países mais procurados pelos importadores de Uberlândia são: Estados Unidos (11,4%); Alemanha (10,6%); França (6,8%) e Paraguai (6,2%) (Gráfico 7).

Com relação às vias de entrada, usadas pelos importadores de Uberlândia, no período de 2010 a 2016, tem-se que a maior parte delas é realizada pelos portos, cabendo destaque ao Porto de Santos (36,5%). No entanto, também é importante observar o uso de aeroportos, destacadamente pelas participações dos aeroportos de São Paulo e Campinas, 6,1% e 5,3%, respectivamente.

Gráfico 7 - Principais países de origem das importações de Uberlândia: participação relativa do valor no total das importações, 2010 a 2016 (%)



Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/IERIUFU.

Quadro 4 - Principais vias de escoamento das Importações de Uberlândia, 2010 a 2016
US\$ Milhões FOB

Dez- 2016

Vias de Entrada	Participação no total das importações (%)
PORTO DE SANTOS - SP	36,5
PORTO DE IGUAPE-SP	11,4
PORTO DE PARANAGUA - PR	8,5
SAO PAULO - AEROPORTO - SP	6,1
CAMPINAS - AEROPORTO - SP	5,3
FOZ DO IGUACU - RODOVIA - PR	5,1
BELO HORIZONTE - AEROPORTO - MG	4,3
FOZ DO IGUACU - AEROPORTO - PR	3,6

Fonte: MDIC/SECEX, base de dados Estatística de Comércio Exterior. Elaboração CEPES/IEUFU.

Os dados ora apresentados, dão um panorama das trocas de comércio internacional realizadas pelo município de Uberlândia, no período de 2000 a 2016, demonstrando a sua relevância na dinâmica econômica do município, sobretudo pelo peso das exportações de produtos ligados ao agronegócio local. Já no que tange às importações überlandenses, verifica-se uma pauta de produtos bastante diversificada, variando de bens mais elaborados a produtos *in natura*, que pode denotar o grau de complexidade da economia de Uberlândia. Por fim, diante da análise e evolução desses dados, cabe destaque para o resultado da Balança Comercial do município, com resultados superavitários em todos os anos da série analisada.

Mercado de Trabalho



3. A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal em Uberlândia (2001, 2010 a 2015)¹

Marlene Marins de Camargos Borges²

O objetivo desta seção é analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal no município de Uberlândia, comparando dados da atual década (2011-2015)³ com a década anterior e, ao mesmo tempo, avaliar e comparar o comportamento de algumas variáveis do município com as do Estado e do País. Ressalta-se que este trabalho confere particular ênfase para o município de Uberlândia, tendo em vista o seu destaque enquanto município polo na mesorregião na qual esta inserido e pelo fato de ter se tornado um importante referencial nas pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES).

Importante ressaltar que, para a realização desta seção utiliza-se da base de dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual é disponibilizada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e refere-se aos registros administrativos sistematizados dos estabelecimentos empregadores formais do país, por meio de declarações obrigatórias anuais. Cabe ressaltar que, embora as informações constantes na RAIS e disponibilizadas nesse Painel considerem apenas os anos entre 2001 e 2015, é possível obter as mesmas informações a partir de 1985⁴.

Além disso, para efeito desse trabalho considera-se os vínculos empregatícios declarados pelos empregadores abrangidos pelo regime celetista de trabalho, regime estatutário, trabalhador avulso administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra para o qual é devido depósito de FGTS, trabalhador temporário regido pela Lei 6.019/1974, aprendiz nos termos do art.428 da CLT, o trabalhador rural cujo contrato é regido pela Lei 5.889/1973, contrato de trabalho por prazo determinado regido pela Lei 9.601/1998, contrato de trabalho por tempo determinado regido pela Lei 8.745/1993 com redação dada pela Lei 9.849/1999, contrato

¹ O levantamento dos dados para este trabalho contou com a colaboração da estagiária Maria Laura Zanetti, aluna do curso de Economia/UFU.

² Economista do IERI/UFU e Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³ As informações municipais de anos anteriores ver os demais Painéis de Informações Municipais de Uberlândia disponíveis no site do CEPES/IERI: www.ie.ufu.br/Cepes.

⁴ As informações se referem ao mercado de trabalho formal em 31/12 de cada ano.

de trabalho por prazo determinado regido por lei estadual e contrato de trabalho por prazo determinado regido por lei municipal.

Na primeira seção analisa-se a dinâmica do emprego formal⁵ do município no contexto mais geral, buscando apreender a sua evolução, taxas de crescimento e participação, comparando-a com as informações do Estado e do País. Na segunda seção são enfatizadas as informações pertinentes ao município no que se refere à participação e ao comportamento do emprego na perspectiva setorial, por subsetor de atividade, por tamanho de estabelecimento, por tipo de vínculo, buscando também identificar as ocupações que mais empregam no âmbito do município. A análise dos vínculos de trabalho por setor tem como referência os setores de atividade econômica conforme classificação do IBGE: Administração Pública, Agropecuária⁶, Comércio, Construção Civil, Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços e Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Na terceira seção, busca-se analisar o perfil dos trabalhadores empregados que compõem o estoque de emprego formal, com vínculo ativo em 31/12, no que se refere ao grau de escolaridade, a faixa etária, sexo e quantidade de vínculos por faixa de remuneração, com o objetivo de quantificar e traçar uma caracterização dos trabalhadores formalmente empregados no município.

3.1 - A Dinâmica do Emprego Formal no Brasil, em Minas Gerais e em Uberlândia

Na última década (2001-2010), embora as taxas de crescimento da economia apresentem oscilações, os resultados são positivos. Conforme Gráfico 1, verifica-se que, no período de 2001 a 2010, o crescimento anual médio da economia passa a ser de aproximadamente 3,6%, acima do crescimento médio anual apresentado na década anterior, que foi de 2,6%⁷.

Seguindo a mesma trajetória, também o mercado de trabalho no Brasil passou a apresentar um crescimento significativo, visível também no Estado de Minas e no âmbito do município de Uberlândia, como resultado associado ao bom desempenho da atividade econômica

⁵ Entendido como o total de vínculos ativos em 31/12 de cada ano, conforme disponibilizado pelo RAIS.

⁶ Inclui a extração vegetal, caça e pesca.

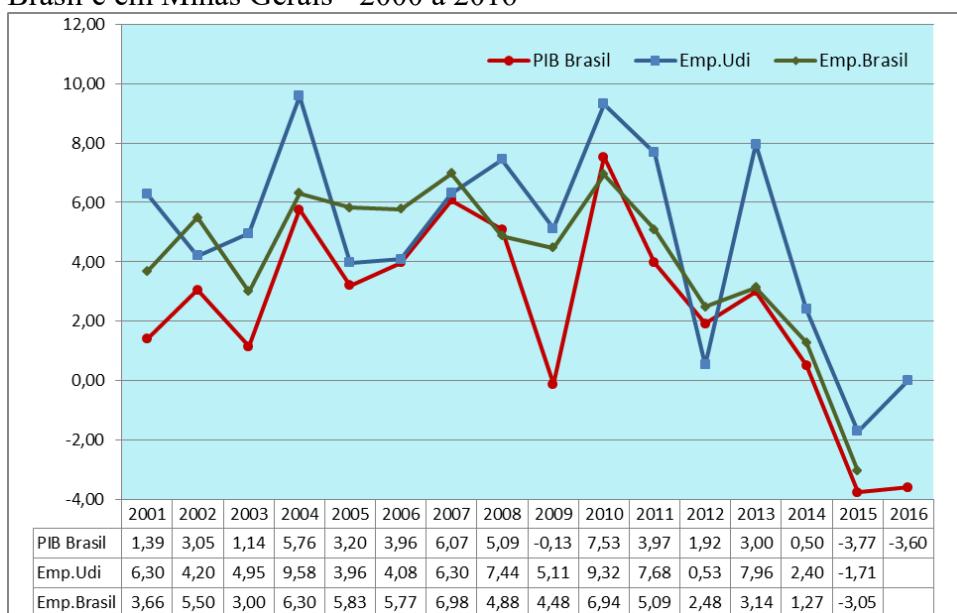
⁷ Ver BORGES, Marlene M. C. *Pacto Territorial e Emprego na Indústria do Grande ABC Paulista (1990-2008)*. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. 2010 (Tese de Doutorado).

verificado no período, decorrente tanto de condições externas favoráveis como do crescimento do mercado interno.

Assim, o vigor apresentado pelo mercado de trabalho na última década, a partir do crescimento da parcela dos ocupados com carteira de trabalho e contribuintes do sistema de seguridade social, possibilitou importantes impactos para a população brasileira, com destaque a expansão do salário real médio e da massa real de salários, a redução sistemática dos indicadores de pobreza, de desigualdade de renda e da taxa de desemprego, com consequente queda da taxa de informalidade⁸.

De acordo com o IBGE, por meio da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), de 2003 a 2013 o mercado de trabalho brasileiro passou por mudanças profundas, sendo, possivelmente, uma das mais importantes o fato de a taxa de desemprego ter passado de 12,3% para 5,4% no conjunto das principais regiões metropolitanas brasileiras, sendo a menor média anual histórica de acordo com os dados da atual metodologia iniciada em março de 2002.

Gráfico 1 - Variação Percentual Anual do PIB Brasileiro e do Emprego no Brasil e em Minas Gerais - 2000 a 2016



Fonte: RAIS/ MTE/ FAT e IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

⁸ Ver AMITRANO, Claudio. Considerações sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. In: PETRELLI, Vanessa (org.). Padrão de Acumulação e Desenvolvimento Brasileiro. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2013.

Nos primeiros seis anos da década atual (2011 a 2016), ao contrário, conforme demonstrado no Gráfico 1, verifica-se que o país passa a apresentar baixas taxas de expansão da atividade econômica e, embora seja acompanhada de queda no dinamismo do mercado de trabalho, só vai reverter a tendência de crescimento do emprego a partir de 2015, quando o número de vínculos de trabalho passa a apresentar taxas negativas de crescimento.

Nesse contexto, para compreender a trajetória do emprego e da renda nos anos 2011-2015 é importante analisar o comportamento dessas variáveis considerando o crescimento do mercado de trabalho na década anterior e a crise vivenciada no período recente.

No Brasil e no Estado de Minas, de acordo com dados da RAIS (Tabela 1), no final da década anterior, entre os anos de 2005 a 2010, com a expansão da atividade econômica, foram gerados 10.829.738 e 1.054.331 de empregos no total da sua estrutura produtiva, com crescimento de 32,58% e 29,35%, respectivamente. Por outro lado, nos primeiros anos desta década, entre os anos de 2010 a 2015, a queda no ritmo de expansão da economia implicou em um arrefecimento do crescimento do emprego, ou seja, há apenas um aumento de 3.992.452 e 174.225 de postos de trabalho no Brasil e em Minas, configurando um aumento percentual, no período, de apenas 9,06% e 3,75%, respectivamente. Além disso, como agravante dessa situação verifica-se que, em 2015, tanto o País como o Estado passaram a contar com uma redução de postos de trabalho na sua estrutura produtiva. Assim, em 2015 se torna mais evidente o aprofundamento da crise no mercado de trabalho quando, no Brasil, a redução de postos alcança o percentual de -3,05%, com queda de 1.510.703 postos de trabalho. Em Minas, a redução é mais acentuada, com queda de -4,94%, passando a contar com menos 250.750 postos de empregos formais nesse ano.

Em Uberlândia, embora o ritmo de crescimento do emprego em termos percentuais seja superior ao País e ao Estado, tanto no final da década passada como no início da década atual, não se pode negar que a crise no mercado de trabalho também se manifesta de forma significativa a partir de 2010, quando se verifica um arrefecimento das taxas de crescimento.

Nos últimos anos da década anterior (2005 a 2010), os dados mostram que houve um aumento de 49.129 postos de trabalho no total da estrutura produtiva do município, efetivando um aumento de 36,60%. Nos primeiros anos da década atual (2011 a 2015) constata-se um crescimento menor - apenas de 32.329 postos de trabalho na sua estrutura produtiva -, o que representa um aumento de apenas 17,63% de novos empregos. Porém, principalmente no ano de

2015, também no município se observa o agravamento crise do emprego formal quando o emprego apresenta queda de -1,71% e, mesmo sendo menor em termos percentuais se comparado com o Estado e o País, o município fechou 3.754 postos de trabalho na sua estrutura produtiva.

Tabela 1 - Evolução e Variação Anual e Acumulada do Emprego Formal no Brasil, Minas Gerais e Uberlândia - 2000 a 2015

Ano	Brasil			Minas Gerais			Uberlândia		
	Emp.	Var.%	Acum.	Emp.	Var.%	Acum.	Emp.	Var.%	Acum.
2000	26.228.629	-	100	2.803.454	-	100	101.374	-	100
2001	27.189.614	3,66	103,66	2.893.726	3,22	103,22	107.758	6,30	106,30
2002	28.683.913	5,50	109,36	3.046.362	5,27	108,66	112.284	4,20	110,76
2003	29.544.927	3,00	112,64	3.138.026	3,01	111,93	117.840	4,95	116,24
2004	31.407.576	6,30	119,75	3.332.775	6,21	118,88	129.125	9,58	127,37
2005	33.238.617	5,83	126,73	3.592.560	7,79	128,15	134.242	3,96	132,42
2006	35.155.249	5,77	134,03	3.744.043	4,22	133,55	139.715	4,08	137,82
2007	37.607.430	6,98	143,38	4.036.203	7,80	143,97	149.520	7,02	147,49
2008	39.441.566	4,88	150,38	4.184.183	3,67	149,25	159.576	6,73	157,41
2009	41.207.546	4,48	157,11	4.350.839	3,98	155,20	167.735	5,11	165,46
2010	44.068.355	6,94	168,02	4.646.891	6,80	165,76	183.371	9,32	180,89
2011	46.310.631	5,09	176,57	4.850.976	4,39	173,04	197.459	7,68	194,78
2012	47.458.712	2,48	180,94	4.928.225	1,59	175,79	198.503	0,53	195,81
2013	48.948.433	3,14	186,62	5.057.080	2,61	180,39	214.307	7,96	211,40
2014	49.571.510	1,27	189,00	5.071.906	0,29	180,92	219.454	2,40	216,48
2015	48.060.807	-3,05	183,24	4.821.116	-4,94	171,97	215.700	-1,71	212,78
Var. Média 2001-2010	4,15			3,73			5,21		
Var. Média 2011-2015	1,79			0,79			3,37		

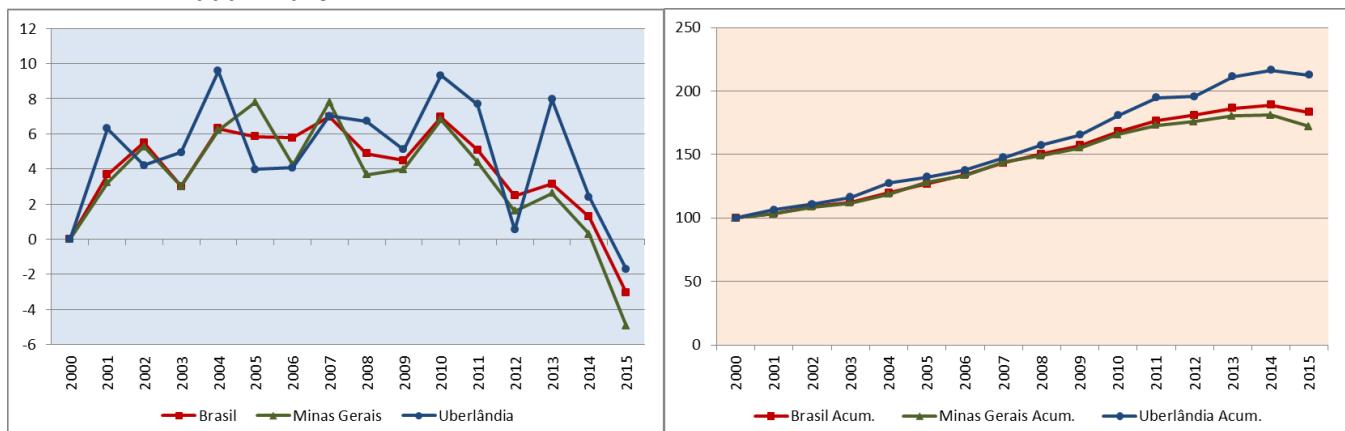
Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

De forma geral, conforme demonstrado na Tabela 1 e Figura 1, é importante salientar que o comportamento do mercado de trabalho no município de Uberlândia, quando comparado com o do País e do Estado, apresenta um dinamismo mais expressivo quando os resultados são positivos e, embora a manifestação da crise atual seja visível também no município, a mesma ocorre de forma mais amena, demonstrando que os impactos da crise não são tão perversos como em outras regiões do País. Ou seja, considerando o ano de 2000 como ano base verifica-se que, enquanto no Brasil e em Minas o crescimento acumulado do emprego formal, de 2001 a 2015, foi de 83,24% e 71,97%, respectivamente, o município de Uberlândia apresentou um crescimento acumulado superior de 112,78%. Embora na década atual o ritmo de expansão das ocupações seja menor, verifica-se que a evolução do crescimento do emprego no município tem

também comportamento melhor quando apresenta uma variação média anual de 5,21%, no período de 2001 a 2010, e de 3,37% no período de 2011 a 2015, enquanto no Brasil as variações médias anuais, no mesmo período, são de 4,15% e 1,79% e, em Minas, de 3,73% e 0,79%, respectivamente.

Nesse sentido, os dados demonstram que a evolução do emprego teve ritmos diferenciados durante o período analisado e que, a partir de 2010, o mercado de trabalho apresenta sinais claros de desaceleração do crescimento do emprego formal, culminando, em 2015, com o aprofundamento da crise, quando passa a apresentar taxas negativas de crescimento de forma geral.

Figura 1 - Variação Percentual e Acumulada do Emprego Formal no Brasil, Minas Gerais e Uberlândia - 2000 a 2015



Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

3.2 - A dinâmica do Emprego Formal em Uberlândia

Em Uberlândia, do ponto de vista setorial, conforme expresso na Tabela 2, ainda que o fenômeno do ritmo de crescimento diferenciado seja comum na maioria dos setores, alguns segmentos se destacaram no provimento de ocupações formais do que outros. É o caso, por exemplo, do setor serviços, do comércio e da indústria de transformação, cujas participações das ocupações formais de cada setor no total da ocupação do município se destacam em todos os anos analisados e, em 2015, são mantidos como os setores que mais empregam no município, quando 48,23%, 22,61% e 10,24% dos empregos estão vinculados a esses setores, respectivamente.

Entretanto, é importante ressaltar que, dentre os setores citados que mantêm o maior numero de vínculos de trabalho, o setor serviços se destaca por obter o maior percentual de crescimento no período analisado (2001-2015), com aumento de 135,26% do emprego e também por aumentar a sua participação relativa no total de vínculos, passando de 40,95%, em 2001, para 48,23% em 2015. Embora tanto o comércio como a indústria de transformação apresentem uma queda na participação relativa no total do emprego, passando de 23,90% e 12,61%, em 2001, para 22,61% e 10,24%, em 2015, respectivamente, verifica-se que, ao longo do período, há um crescimento do emprego nos respectivos setores na ordem de 89,36% e 62,47% (Tabela 2).

Ainda conforme dados relacionados na Tabela 2, observa-se que, no ano de 2015, seguindo a mesma trajetória nacional, a queda do emprego se apresenta na maioria dos setores, com exceção apenas da agropecuária e dos serviços, que apresentaram aumento de vínculos em 3,80% e 2,38%, respectivamente. Os demais setores da economia registraram perda de emprego no ano de 2015 e, em termos percentuais, verifica-se que a queda foi mais acentuada no setor extractiva mineral, com -20,59%, seguido pela construção civil, que registrou queda de -14,84%.

Importante também registrar o papel do setor agropecuário na economia local quando se verifica que há uma recuperação da sua participação na oferta de empregos. Ou seja, na década anterior observa-se uma queda relativa do emprego quando, em 2001, a participação relativa desse setor no total das ocupações era de 6,50% de empregos e, em 2010, passa para 2,89% e, na década seguinte, o setor volta a expandir os vínculos de trabalho no setor fazendo com que, em 2015, sua participação relativa no total das ocupações passasse a ser de 5,70%.

Tabela 2 - Uberlândia: Empregos formais em 31/12 segundo o setor de atividade econômica - 2001, 2010 a 2015

Setores	2001		2010		2011	2012	2013	2014	2015	
	Emp.	Part. %	Emp.	Part. %	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Part. %
Administração Pública	10.601	9,84	16.225	8,85	12.197	13.022	14.333	14.198	13.941	6,46
Agropecuária*	7.005	6,50	5.292	2,89	5.141	4.541	12.379	11.840	12.290	5,70
Comércio	25.759	23,90	44.536	24,29	45.686	46.613	50.810	52.465	48.777	22,61
Construção Civil	5.955	5,53	12.795	6,98	14.176	15.753	16.296	13.966	11.894	5,51
Extractiva mineral	169	0,16	227	0,12	236	227	202	238	189	0,09
Indústria de Transf.	13.593	12,61	27.197	14,83	29.834	22.155	22.340	22.714	22.084	10,24
Serviços	44.123	40,95	74.988	40,89	88.057	93.919	95.603	101.507	104.024	48,23
Serv. Indust.**	553	0,51	2.111	1,15	2.132	2.273	2.344	2.526	2.501	1,16
Total	107.758	100	183.371	100	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

*inclui extractiva mineral, caça e pesca.

** se refere a Serviços Industriais de Utilidade Pública.

De acordo com a Tabela 3, quando se analisa a evolução das ocupações por subsetor de atividade verifica-se que a dinâmica do emprego é bastante diferenciada, e é possível notar alguns destaques no que se refere à participação relativa do emprego de cada subsetor no total geral. Ou seja, dentre os subsetores de atividade que mais empregam no município, no ano de 2001, e que, consequentemente, apresentam a maior participação relativa no total de empregos, destaca-se o Comércio Varejista (17,12%), o Alojamento e Comunicação (10,84%), a Administração Técnica Profissional⁹ (10,58%) e a Administração Pública (9,84%).

Tabela 3 - Uberlândia: Empregos formais em 31/12 segundo setores e subsetores de atividade econômica - 2001, 2010 a 2015

Setores	Subsetores	2001		2010		2011	2012	2013	2014	2015	
		Emp.	Part. %	Emp.	Part. %	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Part. %
Admin.Pública	Total	10.601	9,84	16.225	8,85	12.197	13.022	14.333	14.198	13.941	6,46
	Administração Pública	10.601	9,84	16.225	8,85	12.197	13.022	14.333	14.198	13.941	6,46
Agropecuária*	Total	7.005	6,50	5.292	2,89	5.141	4.541	12.379	11.840	12.290	5,70
	Agricultura e Pecuária	7.005	6,50	5.292	2,89	5.141	4.541	12.379	11.840	12.290	5,70
Comércio	Total	25.759	23,90	44.536	24,29	45.686	46.613	50.810	52.465	48.777	22,61
	Comércio Varejista	18.452	17,12	32.437	17,69	34.637	36.386	37.455	38.740	37.208	17,25
	Comércio Atacadista	7.307	6,78	12.099	6,60	11.049	10.227	13.355	13.725	11.569	5,36
Construção Civil	Total	5.955	5,53	12.795	6,98	14.176	15.753	16.296	13.966	11.894	5,51
	Construção Civil	5.955	5,53	12.795	6,98	14.176	15.753	16.296	13.966	11.894	5,51
Extrativa mineral	Total	169	0,16	227	0,12	236	227	202	238	189	0,09
	Extrativa Mineral	169	0,16	227	0,12	236	227	202	238	189	0,09
Indústria de Transf.	Total	13.593	12,61	27.197	14,83	29.834	22.155	22.340	22.714	22.084	10,24
	Prod. Mineral e Não Metál.	315	0,29	905	0,49	957	931	941	1.051	900	0,42
	Indústria Metalúrgica	1.067	0,99	1.530	0,83	1.684	1.658	1.693	1.802	1.871	0,87
	Indústria Mecânica	390	0,36	1.000	0,55	938	955	1.085	989	924	0,43
	Elétrico e Comunic	156	0,14	341	0,19	386	415	404	424	347	0,16
	Material de Transporte	241	0,22	246	0,13	324	329	311	356	333	0,15
	Madeira e Mobiliário	433	0,40	1.021	0,56	936	1.026	926	1.073	865	0,40
	Papel e Gráfica	923	0,86	1.260	0,69	1.353	1.453	1.341	1.299	1.184	0,55
	Borracha, Fumo, Couros	2.348	2,18	2.567	1,40	2.887	2.915	2.966	2.724	2.707	1,25
	Indústria Química	739	0,69	1.589	0,87	2.697	2.840	2.312	2.303	2.315	1,07
	Indústria Têxtil	1.529	1,42	2.296	1,25	2.190	2.104	1.769	1.832	1.587	0,74
	Indústria Calçados	398	0,37	158	0,09	153	167	135	134	103	0,05
	Alimentos e Bebidas	5.054	4,69	14.284	7,79	15.329	7.362	8.457	8.727	8.948	4,15
Serviços	Total	44.123	40,95	74.988	40,89	88.057	93.919	95.603	101.507	104.024	48,23
	Instituição Financeira	2.133	1,98	3.760	2,05	3.821	3.604	3.646	3.726	3.580	1,66
	Adm Técnica Profissional	11.402	10,58	27.277	14,88	31.326	34.883	33.780	35.997	37.879	17,56
	Transporte e Comunicações	8.086	7,50	13.038	7,11	14.563	14.025	15.781	16.519	17.067	7,91
	Aloj Comunic	11.677	10,84	17.928	9,78	19.871	21.231	20.666	21.997	21.964	10,18
	Médicos Odont. e Veter.	3.796	3,52	7.528	4,11	8.066	9.008	10.099	11.291	11.621	5,39
	Ensino	7.029	6,52	5.457	2,98	10.410	11.168	11.631	11.977	11.913	5,52
Serv. Indust.**	Total	553	0,51	2.111	1,15	2.132	2.273	2.344	2.526	2.501	1,16
	Serviço Utilidade Pública	553	0,51	2.111	1,15	2.132	2.273	2.344	2.526	2.501	1,16
Total Geral		107.758	100	183.371	100	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

*inclui extrativa mineral, caça e pesca

** se refere a Serviços Industriais de Utilidade Pública

⁹ Inclui a administração técnica edifícios e condomínios.

Porém, embora esses mesmos subsetores mantivessem, em 2015, os maiores percentuais de participação relativa no total de vínculos de emprego observa-se que, quando comparado com os dados de 2011, apenas os subsetores Administração Técnica Profissional e o Comércio Varejista apresentaram aumento na participação relativa, com 17,56% e 17,25%, respectivamente. Por outro lado, tanto o Alojamento e Comunicação como a Administração Pública apresentam queda, configurando uma participação relativa de 10,18% e 6,46%, respectivamente.

Na Tabela 4, os dados permitem analisar os empregos formais no município segundo o tamanho dos estabelecimentos que empregam. Percebe-se que, no período analisado (2001, 2010 a 2015), mais de 50% dos empregados mantêm vínculo nos estabelecimentos de menor porte (até 99 empregados), enquanto aproximadamente 10% dos mesmos estão em estabelecimentos de até 4 empregados. Porém, é importante destacar que é decrescente o número de trabalhadores ligados a esses estabelecimentos, ou seja, em 2001, enquanto 54,64% dos empregados estavam ligados aos estabelecimentos com até 99 empregados e 11,20% ligados às empresas com até 4 empregados, em 2010 verifica-se que 51,47% e 9,28% estavam ligados a esses estabelecimentos, respectivamente.

Em 2015, embora a participação relativa desses mesmos estabelecimentos tenha um pequeno crescimento em relação a 2010, passando para 51,59% e 9,59%, respectivamente, continua em queda se comparada com o ano de 2001. Como consequência, observa-se que, ao longo do período analisado, há um aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte e, como exemplo, nota-se que nas empresas de grande porte (1.000 ou mais empregados) há um acréscimo na participação relativa do total de empregos, passando de 18,32%, em 2001, para 20,87% em 2010 e 21,33% em 2015.

Tabela 4 - Uberlândia: Número de empregos formais segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2001, 2010 a 2015

Tam. Estab.	2001		2010		2011	2012	2013	2014	2015	
	Emp.	Part. %	Emp.	Part. %	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Part. %
Ate 4 Empr.	12.073	11,20	17.014	9,28	18.072	19.086	20.159	21.026	20.631	9,56
De 5 a 9	11.049	10,25	17.805	9,71	18.582	20.183	20.731	21.618	21.122	9,79
De 10 a 19	12.165	11,29	19.176	10,46	21.635	22.355	22.954	23.268	23.300	10,80
De 20 a 49	14.603	13,55	24.422	13,32	24.684	26.635	27.097	28.253	27.390	12,70
De 50 a 99	8.994	8,35	15.973	8,71	17.678	17.331	18.932	18.543	18.829	8,73
Sub-Total	58.884	54,64	94.390	51,47	100.651	105.590	109.873	112.708	111.272	51,59
De 100 a 249	12.643	11,73	18.485	10,08	19.078	21.157	19.998	22.608	22.133	10,26
De 250 a 499	8.054	7,47	16.503	9,00	14.902	15.344	20.610	18.540	18.737	8,69
De 500 a 999	8.433	7,83	15.715	8,57	16.927	17.157	14.427	16.951	17.549	8,14
1000 ou Mais	19.744	18,32	38.278	20,87	45.901	39.255	49.399	48.647	46.009	21,33
Total	107.758	100	183.371	100	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Quando se analisa o número de empregados formais em Uberlândia, segundo o tipo de vínculo empregatício, identifica-se que a maioria está inserida no regime celetista no meio urbano (CLT/Pessoa Jurídica e CLT/Pessoa Física), tendo aumentado a sua participação relativa no total dos empregos gerados, passando de 82,10%, em 2001, para 87,07%, em 2010, e 87,17% vínculos de emprego em 2015, acompanhando o mesmo comportamento apresentado para o Brasil e Minas Gerais (Ver Tabela 5).

Outra forma de vínculo que apresentou acréscimo significativo de participação no total de empregos gerados no município foi o vínculo de menor aprendiz¹⁰, que passa de 89 postos de trabalho, em 2001, para 2.931 postos em 2015, aumentando a sua participação relativa de 0,08% para 1,36%, respectivamente. Os demais vínculos, como por exemplo, CLT/Rural e estatutário, embora demonstrem um aumento de postos de trabalho no período analisado, apresentaram queda na sua participação relativa, passando de 3,53% e 13,30%, em 2001, para 1,97% e 9,32% em 2015, respectivamente.

Importante destacar que, entre os tipos de vínculo que evidenciaram queda na sua participação relativa, no total das ocupações do município, encontram-se os trabalhadores avulsos e os temporários. Além disso, esse tipo de vínculo também apresenta queda do número

¹⁰ De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005).

de vínculos de trabalho (de 1.023 postos, em 2001, para 366 postos em 2015). Este fato evidencia uma dinâmica de geração de melhores empregos na medida em que os vínculos temporários ou avulsos normalmente ocorrem de forma precária.

Diante desse cenário, observa-se que a análise da dinâmica das ocupações formais de acordo com o tipo de inserção no mercado de trabalho tem apontado para o aumento do número de pessoas ocupadas amparadas pela legislação trabalhista (empregados com carteira de trabalho e/ou estatutários do serviço público) ou que contribuem, individualmente, para o sistema de segurança social, e que se tornaram, portanto, indivíduos passíveis de receber benefícios do sistema¹¹. Porém, com os sinais evidentes de crise no mercado de trabalho, conjugado com a reforma trabalhista atual¹² e com as perspectivas futuras de aprovação da reforma da previdência, não se pode garantir a manutenção desse cenário. Ao contrário, a expectativa é que o ajuste fiscal e as reformas implementadas e pretendidas pelo governo atual podem reservar uma mudança no mundo do trabalho, refletindo em aumento do desemprego e da precarização do mundo do trabalho.

Tabela 5 - Uberlândia: Número de empregos formais segundo o tipo de vínculo empregatício - 2001, 2010 a 2015

Tipo Vínculo	2001		2010		2011	2012	2013	2014	2015	
	Emp.	Part. %	Emp.	Part. %	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Part. %
CLT/ Urbano	88.468	82,10	159.654	87,07	171.923	173.186	186.662	190.491	188.022	87,17
CLT/ Rural	3.801	3,53	4.373	2,38	5.063	4.233	4.544	4.361	4.255	1,97
Estatutário	14.334	13,30	16.952	9,24	18.004	18.846	20.265	20.350	20.099	9,32
Avulso/Temporários*	1.023	0,95	1.177	0,64	547	429	881	1.623	366	0,17
Aprendiz	89	0,08	1136	0,62	1.851	1.764	1.929	2.607	2.931	1,36
Outros**	43	0,04	79	0,04	71	45	26	22	27	0,01
Total	107.758	100	183.371	100	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

* inclui também os contratados por tempo determinado.

** Inclui trabalhadores diretores, contratos por lei municipal e estadual e outros.

O movimento positivo do mercado de trabalho nos últimos anos requer também uma análise sobre as ocupações e a sua participação no emprego total. Para tanto, observa-se que os dados relacionados na Tabela 6, tendo como ano base o ano de 2015, buscam demonstrar as 20

¹¹ Ver KREIN, et al. *Trabalho no governo Lula: avanços e contradições*. Revista ABET v. X - n. 2 - Jul./Dez. 2011 e BALTAR et al. *Trabalho no governo Lula: Uma reflexão sob recente experiência brasileira*. Carta Social e do Trabalho, n. 12 – out./dez. 2010. IE/ Unicamp, Campinas, 2010.

¹² Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

ocupações que mais empregaram no município de Uberlândia, verificando a participação relativa no total das ocupações e posição ocupada pelas mesmas no ano de 2010 e 2003¹³, segundo as categorias de ocupações definidas pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO 2002). Importante ressaltar que, para efeito desse trabalho, algumas ocupações afins foram agrupadas com o objetivo de facilitar a análise e compreender melhor a sua posição e a participação de algumas categorias. Além disso, verifica-se que as 20 ocupações relacionadas perfazem mais de 60% do total das ocupações que mais empregam no município.

Assim, em meio a um mundo globalizado e com maior acesso às novas tecnologias, é importante verificar se a geração de empregos está voltada para a absorção de trabalhadores mais qualificados e se as ocupações que mais empregam no mercado de trabalho exigem maiores habilidades técnicas. No caso de Uberlândia, observa-se que a maioria das ocupações que mais empregam não pode ser identificada com as ditas ocupações modernas e nem muito associadas ao avanço tecnológico.

Em termos absolutos, a ocupação que mais emprega é a “escriturários; auxiliares e assistentes administrativos”, com 26.193 trabalhadores, perfazendo uma participação relativa de 12,14% no emprego formal total do município em 2015. Em seguida, destacam-se os “vendedores”, com 16.940 empregos e uma participação de 7,85% no total dos empregos.

Cabe também ressaltar que, dentre as 20 ocupações que mais empregam em 2015, há destaque para aquelas ditas ocupações do mundo moderno e associadas aos avanços tecnológicos, como, por exemplo, “operadores de telemarketing” e “analista de sistemas computacionais” as quais, em 2003, ocupavam as posições 29 e 62, e passaram, em 2015, a ocupar as posições 3 e 19 no *ranking* das ocupações que mais empregam.

¹³ Diferentemente das outras series de dados a opção aqui é analisar a partir de 2003 em razão da mudança na CBO em 2002, com dados disponibilizados a partir de 2003.

Tabela 6 - Uberlândia: Número de empregos formais segundo as ocupações que mais empregam - 2001, 2010 a 2015

Ano Base 2015

Ocupações *	2003			2010			2015		
	Empreg.	Posição	Part.%	Empreg.	Posição	Part.%	Empreg.	Posição	Part.%
Escriturários; auxiliares e assistentes administrativos	14.226	1	12,07	21.262	1	11,60	26.193	1	12,14
Vendedores em lojas, mercados e outros	8.230	2	6,98	15.038	2	8,20	16.940	2	7,85
Operadores de telemarketing	827	29	0,70	8.575	4	4,68	10.941	3	5,07
Professores	5.545	4	4,71	6.840	8	3,73	10.895	4	5,05
Mantenedores/Conservadores de edifícios e logradouros	5.849	3	4,96	8.395	6	4,58	10.790	5	5,00
Motoristas	5.306	5	4,50	8.863	3	4,83	9.572	6	4,44
Vigilantes, Porteiros e Guardas	4.356	6	3,70	6.866	7	3,74	8.033	7	3,72
Trabalhadores na construção civil	3.426	9	2,91	8.448	5	4,61	7.578	8	3,51
Gerente Administ., Comercialização, RH e outros	3.427	8	2,91	4.905	10	2,67	6.975	9	3,23
Magarefes** e afins	2.803	11	2,38	6.532	9	3,56	5.951	10	2,76
Enfermeiros (auxl., tecn. e nível superior)	2.211	13	1,88	3.774	11	2,06	4.822	11	2,24
Caixas e Bilheteiros(exceto caixa de banco)	1.593	18	1,35	3.251	12	1,77	4.802	12	2,23
Almoxarifes e Armaznenistas	1.250	22	1,06	2.405	17	1,31	3.747	13	1,74
Recepionistas	1.747	16	1,48	2.869	15	1,56	3.551	14	1,65
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	1.811	15	1,54	2.993	13	1,63	3.439	15	1,59
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	1.568	19	1,33	2.941	14	1,60	3.217	16	1,49
Trabalhadores da agropecuária	3.272	10	2,78	2.358	19	1,29	2.905	17	1,35
Operadores de máquinas	1.933	13	1,64	2.587	16	1,41	2.822	18	1,31
Analista de Sistemas computacionais	335	62	0,28	1.092	37	0,60	2.677	19	1,24
Cozinheiros	1.634	16	1,39	2.088	20	1,14	2.596	20	1,20
Total das 20 ocupações (base 2015)	71.349		60,55	122.082		66,58	148.446		68,82
Total de empregados	117.840		100	183.371		100	215.700		100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

* Para efeito deste trabalho algumas ocupações afins foram agrupadas para facilitar a análise.

** São trabalhadores que realizam abate, corte e beneficiamento de bovinos, porcinos, caprinos e aves.

3.3 - O Perfil do Empregado do Município de Uberlândia

Ao analisar o perfil dos trabalhadores a questão da escolaridade se apresenta como fundamental na medida em que, nos últimos anos, uma característica marcante do período diz respeito à mudança na composição dos empregados segundo o nível de escolaridade. A exigência de maior grau de escolaridade se tornou cada vez mais um parâmetro importante no processo de seleção e admissão nas empresas¹⁴, e os dados da RAIS revelam que houve um aumento bastante expressivo da escolaridade média dos empregados no mercado formal.

Para tanto, ao analisar os trabalhadores no município de Uberlândia, segundo a sua escolaridade, observa-se uma queda na participação dos empregados com baixa escolaridade (até o fundamental completo) e, consequentemente, tem-se um aumento da participação dos

¹⁴ Ver PAMPLONA, João Batista Roman. *Estudo das Empresas Prestadoras de Serviços de Seleção, Agenciamento e Locação de Mão-de-obra do Grande ABC Paulista*. Documento preparado para a Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), São Paulo, fevereiro de 2002.

trabalhadores com maior escolaridade. Ou seja, conforme Tabela 7, os dados indicam que há uma queda relativa da participação dos empregados sem nenhuma escolaridade (analfabetos) e que freqüentam ou já concluíram o ensino fundamental, passando de 48,23%, em 2001, para 21,56% em 2015. Essa queda se deu principalmente em favor dos empregados com ensino médio (completo ou incompleto) e dos de nível superior, fazendo com que a participação relativa desses trabalhadores passasse de 36,50% e 15,27%, em 2001, para 54,01% e 24,43% em 2015, respectivamente.

Tabela 7 - Uberlândia: Empregos formais em 31/12 segundo o grau de escolaridade - 2001, 2010 a 2015

Escolaridade	2001		2010		2011	2012	2013	2014	2015	
	Emp.	Part. %	Emp.	Part. %	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Part. %
Analfabeto	855	0,79	753	0,41	521	631	611	616	666	0,31
Até 5º A. Incomp.	4.893	4,54	4.629	2,52	5.082	4.854	4.543	4.179	4.292	1,99
5º A. Comp. Fund.	8.734	8,11	6.492	3,54	6.730	6.165	6.561	5.705	4.804	2,23
6º A. até 9º Fund.	20.457	18,98	18.376	10,02	18.549	16.705	18.909	17.496	15.934	7,39
Fund. Comp.	17.037	15,81	23.392	12,76	23.434	22.140	23.375	22.296	20.812	9,65
Sub-Total	51.976	48,23	53.642	29,25	54.316	50.495	53.999	50.292	46.508	21,56
Médio Incomp.	13.149	12,20	19.553	10,66	21.155	20.702	22.335	21.947	20.549	9,53
Médio Comp.	26.179	24,29	73.252	39,95	81.649	83.451	89.828	95.102	95.941	44,48
Sub-Total	39.328	36,50	92.805	50,61	102.804	104.153	112.163	117.049	116.490	54,01
Superior Incomp.	5.336	4,95	10.133	5,53	11.033	11.624	11.995	12.342	12.216	5,66
Superior Comp.*	11.118	10,32	26.791	14,61	29.306	32.231	36.150	39.771	40.486	18,77
Sub-Total	16.454	15,27	36.924	20,14	40.339	43.855	48.145	52.113	52.702	24,43
Total	107.758	100	183.371	100	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

* Inclui Mestrado e Doutorado

Nesse sentido, entende-se que a elevação da escolaridade tem uma relação com o acréscimo nos anos de estudo da população de forma geral diante da maior exigência quanto à definição dos critérios de seleção por parte das empresas, que tenderam a contratar e preservar a mão de obra mais qualificada e os mais escolarizados¹⁵. De outra parte, o cenário de aumento da escolaridade permite afirmar que o desemprego não teria, portanto, como causa a noção de que haveria uma escassez de mão de obra qualificada no país.

¹⁵ Ver GOMES, Darcilene C. *Estrutura Produtiva e Emprego Industrial no Brasil dos Anos 90*. Campinas: IE - UNICAMP, 2009. (Tese de doutorado) e, SABÓIA, J. *A dinâmica da descentralização industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Instituto de Economia, 2001 (texto para discussão nº 452).

Outra transformação importante do mercado de trabalho esteve associada à mudança na estrutura etária do emprego formal. Tal como registrado na Tabela 8 observa-se uma queda da participação do emprego entre jovens (idade até 24 anos) e para a faixa de idade de 25 a 39 anos - a participação relativa no total de empregos passa de 24,37% e 47,84%, em 2001, para 19,18% e 45,90%, em 2015, respectivamente.

De outra parte, verifica-se um aumento da participação relativa daqueles com idade superior ou igual a 40 anos, passando de 27,78%, em 2001, para 34,92%, em 2015, demonstrando que a queda na participação relativa dos trabalhadores mais jovens gera um crescimento nada desprezível da participação dos trabalhadores mais experientes e idosos no mercado de trabalho formal.

Tabela 8 - Uberlândia: Empregos formais em 31/12 segundo a faixa etária - 2001, 2010 a 2015

Faixa Etária	2001		2010		2011	2012	2013	2014	2015	
	Emp.	Part. %	Emp.	Part. %	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Part. %
Até 17	2.186	2,03	2.883	1,57	3.400	3.574	3.928	4.323	3.628	1,68
18 A 24	24.070	22,34	36.908	20,13	39.497	39.177	40.614	39.976	37.740	17,50
Sub-Total	26.256	24,37	39.791	21,70	42.897	42.751	44.542	44.299	41.368	19,18
25 A 29	19.019	17,65	32.267	17,60	33.984	33.345	35.728	36.456	35.458	16,44
30 A 39	32.532	30,19	51.678	28,18	56.245	56.672	62.486	64.067	63.548	29,46
Sub-Total	51.551	47,84	83.945	45,78	90.229	90.017	98.214	100.523	99.006	45,90
40 A 49	20.425	18,95	36.694	20,01	38.858	38.732	41.599	42.538	42.320	19,62
50 A 64	8.944	8,30	21.719	11,84	23.948	25.380	28.054	29.950	30.644	14,21
65 OU MAIS	563	0,52	1.222	0,67	1.526	1.623	1.898	2.144	2.362	1,10
Sub-Total	29.932	27,78	59.635	32,52	64.332	65.735	71.551	74.632	75.326	34,92
{ñ class}	19	0,02	0	0	1	0	0	0	0	0
Total	107.758	100	183.371	100	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

De acordo com a Tabela 9, ao considerar os empregos formais segundo o sexo, nota-se que o período analisado também se caracteriza pelo aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, quando a participação relativa das mulheres no total dos empregos formais no município passa de 37,48%, em 2001, para 45,07% em 2015. Consequentemente, verifica-se uma queda relativa da participação dos homens, passando de 62,52%, em 2001, para 54,93% em 2015.

Tabela 9 - Uberlândia: Empregos formais em 31/12 segundo o sexo - 2001, 2010 a 2015

Sexo	2001	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Masculino	67.372	106.321	112.535	111.082	119.707	121.512	118.479
% Masc.	62,52	57,98	56,99	55,96	55,86	55,37	54,93
Feminino	40.386	77.050	84.924	87.421	94.600	97.942	97.221
% Fem.	37,48	42,02	43,01	44,04	44,14	44,63	45,07
Total	107.758	183.371	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

Segundo os dados relacionados na Tabela 10, entre os anos de 2001 e 2015, há indicação de que a estrutura produtiva no município gera emprego de pior qualidade, pois se verifica um aumento da participação relativa dos ocupados em faixas de remuneração inferiores. Em 2001, 61,44% do total dos empregados formais recebiam de 1,1 até 3 salários mínimos e, em 2015, passam a ser 71,93%, ao mesmo tempo em que se observa uma queda da participação daqueles que percebiam rendimentos superiores a essa faixa de salário.

Tabela 10 - Uberlândia: Empregos formais em 31/12 segundo a faixa de remuneração média mensal em salário mínimo - 2001, 2010 a 2015

Faixa Remun.	2001		2010		2011	2012	2013	2014	2015	
	Emp.	Part. %	Emp.	Part. %	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Emp.	Part. %
ATE 0,50	174	0,16	460	0,25	443	657	670	2.039	2.539	1,18
0,51 a 1,00	2.058	1,91	6.852	3,74	6.435	6.533	6.958	5.609	4.794	2,22
1,01 a 3,00	66.210	61,44	135.912	74,12	145.580	147.763	158.060	159.453	155.145	71,93
3,01 a 5,00	18.845	17,49	21.303	11,62	23.723	23.407	26.300	28.347	28.856	13,38
Sub- Total	87.287	81,00	164.527	89,72	176.181	178.360	191.988	195.448	191.334	88,70
5,01 a 7,00	7.982	7,41	6.818	3,72	7.481	7.544	8.250	8.711	8.655	4,01
7,01 a 10,00	5.059	4,69	4.645	2,53	5.184	4.772	5.068	5.467	5.464	2,53
10,01 a 15,00	3.201	2,97	2.916	1,59	3.212	3.209	3.302	3.460	3.407	1,58
MAIS DE 15,01	4.144	3,85	2.467	1,35	2.628	2.214	2.332	2.554	2.526	1,17
{ñ class}	85	0,08	1.998	1,09	2.773	2.404	3.367	3.814	4.314	2,00
Total	107.758	100	183.371	100	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	100

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

Além disso, verifica-se que, no ano de 2015, mais de 88% dos trabalhadores no município recebiam até 5 salários mínimos, enquanto em 2001 eram 81%. Assim, pelo lado da renda, os dados expostos na Tabela 10, ao sinalizarem a maior concentração de trabalhadores nas faixas de rendimentos inferiores, evidenciam uma precarização do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que demonstra que, de certa forma, este dado guarda relação com o tipo de ocupação gerada no período, ora relacionados com o processo de terceirização, inclusive.

De forma geral, conclui-se que os dados analisados demonstram que, a partir de 2010, encerra o período de vigor e o mercado de trabalho passa a apresentar sinais claros de desaceleração do crescimento do emprego formal, culminando, em 2015, com o aprofundamento da crise, também no município, quando este passa a apresentar taxas negativas de crescimento do emprego.

Em Uberlândia, os números evidenciam que o setor serviços, o comércio e a indústria de transformação, se destacam, em todos os anos analisados, com as maiores participações relativas no total das ocupações geradas no município. De outra parte, as empresas de menor porte apresentam queda na sua participação relativa e, como consequência, observa-se um aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte.

No caso de Uberlândia, quando se analisa o perfil dos empregados formais observa-se que a maioria das ocupações que mais empregam não pode ser identificada com as ditas ocupações modernas e nem muito associadas ao avanço tecnológico, embora se verifique uma elevação da escolaridade diante da tendência das empresas em contratar e preservar a mão de obra mais qualificada e os mais escolarizados. De outra parte, os dados apontam uma queda na participação relativa dos trabalhadores mais jovens gerando um crescimento nada desprezível da participação dos trabalhadores mais experientes e idosos no mercado de trabalho formal.

O mercado de trabalho local também se caracteriza pelo aumento do ingresso das mulheres, pela maior concentração de trabalhadores nas faixas de rendimentos inferiores, evidenciando uma precarização do mercado de trabalho que pode estar também relacionado com o processo de terceirização, inclusive.

Finalmente, diante desse cenário apresentado observa-se que a análise da dinâmica das ocupações formais perde o seu vigor, a partir de 2010, e os sinais evidentes da crise no mercado de trabalho fará com que certamente esse tema esteja no centro do debate econômico dos próximos anos. De outra parte, ao contrário das afirmações de que o ajuste fiscal e as reformas implementadas e pretendidas pelo governo atual podem gerar crescimento virtuosa, a expectativa é que podem reservar uma mudança no mundo do trabalho refletindo em aumento do desemprego e da precarização do mundo do trabalho quando não se adota políticas voltadas ao crescimento econômico sustentável.

Indicadores CEPES



4. Pesquisa de Preços de Uberlândia: resgate histórico de seus indicadores no período 2011-2016

Álvaro Fonseca e Silva Júnior¹
Carlos Henrique Cássia Fontes²
Graciele de Fátima Sousa³
Marden Ambrosio Fagundes⁴
Sarah Tavares Corrêa Cunha⁵

A presente seção objetiva sintetizar os resultados dos indicadores desenvolvidos pelo Observatório de Preços do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES). Serão apresentados, de maneira comparativa, os resultados do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES), os valores da Cesta Básica de Alimentos, do Salário Mínimo Necessário e das Horas Trabalhadas necessárias para aquisição da Cesta Básica em Uberlândia no período de 2011 a 2016⁶.

A Pesquisa Mensal de Preços implica na coleta mensal de aproximadamente 8.600 preços de um conjunto de produtos consumidos pelos uberlândenses, abarcando cerca de 408⁷ informantes/estabelecimentos, aos quais o CEPES agradece a atenção e colaboração. Essa pesquisa permite acompanhar as variações dos preços de determinada cesta de consumo e, assim, elaborar indicadores capazes de mensurar a inflação da cidade e o custo da Cesta Básica de Alimentos para seus cidadãos.

¹ Economista do IERI/UFU. Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

² Economista do IERI/UFU e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³ Economista do IERI/UFU e Doutoranda em Economia pela UNICAMP. Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁴ Engenheiro em Tecnologia da Informação/ Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁵ Economista do IERI/UFU e Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁶ Acerca das informações dos anos anteriores, ver os Painéis de Informações Municipais de Uberlândia já elaborados e divulgados pelo CEPES em seu site. O último ano do período neste estudo será 2016, pois está se considerando apenas os anos já concluídos. As informações dos indicadores para os meses de 2017 estão disponíveis no site do CEPES.

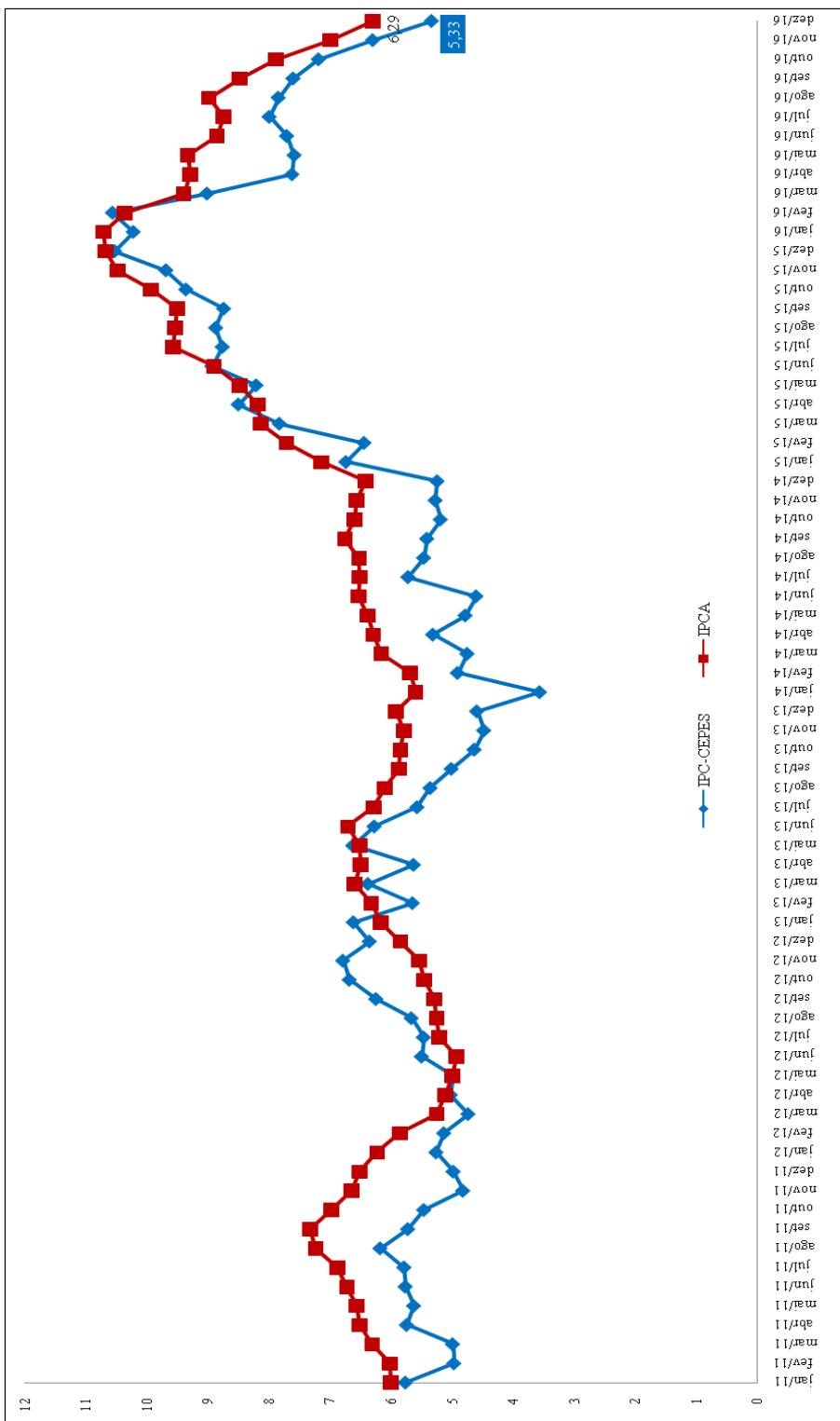
⁷ Informação para o ano de 2016.

Primeiramente será apresentada a trajetória do IPC-CEPES nos anos de 2011 a 2016, com uma breve análise e apontamentos comparativos entre os anos e, em seguida, os demais indicadores produzidos pela Pesquisa Mensal de Preços, para o mesmo período.

4.1. Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia

A elaboração do IPC-CEPES visa acompanhar e analisar as variações de preços de um conjunto de produtos consumidos pela população de Uberlândia-MG. Trata-se de um índice mensal cujo resultado advém da comparação dos preços vigentes nos 30/31 dias do mês de referência com os preços dos 30/31 dias do mês base, sendo que os resultados são divulgados mensalmente pelo CEPES.

No período de 2011 a 2016, o IPC-CEPES apresentou uma trajetória evolutiva similar ao índice de inflação oficial do Brasil, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme pode ser analisado no Gráfico 1. A variação acumulada em 12 meses do índice de Uberlândia foi inferior à variação acumulada em 12 meses registrada no país em quase todos os meses no período analisado, com exceção dos meses de junho/2012 a janeiro/2013, maio/2013, abril/2015, junho/2015 e fevereiro/2016. Contudo, é relevante observar que o movimento de aceleração/desaceleração do IPC-CEPES acompanha a tendência apresentada no Brasil, algo que pode ser visto no Gráfico 1 e também no Gráfico 2.

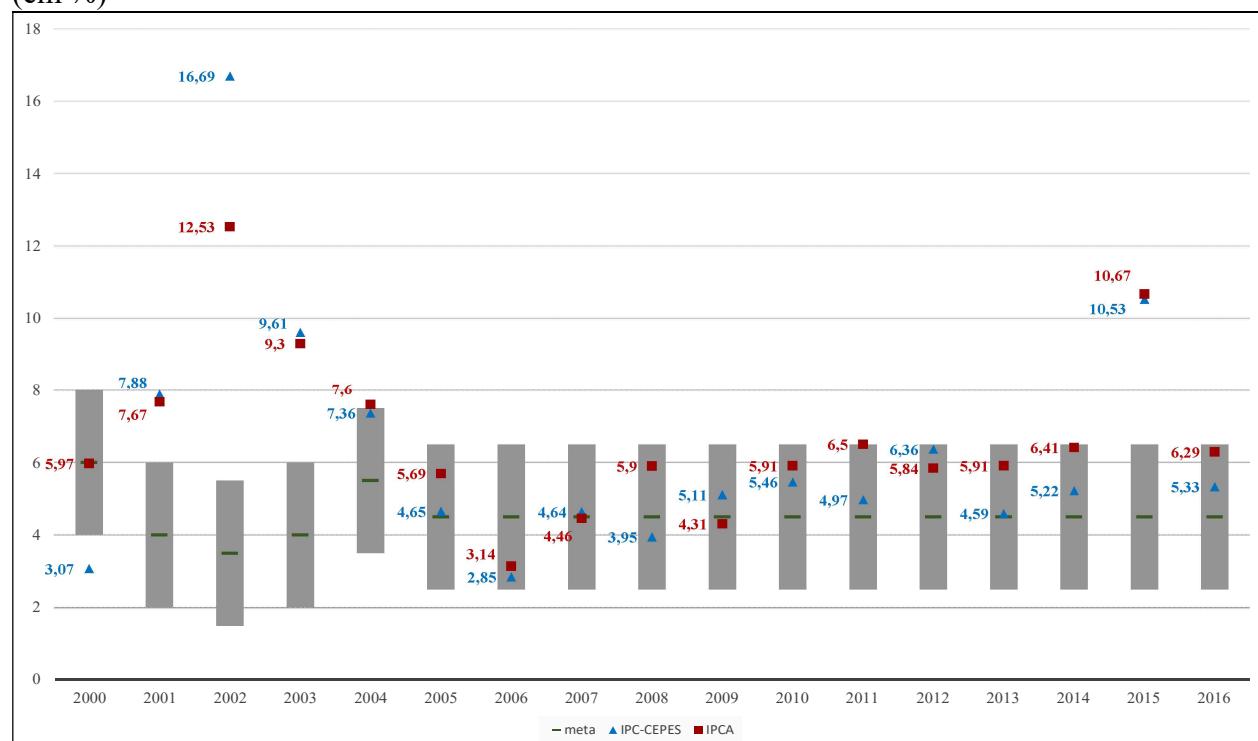
Gráfico 1 - Variação Acumulada em 12 meses do IPC-CEPES e IPCA-IBGE, (em %)

Fontes: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.
IBGE, Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2011-2016. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 2 mostra a variação acumulada do ano do IPC-CEPES e do IPCA com as metas inflacionárias para cada ano, com o objetivo de verificar se a inflação nacional e a inflação de Uberlândia seguiram essa meta de inflação.

É importante destacar que o regime de metas de inflação substituiu o regime de câmbio flutuante no Brasil a partir de julho de 1999. Nesse novo regime monetário define-se uma meta central do índice de inflação com um intervalo de tolerância, sendo o IPCA adotado como o índice oficial de inflação do Brasil⁸.

Gráfico 2 - Metas para Inflação, Intervalos de Tolerância, IPC-CEPES e IPCA, 2000-2016 (em %)



Fontes: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2000-2017⁹. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

IBGE, Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2000-2016¹⁰. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017¹¹.

⁸BRASIL. Dez Anos de Metas para a Inflação no Brasil 1999-2009. Disponível em: <<https://goo.gl/3Kj6Bw>>. Acesso em: jul. 2017.

⁹CEPES - Centro de Pesquisas e Projeto Econômico-Sociais. Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia. Base de dados de 2011-2016. 2017.

¹⁰IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor. Base de dados de 2011-2016 no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1100>>. Acesso em: fev. 2017.

¹¹BANCO CENTRAL DO BRASIL. Metas para inflação. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/relinf/Normativos.asp>>. Acesso em: mar. 2017

Desde a adoção do regime de metas a inflação de Uberlândia, medida pelo IPC-CEPES, ficou acima do intervalo de tolerância nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2015. Os choques cambiais nesses anos contribuíram para esses resultados superiores ao centro da meta e fora do intervalo.

Nos anos de 2004, 2005, 2007, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2016, o IPC-CEPES ficou acima da meta central de inflação, mas dentro do intervalo de tolerância. Nesses anos observa-se uma aproximação da proposta do Governo para a inflação nacional e o IPC-CEPES, sobretudo em três anos em que o índice de Uberlândia quase apresentou o valor exato da meta central de inflação nacional. Em 2005, a diferença da meta e do IPC-CEPES foi de apenas 0,15 pontos percentuais (p.p.); e em 2007, essa diferença foi de 0,14 p.p., quando a inflação foi influenciada pelo esgotamento gradual da capacidade ociosa da utilização dos fatores. Em 2013 a meta central era 4,5% e o IPC-CEPES foi de 4,59% (diferença de apenas 0,09 p.p.).

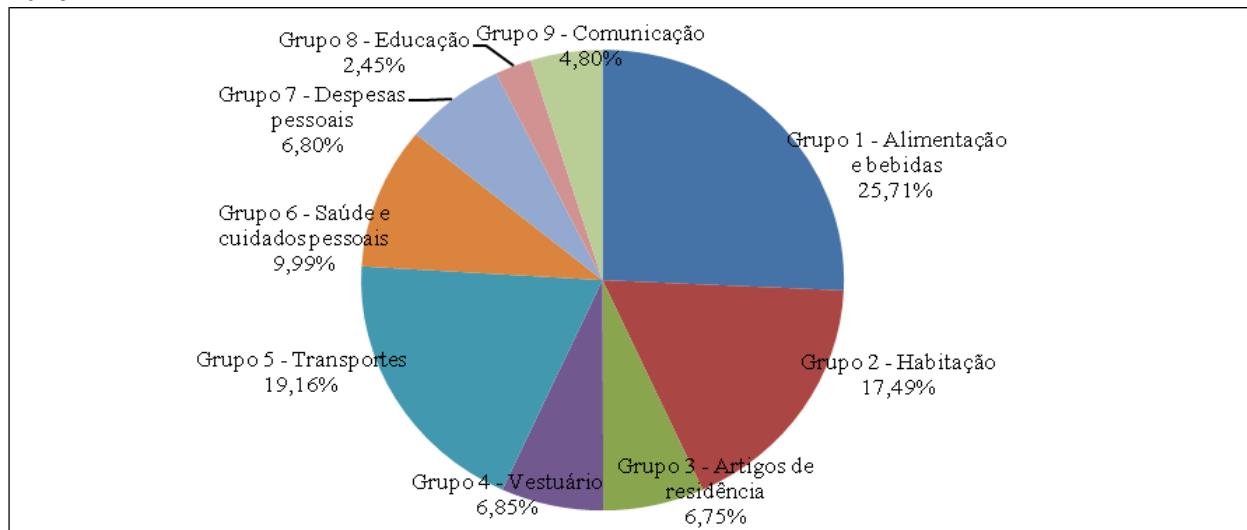
Já em 2006, verifica-se que a inflação de Uberlândia esteve abaixo da meta central e dentro do intervalo, o que se deve, em parte, ao choque agrícola positivo, devido a uma safra excepcional. Em 2008, a inflação de Uberlândia também terminou o ano abaixo do centro da meta.

Nota-se também que, em 2000, o IPC-CEPES ficou muito abaixo da meta central e fora do intervalo de tolerância. Nesse ano, a meta era 6,0% e o IPC-CEPES foi quase a metade disso, ou seja, 3,07%, -2,93 p.p. inferior à meta.

Considerando o período de análise deste estudo, apenas no ano de 2015 o IPC-CEPES ficou acima do intervalo de tolerância da meta inflacionária, registrando uma variação acumulada anual de 10,53%. Nesse ano, o IPCA também ficou fora da meta e registrou uma variação acumulada anual superior ao do IPC-CEPES. Em 2016, o IPC-CEPES apresentou uma desaceleração em comparação ao ano anterior e fechou com variação de 5,33%, dentro do intervalo de tolerância inflacionária.

A estrutura de preços do IPC-CEPES é formada por nove grupos: Grupo 1 - Alimentação e Bebidas; Grupo 2 - Habitação; Grupo 3 - Artigos de Residência; Grupo 4 - Vestuário; Grupo 5 - Transportes; Grupo 6 - Saúde e Cuidados Pessoais; Grupo 7 - Despesas Pessoais; Grupo 8 - Educação; e Grupo 9 - Comunicação. Cada grupo tem a sua cesta de consumo e apresenta ponderações distintas no índice, conforme mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Composição da Ponderação do IPC-CEPES: Média dos Pesos dos Grupos no Ano de 2016



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A análise que se segue, visa apresentar a evolução do IPC-CEPES por grupos, ao longo dos anos 2011 a 2016. Serão abordadas as variações acumuladas em cada ano.

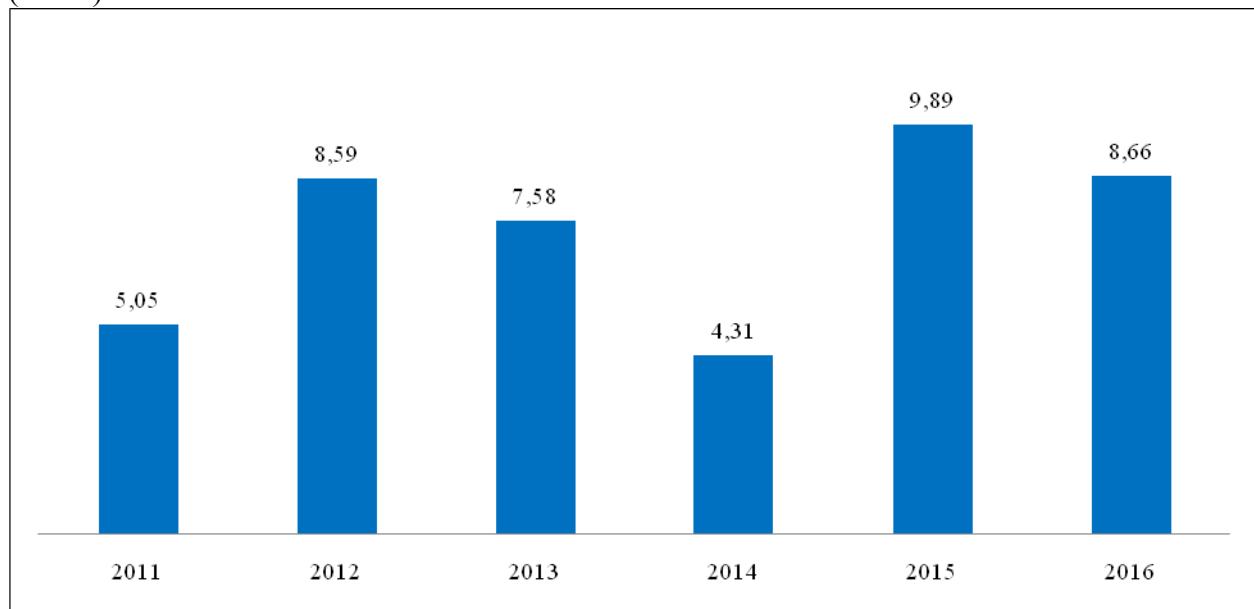
Grupo 1 - Alimentação e Bebidas

O Grupo 1, Alimentação e Bebidas, que acompanha as variações de preços dos produtos *in-natura* de elaboração primária e industrializados, relativos à alimentação, assim como os preços de lanches e refeições, é o grupo que apresenta a maior ponderação no IPC-CEPES (Ver Gráfico 3).

De um modo geral, observa-se uma aceleração no aumento dos preços dos alimentos em Uberlândia dentro do período em análise, cujo índice passou de 5,05%, em 2011, para 8,66% em 2016. Entretanto, esse processo não foi contínuo, pois houve desaceleração em 2013 e 2014, com a menor variação acumulada anual do período (4,31%) (Ver Gráfico 4).

Em contrapartida, registrou-se uma aceleração desse índice de 2014 para 2015, quando a variação acumulada do grupo foi de 9,89%, maior valor do período em análise. Em 2016, observa-se que houve uma desaceleração dessa variação, que foi de 8,66%.

Gráfico 4 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 1 - Alimentação e Bebidas, 2011-2016 (em %)



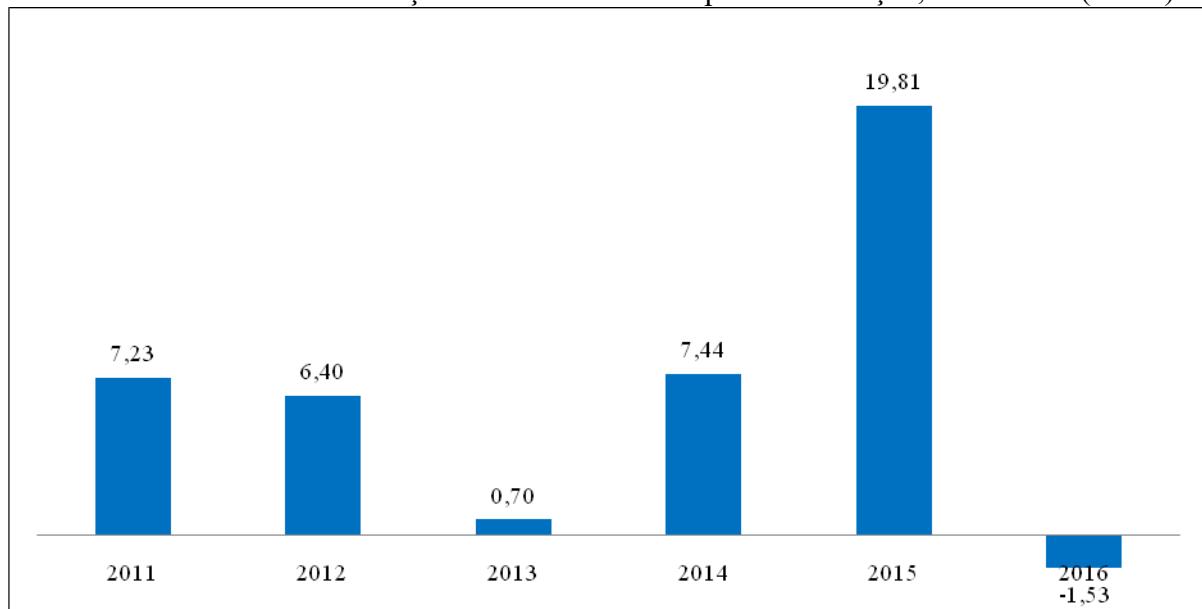
Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em 2016, a produção agrícola foi inferior à produção de 2015, em torno de 12% (IBGE, 2016), de tal modo que, em 2016, o consumidor pagou, em média, 8,66% mais caro do que pagava em 2015 para aquisição de produtos de alimentação e bebidas. Destaca-se a alta significativa da variação acumulada de produtos de cereais, leguminosas e oleaginosas, e frutas, em 2016, comparado a 2015.

Além disso, em 2016, o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de diversas bebidas pressionou a variação acumulada de produtos de bebidas e infusões, contribuindo para uma alta da variação acumulada do grupo 1.

Grupo 2 - Habitação

O segundo grupo do IPC-CEPES é o grupo Habitação, que abrange as variações dos preços de aluguéis; reparos domésticos; artigos de limpeza; gás combustível doméstico e energia elétrica residencial. O Gráfico 5 mostra a evolução da variação acumulada dos anos de 2011 a 2016, sendo que se observa uma dinâmica distinta desse grupo ao longo desses anos.

Gráfico 5 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 2 - Habitação, 2011-2016 (em %)

Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

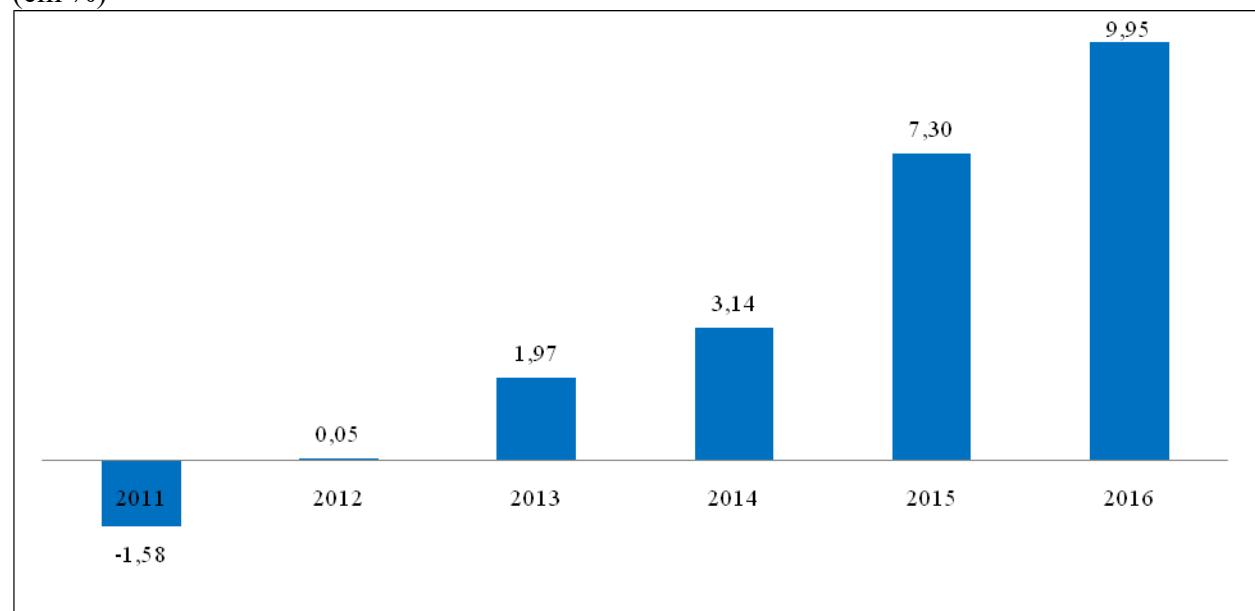
Em Habitação, houve uma desaceleração do índice de 2011 até 2013, sendo que, de 2012 para 2013, o recuo foi significativo, passando de 6,4% para 0,7%. Já em 2014, houve um acréscimo de 6,74 p.p., e essa tendência de alta continuou em 2015, quando registrou-se a maior variação acumulada do período (19,81%). Já em 2016 é possível observar a maior queda do período quando a variação acumulada do grupo Habitação foi de -1,53%. Essa queda em 2016 foi influenciada, principalmente, pelas variações da energia elétrica residencial.

Grupo 3 - Artigos de Residência

O Grupo 3, Artigos de Residência, envolve os preços dos produtos de mobiliário; utensílios domésticos; material de cama, mesa e banho, além de aparelhos eletroeletrônicos de uso doméstico e serviços de manutenção doméstica diversos.

No período analisado, houve uma alta contínua e persistente na variação acumulada desse grupo, como pode ser observado no Gráfico 6. O índice acumulado de Artigos de Residência partiu de -1,58%, em 2011, e alcançou o seu ápice em 2016, com um valor de 9,95%.

Gráfico 6 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 3 - Artigos de Residência, 2011-2016 (em %)



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Essas altas expressivas no grupo foram influenciadas pelas variações positivas de produtos de som, imagem, informática e de eletrodomésticos. Cabe mencionar que essas altas se devem, em parte, pelo fim da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da linha branca. A desoneração da linha branca (fogão, máquina de lavar, geladeira, etc) e de móveis vinha ocorrendo desde dezembro de 2011, mas, em 2012, as alíquotas começaram a ser recompostas, sendo que houve uma alta (menos do que o esperado) do IPI da linha branca, de tal modo que muitas alíquotas que eram zero subiram para 2,5% e 3,5%, por exemplo. Esse movimento continuou nos anos seguintes.

Ademais, no fim de 2015 e início de 2016, houve uma alta nos preços de produtos de TV, som e informática (como *tablets*, *notebook* e *desktops*), diante do fim provisório da Lei do Bem - Lei 11.196/05¹², com o Governo voltando a cobrar impostos, PIS e COFINS, sobre a venda desses produtos, impostos estes que tinham sido cortados pela lei de inclusão digital desde 2005.

Assim, a alta da variação acumulada do Grupo 3 reflete, entre outros motivos, a recomposição dos preços dos eletrodomésticos após o fim da redução do IPI para estes produtos e a alta significativa nos preços dos produtos de informática. A variação acumulada desses produtos em 2016 foi a mais alta no período analisado (9,95%).

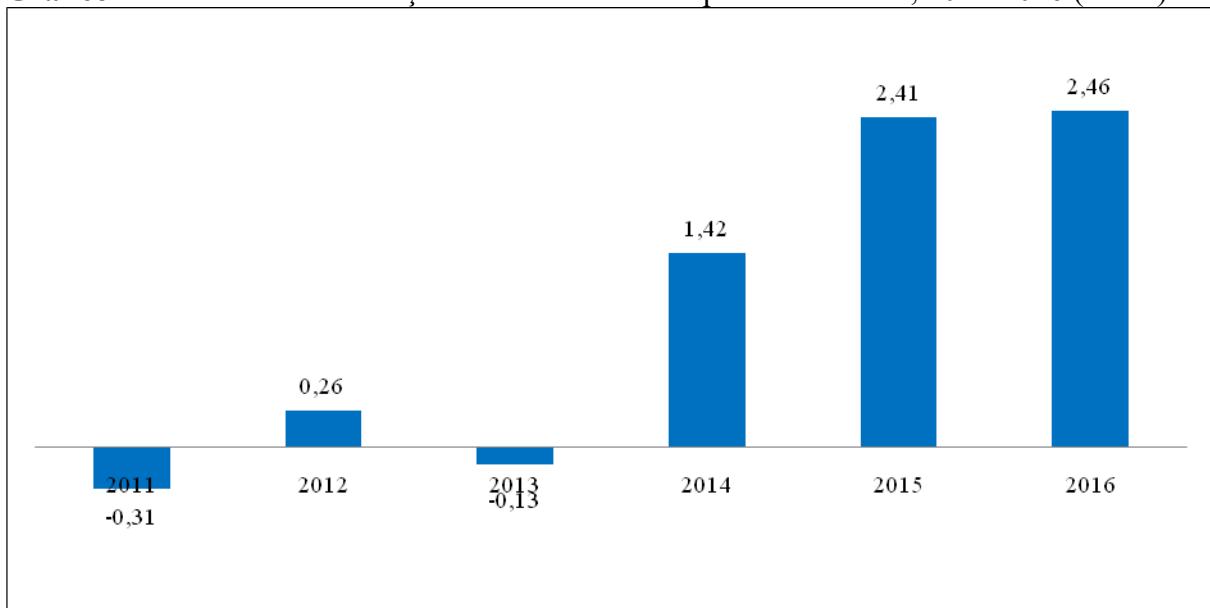
¹²BRASIL. Decreto Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/p5OuJ>>. Acesso em: jul. 2017.

Grupo 4 - Vestuário

Os preços de roupas; calçados; acessórios diversos; tecido; armarinhos; joias e bijuterias estão inclusos no Grupo 4 -Vestuário, que apresentou uma alta significativa de 2013 a 2016.

O Gráfico 7 mostra que a menor variação acumulada do período foi registrada em 2011, quando o acumulado do grupo foi de -0,31%. No ano seguinte a variação acumulada foi positiva (0,26%), mas, houve um recuo em 2013. A partir de 2014 o acumulado anual do grupo apresentou uma trajetória de aceleração, com o maior valor em 2016 (2,46%).

Gráfico 7 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 4 - Vestuário, 2011-2016 (em %)



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

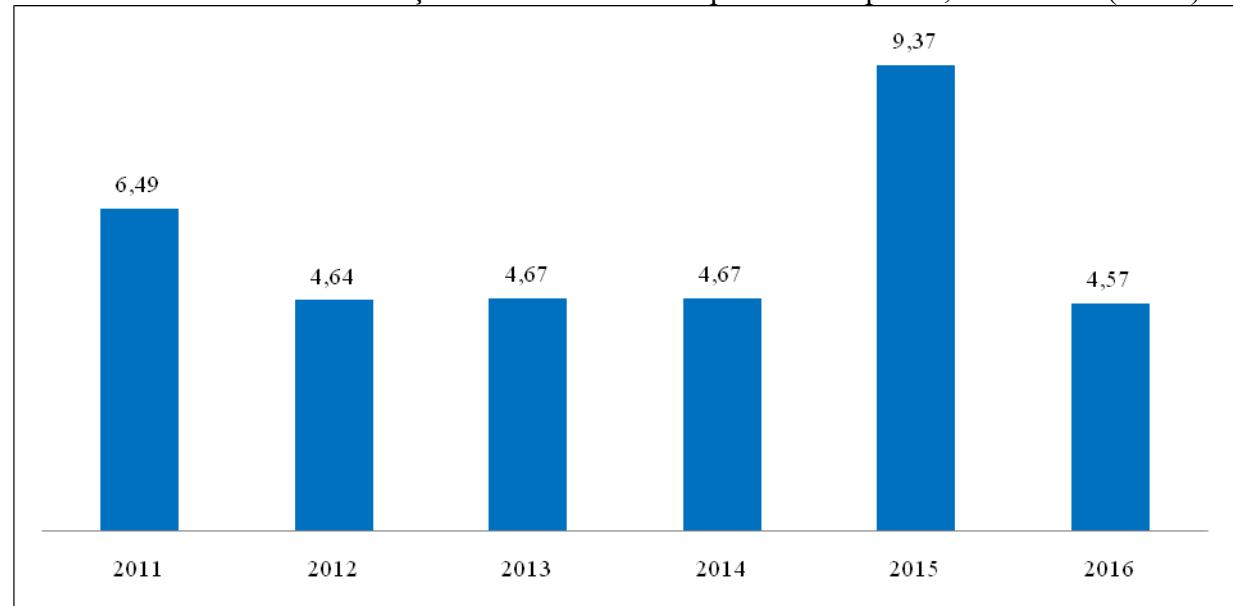
Analizando os motivos que promoveram essas acelerações a partir de 2014 destacam-se as altas nas variações acumuladas de produtos de roupas (especialmente masculina), e os aumentos significativos de produtos de joias e bijuterias.

Grupo 5 - Transportes

O Grupo 5 - Transportes acompanha a movimentação de preços das tarifas de transportes coletivos urbano/interurbano; táxi; despesas com manutenção de veículos; e combustíveis, sendo o segundo grupo com maior peso no IPC-CEPES (19,16%).

No período de 2011 a 2016, este grupo apresentou variação acumulada positiva em todos os anos, sendo a maior variação no ano de 2015 (9,37%). Em 2016 é possível notar uma desaceleração, cuja variação acumulada foi de 4,57%, conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 5 - Transportes, 2011-2016 (em %)



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

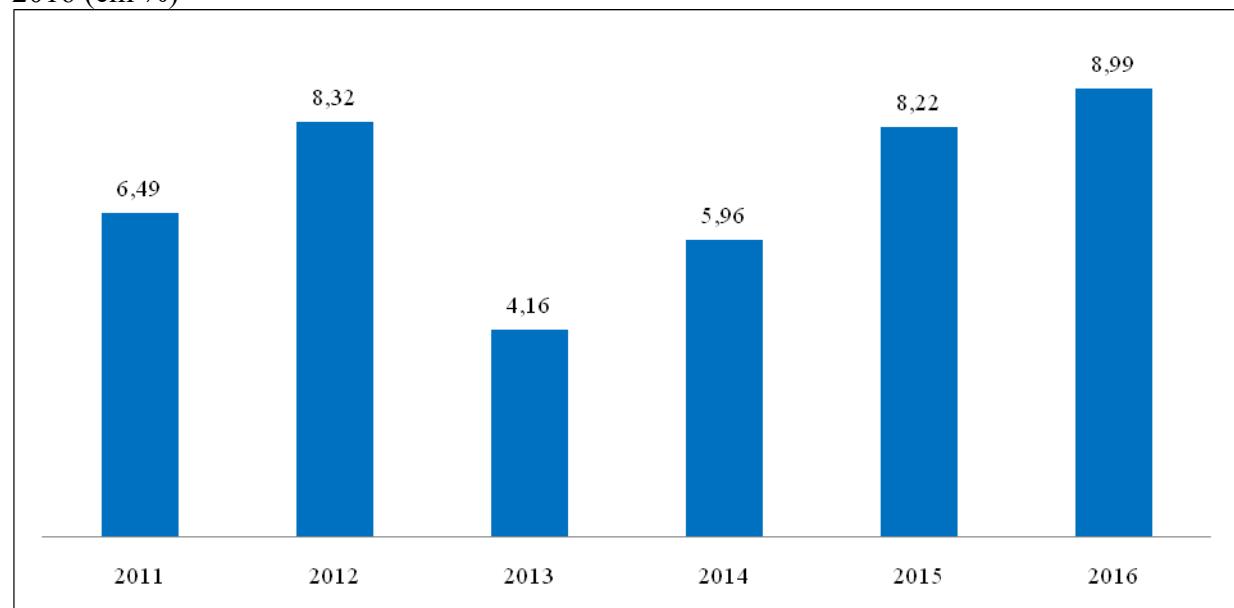
Nesse grupo destacam-se as variações nos produtos de combustíveis. De maneira geral e sucinta observa-se que os preços de petróleo no mercado internacional apresentaram, no ano de 2014 (segundo semestre), uma tendência de queda, que não se manteve no início de 2015, quando houve um aumento do preço do petróleo bruto. Depois disso, houve uma trajetória de queda nos preços do petróleo no segundo semestre de 2015, que voltou a subir em 2016. Portanto, os preços dos combustíveis, em 2015, ficaram relativamente maiores, com uma variação acumulada superior à de 2014, pressionando a variação acumulada do Grupo 5.

Grupo 6 - Saúde e Cuidados Pessoais

O Grupo 6, Saúde e Cuidados Pessoais, engloba a variação de preços de medicamentos, produtos ópticos, e serviços de saúde e de cuidados pessoais. Esse grupo apresentou variações positivas durante todo o período em estudo, tendo o seu maior valor registrado no último ano, correspondendo a 8,99%.

Esse grupo é significativamente influenciado pelas variações dos preços de medicamentos, que anualmente sofrem reajustes autorizados pelo Governo. Em 2016, acompanhando a tendência de alta verificada em 2015, o reajuste dos remédios foi o maior desde o ano 2000, o que, associado ao aumento do ICMS, pressionou os preços para cima e fez com que 2016 apresentasse a maior variação acumulada do período (8,99%). No mesmo ano, os preços dos planos de saúde tiveram a taxa de reajuste mais alta desde 1997, pressionando ainda mais para cima a variação acumulada do Grupo.

Gráfico 9 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 6 - Saúde e Cuidados Pessoais, 2011-2016 (em %)

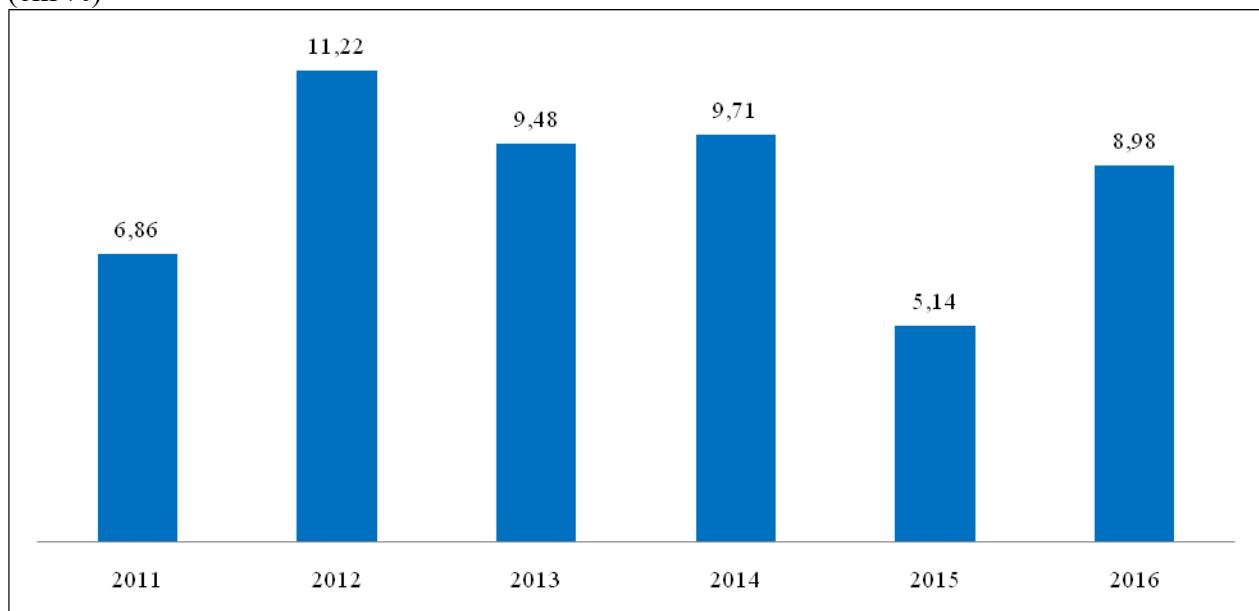


Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Grupo 7 - Despesas Pessoais

O Grupo 7, Despesas Pessoais, acompanha os preços praticados em serviços de cabeleireira; manicure; barbearia; itens de lazer/recreação; fotografia e fumo. Também foi um grupo que só teve variações positivas no período de 2011-2016, como pode ser observado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 7 - Despesas Pessoais, 2011-2016 (em %)



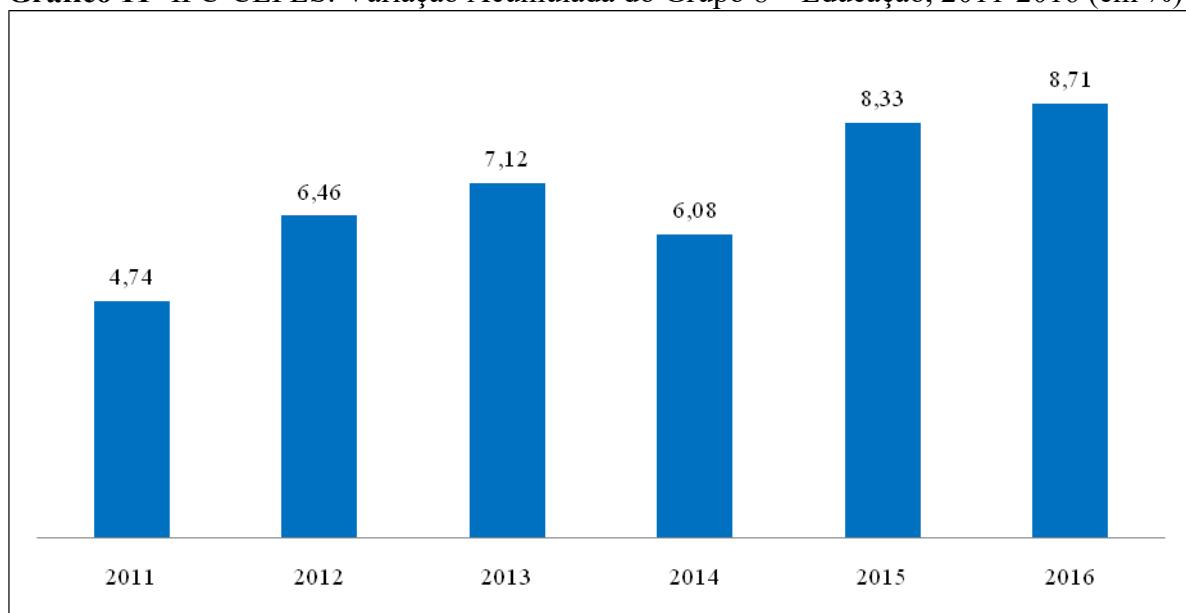
Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No Grupo 7, observa-se uma aceleração da variação acumulada em 2012, 2013 e 2014, em comparação ao ano de 2011. Porém, nota-se uma desaceleração no ano de 2015, quando a variação acumulada foi de 5,14%, a menor do período. O índice acumulado do grupo voltou a acelerar em 2016, com um acumulado de 8,98%.

Grupo 8 - Educação

O Grupo 8, Educação, mede os reajustes nos preços dos estabelecimentos de ensino particulares e acompanha os preços de livros e itens de papelaria em geral. No período de 2011-2016, as variações acumuladas foram superiores a 4%, apresentando uma aceleração em todos os anos em comparação ao primeiro ano da série deste estudo.

Gráfico 11- IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 8 – Educação, 2011-2016 (em %)



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em 2015 e em 2016, o índice acumulado foi superior a 8%, sendo os maiores valores registrados no período analisado. Essas variações foram influenciadas pelos reajustes nos preços das mensalidades das escolas regulares e pelos preços de produtos de materiais escolares, que ficaram mais caros em 2016, devido à valorização do dólar, visto que muitos desses produtos são importados.

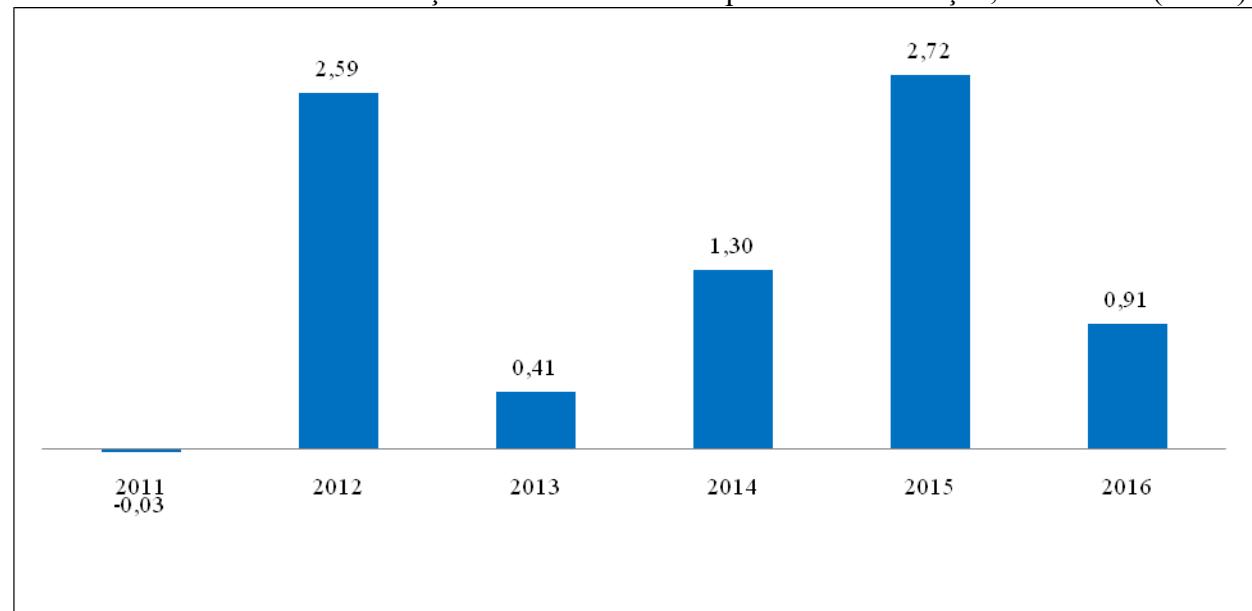
Grupo 9 - Comunicação

O Grupo 9, Comunicação, acompanha a movimentação de preços de tarifas telefônicas; serviços de TV por assinatura e transmissão de dados (*internet*), além dos preços de aparelhos telefônicos e celulares.

Dentro do período estudado, somente no ano de 2011 o acumulado do grupo ficou negativo (-0,03). Nos anos seguintes houve uma aceleração do índice acumulado anual e, em 2012 e 2015, as variações foram superiores a 2%.

A análise apresentada no Grupo 3, acerca da Lei do Bem (Lei 11.196/05), também é válida para este grupo, visto que nele inclui-se preços de *smartphones*. Assim, com o fim provisório dessa lei, no fim de 2015 e início de 2016, esses produtos ficaram mais caros em relação aos anos anteriores, contribuindo para uma aceleração do índice do Grupo 9.

Gráfico 12 - IPC-CEPES: Variação Acumulada do Grupo 9 – Comunicação, 2011-2016 (em %)



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

5.2. Evolução da Cesta Básica de Alimentos, das Horas Trabalhadas e do Salário Mínimo Necessário em Uberlândia

Esta subseção objetiva apresentar a trajetória evolutiva dos demais indicadores desenvolvidos pelo Observatório de Preços: o custo da Cesta Básica de Alimentos; o Tempo Necessário de Trabalho para aquisição desta cesta; e o Salário Mínimo Necessário da população

uberlandense no período de 2011 a 2016. Esses indicadores são desenvolvidos a partir da Pesquisa Mensal de Preços, realizada para a produção do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia.

A metodologia de cálculo desses indicadores é a mesma que é empregada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)¹³. Contudo, os dados históricos gerados pelo CEPES estão a preços correntes, conforme valor de cada ano analisado. Assim, para a realização da análise comparativa desses indicadores em 2011-2016, optou-se por atualizar os valores utilizando como deflator o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), trazendo todos os dados para os valores de dezembro de 2016¹⁴.

Iniciando a análise pela Cesta Básica de Alimentos de Uberlândia, no período de 2011-2016, destaca-se que esta cesta é composta por treze produtos de alimentação que foram definidos pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o Salário Mínimo no Brasil.

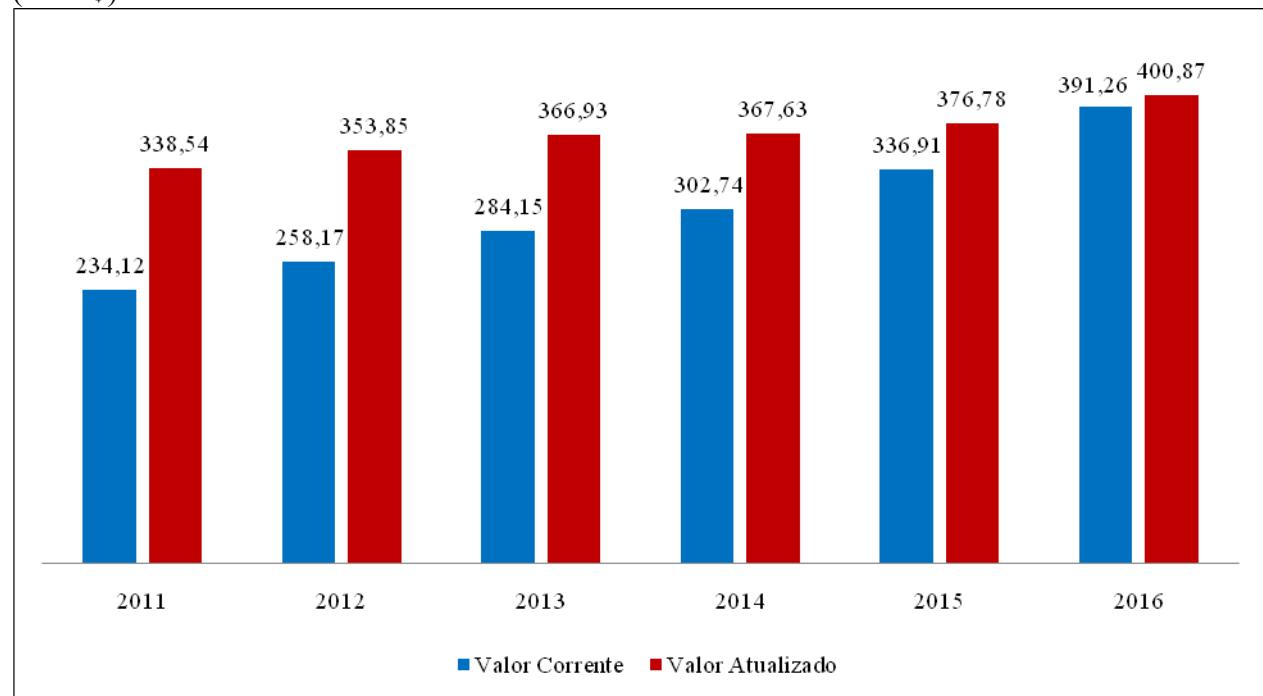
O Decreto Lei nº 399¹⁵ determina que a Cesta Básica de Alimentos deve ser composta por treze itens alimentícios em níveis suficientes para garantir, por um mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta. Contudo, as respectivas quantidades mensais são diferentes por região geográfica do Brasil, tendo em vista as peculiaridades de cada localidade. Os produtos que compõem a Cesta e suas respectivas quantidades são: Arroz (3 quilogramas - kg), Feijão (4,5kg), Farinha de trigo (1,5kg), Batata (6kg), Tomate (9kg), Açúcar (3kg), Banana (7,5kg), Carne (6kg), Leite (7,5 litros), Pão (6kg), Óleo (750 gramas), Margarina (1,5 kg), Café (600 gramas).

¹³DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

¹⁴ Os valores foram ajustados mês a mês, e em seguida, foi calculada a média anual dos indicadores. Ademais, as horas trabalhadas foram calculadas a partir dos valores ajustados.

¹⁵BRASIL. Decreto Lei nº 339, de 30 de abril de 1938. Disponível em: <<https://goo.gl/AhXSpN>>. Acesso em: fev. 2017.

Gráfico 13 - Gasto Médio Anual da Cesta Básica de Alimentos de Uberlândia, 2011- 2016 (em R\$)



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Nota: Valor corrente: significa valores a preços do ano corrente. Valor Atualizado: significa valores a preços reais de dezembro de 2016.

No período compreendido e considerando os valores atualizados da Cesta, nota-se um aumento significativo do custo médio de se adquirir os treze produtos básicos de alimentação, como mostra o Gráfico 13.

No primeiro ano da série o valor médio da Cesta Básica de Alimentos em Uberlândia foi de R\$338,54, chegando, em 2016, com um valor médio 1,18 vezes maior do que esse registrado em 2011. Esse aumento foi influenciado pelos aumentos do gasto, principalmente, com: Feijão, Carne, Farinha de trigo e Pão, comparando 2011 a 2016. A Tabela 1 mostra a média dos gastos dos treze produtos que compõem a cesta nos seis anos analisados neste estudo, em valores atualizados para dezembro de 2016.

Tabela 1 - Gasto Médio Anual dos Produtos da Cesta Básica de Alimentos de Uberlândia no período de 2011- 2016 (em R\$ - a preços reais de dezembro de 2016)

Produtos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arroz	7,90	8,57	9,44	8,89	8,58	9,40
Feijão	22,38	29,28	31,88	23,82	24,04	38,46
Farinha de trigo	3,79	3,88	5,00	5,47	5,12	4,68
Batata	18,05	16,15	22,49	20,80	21,85	25,09
Tomate	45,05	52,20	54,90	54,47	53,61	47,99
Açúcar	7,98	7,05	6,02	5,31	5,03	6,84
Banana	34,53	33,32	31,25	37,41	40,05	28,43
Carne	101,68	101,42	99,17	104,17	112,01	131,33
Leite	21,43	21,20	22,69	21,77	19,95	22,89
Pão	54,00	56,12	60,26	63,50	65,68	65,39
Óleo	4,11	4,40	4,07	3,53	3,43	3,48
Margarina	6,90	7,72	7,87	7,54	7,14	6,60
Café	10,75	12,54	11,89	10,97	10,30	10,28
Total	338,54	353,85	366,93	367,63	376,78	400,87

Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Acerca do tempo médio de trabalho necessário para adquirir os produtos da Cesta Básica de Uberlândia, no período de 2011-2016, tem-se que o seu aumento/redução é proporcional às variações do gasto médio anual da cesta, considerando o valor do salário mínimo oficial do país.

Após a atualização monetária dos valores da Cesta e do salário mínimo oficial do Brasil foi calculado o tempo médio de trabalho de um cidadão uberlândense para que fosse possível adquirir os produtos dessa cesta. Ou seja, quanto o cidadão trabalhou para comprar os produtos básicos de alimentação.

Em 2011 foi necessário trabalhar, em média, 136 horas e 09 minutos para adquirir a cesta (valores atualizados), enquanto em 2012 esse valor diminuiu para 124 horas e 34 minutos, e em 2013, eram necessárias 118 horas e 29 minutos, em média. Nos últimos três anos do período, o tempo médio de trabalho continuou a diminuir, registrando em 2014, um tempo médio de trabalho de 111 horas e 08 minutos. No ano seguinte esse tempo foi de 104 horas e 19 minutos e, no último ano, foram necessárias 99 horas 43 minutos, em média. Essas reduções se devem aos pequenos ganhos de reajustes do salário oficial do Brasil, que foram superiores ao crescimento dos valores do gasto médio com a cesta de alimentos.

Considerando os valores atualizados para dezembro de 2016, a taxa média de crescimento do gasto médio da Cesta Básica foi em torno de 3% no período de 2011-2016, enquanto que a taxa média de crescimento do salário mínimo oficial foi de 10%.

Por fim, o último indicador a ser apresentado nesta seção é o Salário Mínimo Necessário (SMN) que uma família überlandense (com dois adultos e duas crianças ou 3 adultos) precisa receber para atender às suas necessidades básicas.

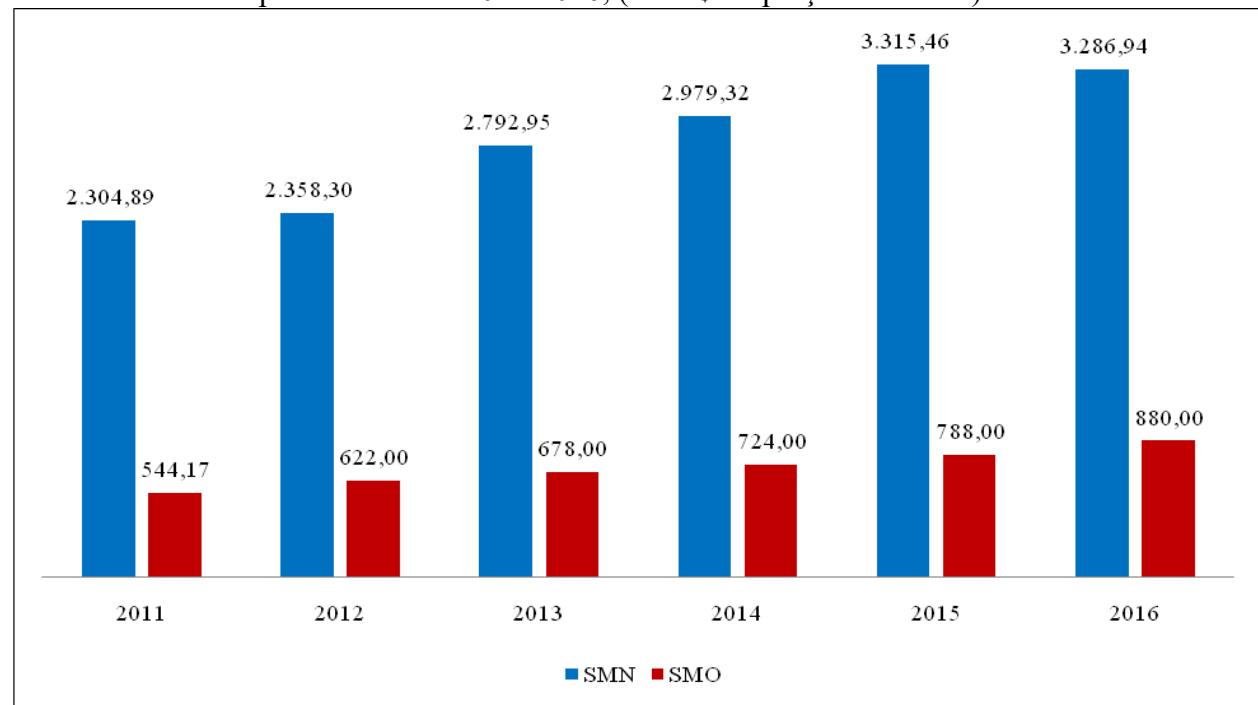
Ressalta-se que o Salário Mínimo, de acordo com o preceito constitucional, é o salário mínimo “fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedado sua vinculação para qualquer fim” (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV)¹⁶.

O Salário Mínimo Necessário (SMN) é calculado tendo como referência o valor da Cesta Básica ajustado para uma família constituída por 2 adultos e 2 crianças (ou três adultos), considerando os gastos com outros itens de despesa (Educação, Saúde, Transporte, Vestuário, etc.), de acordo com procedimento adotado pelo DIEESE.

Assim, considerando os valores correntes do custo médio com a Cesta Básica em cada ano, tem-se que o Salário Mínimo Necessário em Uberlândia é significativamente superior ao Salário Mínimo Oficial, em todos os anos do período. Mesmo com os ganhos de reajustes salariais ao longo dos anos. O Gráfico 14 mostra essas informações.

¹⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: fev. 2017.

Gráfico 14 - Salário Mínimo Necessário (SMN) e Salário Mínimo Oficial (SMO), para Uberlândia -média para os anos de 2011-2016, (em R\$ - a preços correntes)



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em 2011, o Salário Mínimo Necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas ficou, em média, no valor de R\$ 2.304,89. O Salário Mínimo Oficial equivaleu apenas 23,61% do Salário Mínimo Necessário para a manutenção de uma família em Uberlândia nesse ano. Ou seja, o Salário Mínimo Necessário médio do ano foi 4,24 vezes o Salário Mínimo Oficial (Gráfico 15).

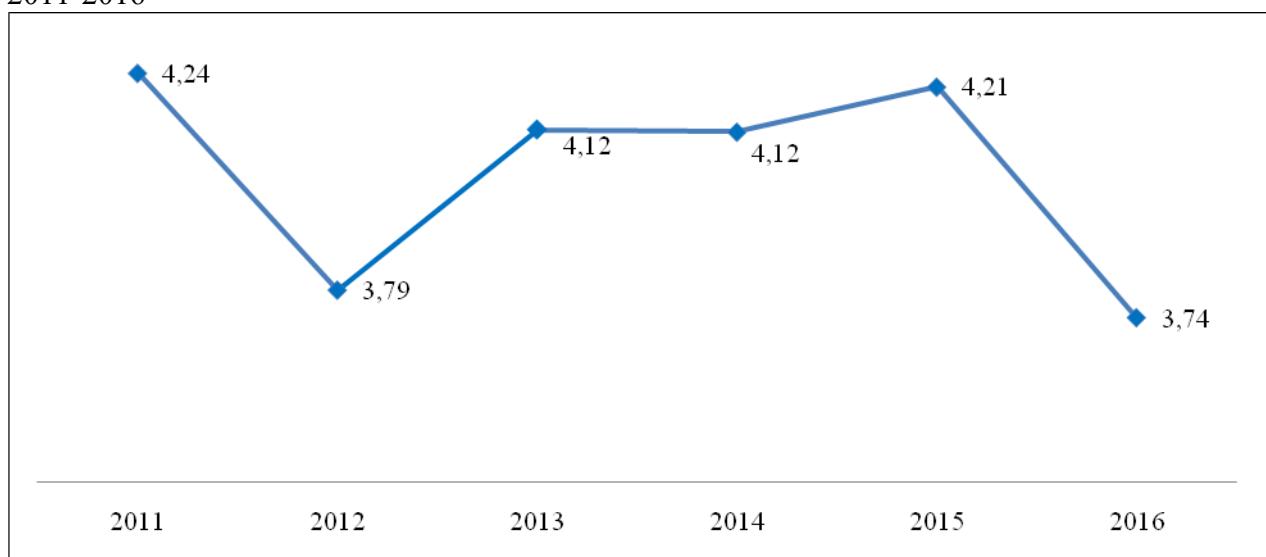
No ano seguinte (2012), o Salário Mínimo Necessário médio também foi superior ao Salário Mínimo Oficial, sendo que este equivaleu 26,37% daquele. No ano de 2013, o Salário Mínimo Necessário médio anual foi 4,12 vezes maior do que o Salário Mínimo Oficial.

Em 2014, essa relação dos salários continuou a mesma, verificando um alto Salário Mínimo Necessário frente ao Salário Mínimo Oficial do país. Nesse ano, o Salário Mínimo Oficial equivaleu a 24,30% do Salário Mínimo Necessário, de tal modo que esse foi em torno de 4,12 vezes o valor atualizado do Salário Mínimo Oficial do Brasil.

Nos anos de 2015 e 2016, o Salário Mínimo Oficial correspondeu, em média, a 23,77% e 26,77% do Salário Mínimo Necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas em Uberlândia, respectivamente.

Por fim, menciona-se que se verificou uma diminuição importante da relação do Salário Mínimo Necessário pelo Salário Mínimo Oficial no ano de 2011 para o ano de 2012. Entretanto, tal relação apresentou uma trajetória de aumento nos anos seguintes, retornando a decrescer em 2016. Tal relação, apresentada no Gráfico 15, visa mostra quantas vezes o Salário Mínimo Necessário é maior do que o Salário Mínimo Oficial.

Gráfico 15- Evolução da Relação do Salário Mínimo Necessário pelo Salário Mínimo Oficial, 2011-2016



Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2011-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Finanças Municipais



5. Arrecadação Tributária Própria e as Especificidades do ISS como o Principal Imposto do Município de Uberlândia¹

Rick Humberto Naves Galdino²

Introdução

Esta seção se dedica a apresentar a evolução recente da principal conta de Receita Tributária do município e as especificidades deste tributo, qual seja o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ou simplesmente ISS. Inaugurando uma série de análises dos principais determinantes das contas de receitas e despesas orçamentárias, no intento de mapear tanto a origem quanto a destinação dos recursos públicos, como forma de compreender e acompanhar a trajetória destes recursos ao longo dos diversos caminhos. O ISS se mostra como a principal fonte de recursos próprios do município de Uberlândia, sendo responsável por 53% da receita tributária municipal nos últimos 12 meses (até junho de 2017). Importância esta mantida e reafirmada desde a edição, em 2003, da Lei Complementar Federal Nº116³, de 31 de julho de 2003, que regulamenta e atualiza a lista de serviços sobre os quais incidem o devido imposto.

Além desta introdução, o trabalho apresenta na primeira parte a participação e importância que o ISS tem para as finanças públicas do município de Uberlândia, no período compreendido entre os anos 2000 e 2015, e sua evolução recente nos últimos 36 meses.

A segunda parte apresenta a fundamentação jurídica e institucional do imposto, por meio da Constituição Federal de 1988 e a posterior Lei Complementar Federal Nº 116, e a instituição, no município, da Lei Complementar Nº 336, de 29 de dezembro de 2003, que atualiza o texto e a lista de serviços sobre os quais incidem o ISS em Uberlândia. Também na segunda parte, o trabalho apresenta as especificidades deste tributo em Uberlândia, detalhando modalidades de enquadramento, períodos de vencimentos, alíquotas e valores praticados. E por fim, as considerações finais.

¹ Em termos de valores.

² Economista/Pesquisador do CEPES/IERI/UFU.

³ Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 21/08/2017.

5.1 - A Importância do ISS para o Município de Uberlândia

A Tabela 1 apresenta a participação do Imposto sobre Serviços no total da Receita Orçamentária do Município de Uberlândia e a participação do ISS na Receita Tributária do município, de 2000 a 2015.

Conforme se verifica na tabela, o ISS é bastante representativo ao longo de todo o período analisado, em 2000 já é o principal tributo municipal, colocação que reafirma, ampliando sua participação tanto nas Receitas Tributárias, de 47,46% em 2000 para 54,32% em 2015, como no total dos Orçamentos anuais de 8,10% em 2000 para 10,84% em 2015.

Tabela 1 - Participação do ISS na Receita Orçamentária e Receita Tributária de Uberlândia, no período de 2000 a 2015. (Em valores reais, ajustados pelo IPCA, e %)

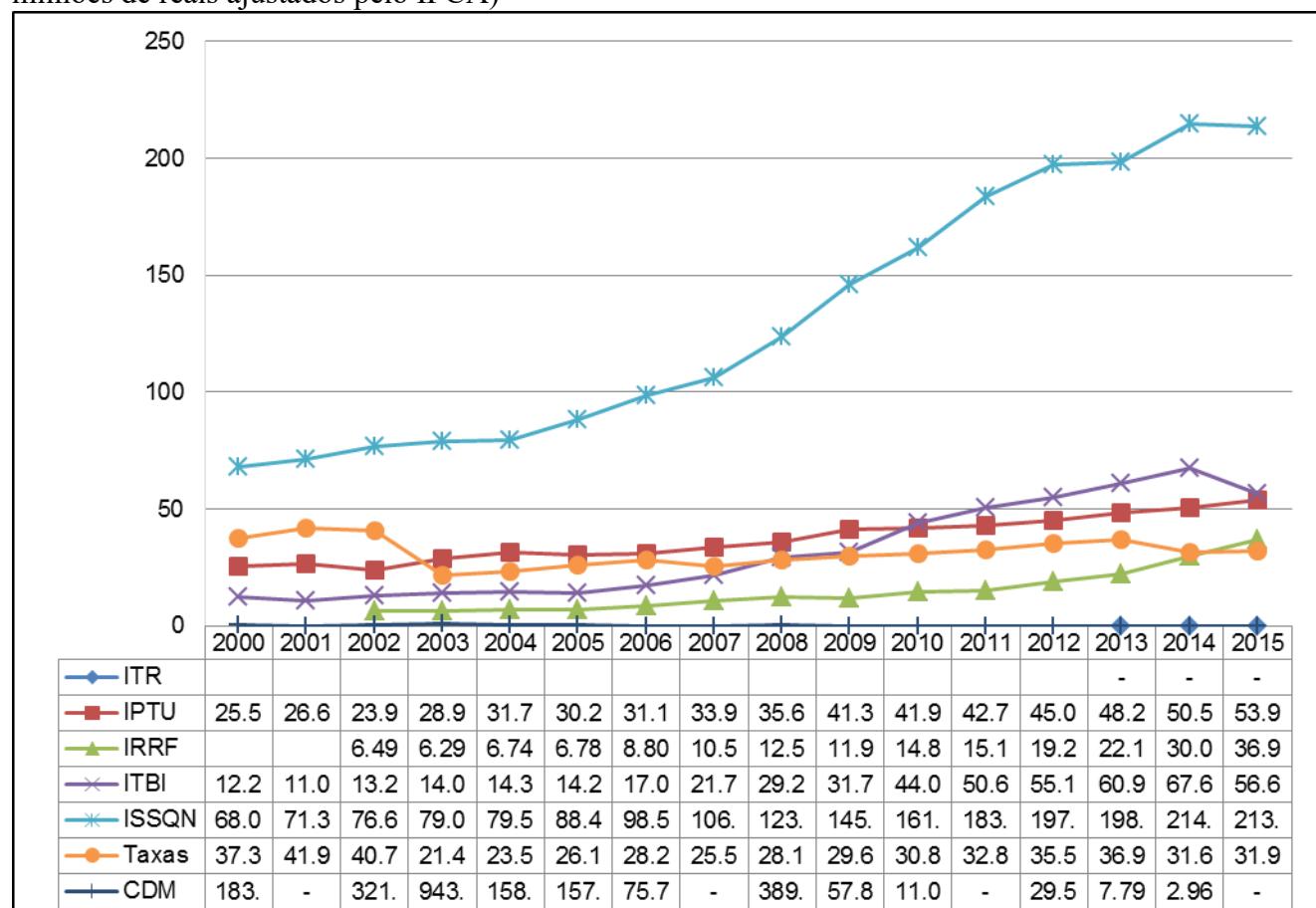
Ano	Receita Orçamentária		Receita Tributária		ISS
	R\$	%	R\$	%	
2000	839.123.371	8,10	143.295.283	47,46	68.007.592
2001	708.433.033	10,07	150.992.798	47,25	71.343.802
2002	807.282.290	9,50	161.462.164	47,48	76.661.237
2003	816.433.198	9,68	150.799.160	52,43	79.065.161
2004	880.364.730	9,03	156.087.963	50,94	79.513.512
2005	938.811.617	9,42	166.071.255	53,26	88.445.486
2006	1.025.387.113	9,61	183.931.954	53,58	98.545.361
2007	1.174.965.964	9,06	198.252.242	53,71	106.484.199
2008	1.503.065.217	8,22	229.426.202	53,83	123.506.427
2009	1.350.629.987	10,80	260.558.086	55,98	145.854.712
2010	1.558.510.802	10,38	293.420.981	55,11	161.716.955
2011	1.740.714.188	10,56	325.279.804	56,51	183.830.860
2012	1.911.679.493	10,33	352.392.688	56,01	197.392.735
2013	1.953.128.492	10,16	366.765.533	54,13	198.529.293
2014	2.030.081.579	10,57	394.630.308	54,40	214.672.766
2015	1.968.846.000	10,84	392.942.280	54,32	213.435.468

Fonte: IPCA – IBGE, 2000 a 2016; Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2000 a 2015. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A Figura 1 apresenta a arrecadação dos tributos municipais, taxas e contribuição de melhoria, todos componentes da receita tributária própria. Os dados foram ajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE⁴ a preços de janeiro de 2017.

Em Uberlândia, o Imposto sobre Serviços é o principal tributo em todo o período analisado de 2000 a 2015. Em valores reais, este imposto apresenta crescimento de 215,59% de 2000 a 2014 quando atinge sua arrecadação máxima, passando de R\$68.007.591,99 para R\$214.672.766,24. No entanto, ao fim da série em 2015, apresenta queda de -0,57% na arrecadação.

Figura 1 - Receitas Tributárias realizadas pelo Município de Uberlândia no período 2000 a 2015 (Em milhões de reais ajustados pelo IPCA)



Fonte: IPCA – IBGE, 2000 a 2016; Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2000 a 2015. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

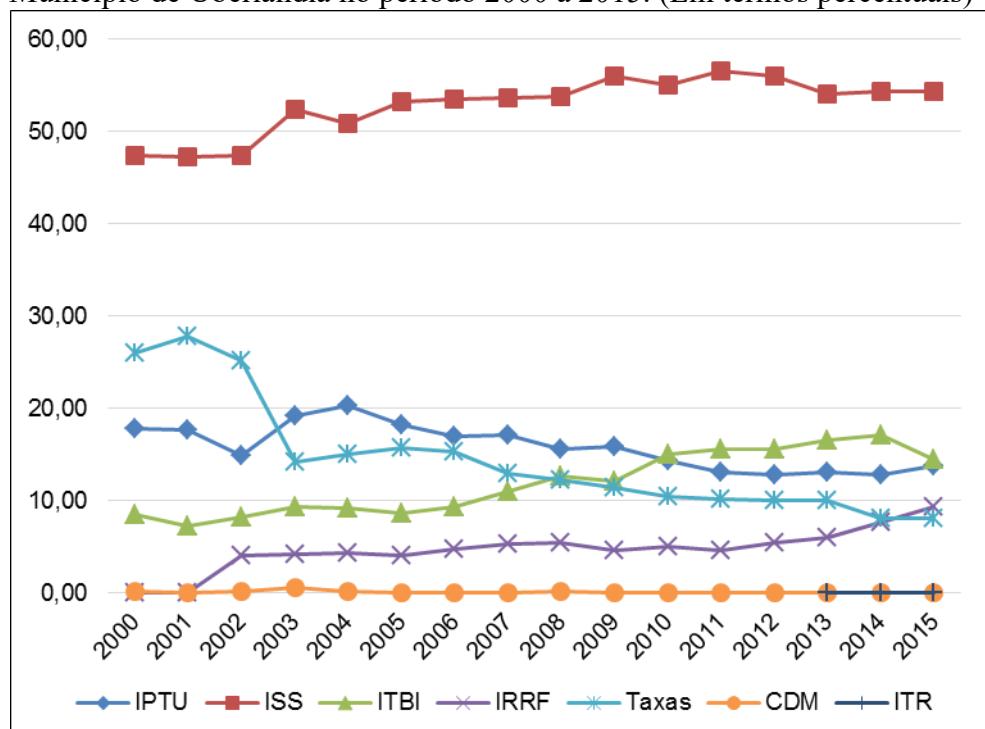
⁴ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 22/08/2017.

Para fins comparativos, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos (ITBI) que em 2000 é a quarta fonte de receita tributária de Uberlândia com arrecadação de R\$12.241.413,38 passa para R\$67.615.125,31 em 2014 quando apresenta seu maior valor arrecadado no período, já como segundo principal tributo, crescimento de 452,35%. Em 2015 o ITBI também apresenta queda de -16,15%.

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que em 2000 é terceira maior fonte de tributos do município, com arrecadação de R\$25.519.346,50, aumenta 111,52% até 2015, quando arrecada R\$53.979.129,23. Mantendo-se como a terceira fonte de tributos municipais.

Em 2015, o quarto tributo em ordem de importância é o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Este imposto de competência da união é contabilizado entre as receitas tributárias desde 2002 e, em 2015 atinge a arrecadação máxima para o período que é de R\$36.904.819,73.

Figura 2 - Participação relativa das Receitas tributárias realizadas pelo Município de Uberlândia no período 2000 a 2015. (Em termos percentuais)



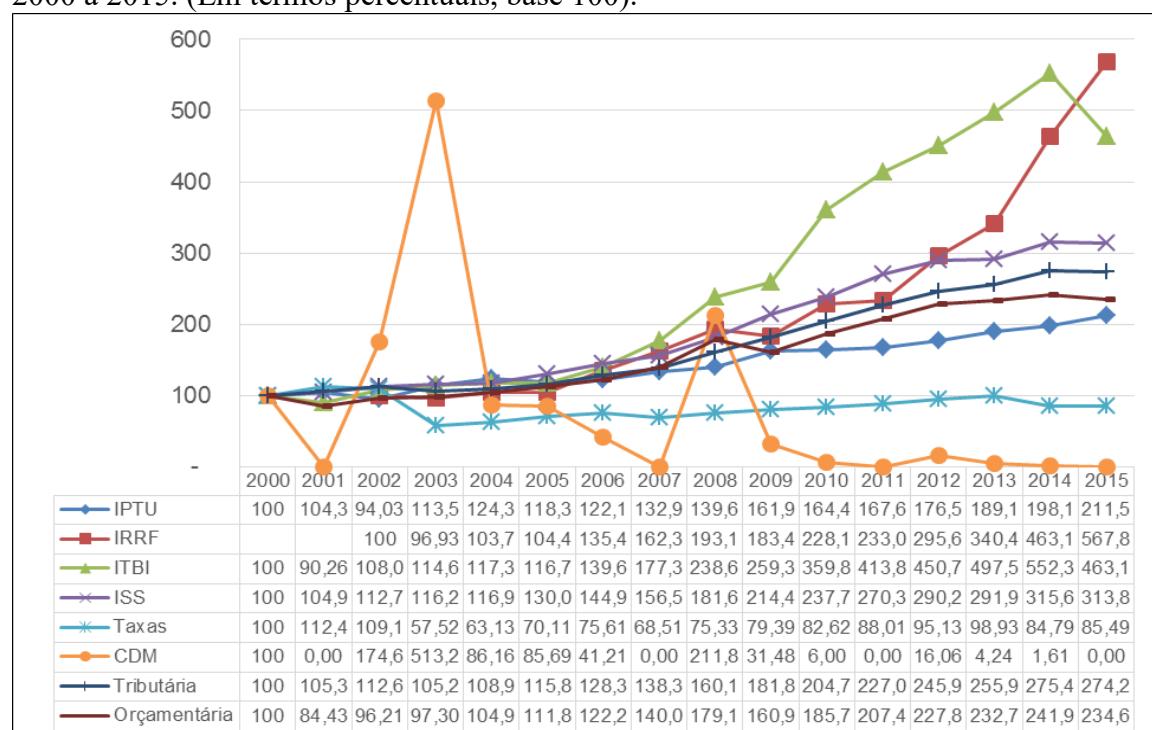
Fonte: IPCA – IBGE, 2000 a 2016; Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2000 a 2015. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

As Taxas, também parte das receitas tributárias, são outra fonte importante de recursos para o município, sendo a segunda até 2002. Em 2001, as Taxas atingem seu valor máximo arrecadado de R\$41.982.711,32. Após uma queda entre os anos de 2002 e 2003, as Taxas apresentam arrecadações anuais bastantes próximas. Em 2015, as Taxas são a quinta principal fonte de recursos tributários.

O Imposto Territorial Rural (ITR), que a partir de 2013 também pode ser contabilizado entre as receitas tributárias, não apresenta valores até 2015. As Contribuições de Melhorias (CDM) apresentam participações esporádicas, com grandes variações e tendo apresentado sua maior arrecadação em 2003 com o valor de R\$943.197,45.

A Figura 2 apresenta a participação relativa dos diferentes tributos, taxas e contribuição ao longo do período 2000 a 2015. Neste período o que mais se destaca é a ampliação da participação do ISS no total das receitas tributárias, passando de 47,46% em 2000 para 56,51% em 2011, quando registra sua participação máxima. Em 2015 apresenta participação de 54,32%.

Figura 3 - Número Índice dos Componentes das Receitas Tributárias, do Agregado das Receitas Tributárias e das Receitas Orçamentárias realizadas pelo Município de Uberlândia no período 2000 a 2015. (Em termos percentuais, base 100).



Fonte: IPCA – IBGE, 2000 a 2016; Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2000 a 2015. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

As demais participações, como apresentado na Figura 1 passam por alternância de importância de suas respectivas participações. O IPTU e as Taxas apresentam declínio, em termos relativos, entre os anos 2000 e 2015, passando de 17,81% e 26,06% para 13,74% e 8,12%, respectivamente. Já o ITBI e o IRRF ampliam suas participações relativas, passando o ITBI de 8,54% em 2000 para 14,43% em 2015, sendo que em 2014 registra sua máxima de 17,13%. O IRRF contabilizado desde 2002 apresenta forte ampliação, passando de 4,02% para 9,39%.

A Figura 3 apresenta a variação do número índice dos componentes das receitas tributárias, do agregado das receitas tributárias e das receitas orçamentárias no período 2000 a 2015. Por meio da Figura 3 verifica-se, assim como já apontado, o desempenho declinante das Taxas ao longo do período, a alta volatilidade das receitas de Contribuição de Melhorias, o baixo desempenho do IPTU, se comparado às demais fontes de receitas. Também se verifica o forte desempenho do ITBI até 2014, e o declínio em 2015. E o já apontado forte desempenho do IRRF.

O ISS, principal componente das Receitas Tributárias do município de Uberlândia, apresenta desempenho bastante robusto no período, acima do desempenho da Receita Orçamentária e da Receita Tributária. Isso significa que aumenta sua importância tanto como parte das receitas tributárias, como sua importância para a receita orçamentária do município.

5.2 - Desempenho do ISS no período de Julho de 2014 a Junho de 2017

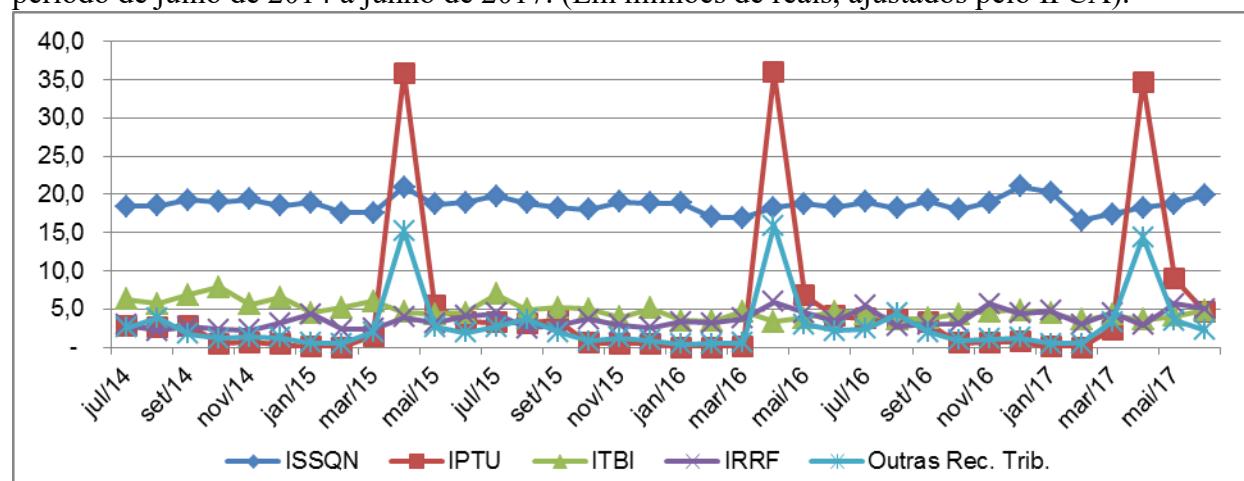
A fim de verificar o desempenho recente do ISS no município de Uberlândia a Figura 4 apresenta a arrecadação mensal dos tributos que compõe as Receitas Tributárias municipais.

Por meio da figura 4 se verifica que além de ser a principal fonte de recursos municipais, o ISS é o tributo que apresenta a maior estabilidade, ou seja, aquele que apresenta menores oscilações. De julho de 2014 a junho de 2017 o ISS apresentou arrecadação média mensal de R\$18.686.326,89. Médias estas ultrapassadas apenas pelo IPTU nos meses de abril dos três anos analisados.

O IPTU tem como forte característica a sazonalidade de sua arrecadação, concentrando-se majoritariamente nos meses de abril, e em menor volume nos meses subsequentes até setembro. Tal característica se deve ao período de pagamento do referido imposto, principalmente em abril no vencimento da parcela única e vencimento da primeira parcela, na opção de parcelamento.

A conta outras Receitas Tributárias também apresenta volatilidade próxima da apresentada pelo IPTU, tal fato se deve as taxas que geralmente são cobradas juntas com os boletos do IPTU, por exemplo, a taxas de expedição do boleto.

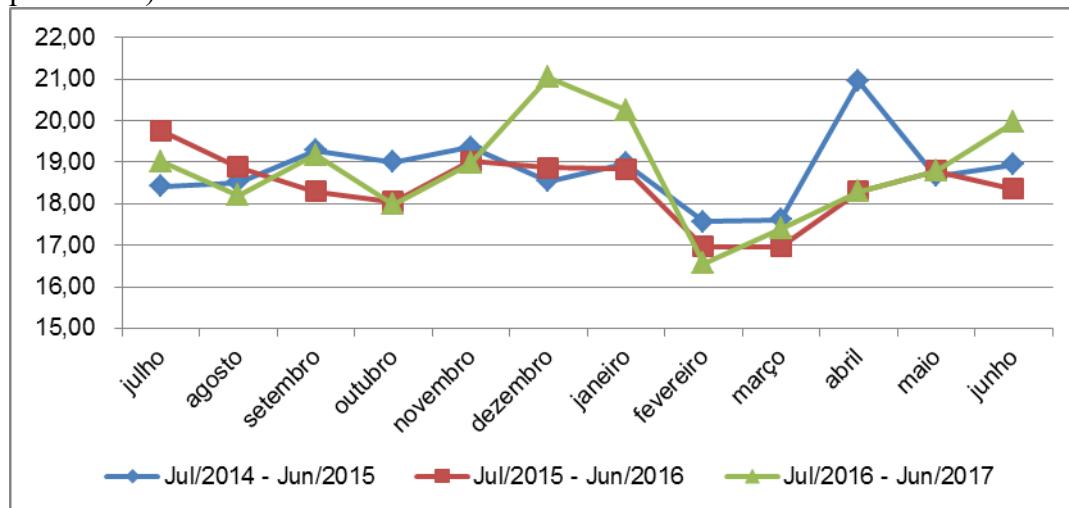
Figura 4 - Arrecadação Mensal da Receita Tributária Municipal realizada por Uberlândia, no período de julho de 2014 a junho de 2017. (Em milhões de reais, ajustados pelo IPCA).



Fonte: IPCA – IBGE, jul. 2014 a jul. 2017; Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – Municípios - Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO –SICONFI –STN, 3º Bimestre 2015, 2016 e 2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Os demais tributos, ITBI e IRRF são impostos estáveis, porém com médias de arrecadação mensal inferior que a do ISS, sendo R\$4.780.797,22 e R\$3.579.141,85 no período de julho de 2014 a junho de 2017.

Figura 5 - Arrecadação Mensal do ISS realizada pelo Município de Uberlândia, no período de julho de 2014 a junho de 2017. (Em milhões de reais, ajustados pelo IPCA).



Fonte: IPCA – IBGE, jul. 2014 a jul. 2017; Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – Municípios - Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO –SICONFI –STN, 3º Bimestre 2015, 2016 e 2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Mesmo mais estável, o ISS também apresenta alguma sazonalidade ao longo do ano, sendo os meses de fevereiro e março aqueles mais comuns as menores médias. Em fevereiro de 2017, o ISS apresentou arrecadação mensal de R\$16.569.076,94, a menor média mensal de todo o período de julho de 2014 a junho de 2017. Já a maior média é apresentada em dezembro de 2016 quando atinge o valor de R\$21.053.256,68.

5.2.1 - Arrecadação por Modalidade

A Tabela 2 apresenta a arrecadação total do ISS por cada uma das modalidades de lançamento do imposto em Uberlândia. O “ISS Ofício” se refere aqueles que são cobrados na modalidade de preço fixo por período de tempo, cujas características são de imposto direto, pois não depende do valor dos serviços, nem da quantidade de serviços prestados. Já o “ISS homologado – PMU” são os impostos cobrados na forma de alíquotas, incidem sobre o valor dos serviços prestados, variando de acordo com a quantidade dos serviços prestados. E o “ISS homologado – Simples” é análogo ao “ISS homologado – PMU”, mas recolhido pela receita federal, conforme a legislação pertinente, e repassados ao município.

Por meio da tabela 2 se verifica que o “ISS homologado - PMU” é a modalidade que mais arrecada, representando 86,97% da arrecadação total do ISS em 2010 e 80,81% da arrecadação em 2015. Seguido pela modalidade “ISS homologado – Simples” que arrecada 11,99% do total em 2010 e 18,70% em 2015, apresentando forte expansão no período. Já o “ISS Ofício” é responsável por 1,04% da arrecadação em 2010 e por 0,49% do valor arrecadado em 2015,

O aumento da participação dos valores arrecadados na modalidade “ISS homologado – Simples” é acompanhado pela queda nas participações tanto do “ISS homologado – PMU” quanto do “ISS Ofício”, tais desempenhos podem ser verificados na Tabela 3.

A Tabela 3 apresenta a taxa de crescimento do ISS arrecadado total e por cada modalidade de arrecadação. O que mais se destaca nessa tabela é a taxa de crescimento do “ISS homologado – Simples” sempre acima da taxa de crescimento das outras modalidades e do próprio ISS total. O “ISS Ofício” apresenta desempenho negativo em todos os anos, com exceção de 2011. Já o “ISS homologado – PMU” apresenta desempenho negativo apenas em 2013 e 2015.

Tabela 2 - Arrecadação do ISS e a decomposição por modalidade de arrecadação de 2010 a 2015. (Em termos reais ajustados pelo IPCA e em %)

Composição do ISS	2010		2011		2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
ISSQN	161.716.954,19	100	183.830.860,28	100	197.392.734,50	100
ISS OFICIO	1.673.829,56	1,04	1.772.501,88	0,96	1.645.340,81	0,83
ISS homologado - PMU	140.647.375,57	86,97	157.737.737,78	85,81	168.284.697,48	85,25
ISS homologado - Simples	19.395.749,06	11,99	24.320.620,62	13,23	27.462.696,21	13,91
2013						
ISSQN	198.529.292,95	100	214.672.766,24	100	213.435.468,02	100
ISS OFICIO	1.370.229,74	0,69	1.197.419,39	0,56	1.041.923,50	0,49
ISS homologado - PMU	166.002.256,31	83,62	177.797.354,85	82,82	172.484.418,88	80,81
ISS homologado - Simples	31.156.806,91	15,69	35.677.992,01	16,62	39.909.125,64	18,70
2014						
2015						

Fonte: Balancete Mensal de Realização da Receita Orçamentária. ANEXO10. Anos 2009; 2010; 2011 e 2012. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Como o peso do “ISS homologado – PMU” é muito grande, se comparado às outras duas modalidades, o desempenho do ISS total é muito afetado pelo desempenho desta modalidade. Assim, quando o “ISS homologado – PMU” aumenta, o ISS total também tende a aumentar,

como ocorrem nos anos 2011, 2012 e 2014, já quando essa modalidade apresenta baixo desempenho, o ISS total também tende a acompanhá-lo, como ocorre nos anos 2013 e 2015.

Por isso, verifica-se que mesmo tendo um peso cada vez maior o desempenho do “ISS homologado – Simples” ainda que fortemente positivo, é insuficiente para estabilizar o efeito de uma queda na arrecadação do “ISS homologado – PMU” mesmo que baixa, em termos relativos.

Tabela 3 - Taxa de Crescimento Anual da Arrecadação do ISS total e por Modalidade de Arrecadação de 2011 a 2015. (Em %)

Composição do ISSQN	2011	2012	2013	2014	2015
ISSQN	13,67	7,38	0,58	8,13	-0,58
ISS OFICIO	5,90	-7,17	-16,72	-12,61	-12,99
ISS homologado - PMU	12,15	6,69	-1,36	7,11	-2,99
ISS homologado - Simples	25,39	12,92	13,45	14,51	11,86

Fonte: Balancete Mensal de Realização da Receita Orçamentária. ANEXO10. Anos 2009; 2010; 2011 e 2012. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

5.3 - Fundamentação Jurídica do ISS

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é de competência dos municípios. Assim, conforme o Inciso III do Art. 156 da Constituição Federal de 1988.

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[...]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (EC nº 3/1993).

[...]

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar. (EC Nº 37/2002)

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; (EC Nº 37/2002)

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (EC Nº 3/1993)

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (EC Nº 3/1993)

Embora seja de competência dos municípios, o ISSQN é regulamentado por Lei Complementar Federal, conforme o Art.156 da CF/1988 citado acima, que impõe regras de alíquotas máximas e mínimas, desonerações de serviços para o exterior, regula a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais que serão concedidos e revogados. Cabe, portanto, aos municípios instituir leis de acordo com o ordenamento jurídico superior, ou seja, os termos das legislações municipais não podem ferir o que determina a Constituição Federal nem as Leis Complementares que disciplina o assunto.

Resguardada na Constituição, em 31 de julho de 2003 é instituída a Lei Complementar Federal Nº116 para regulamentar, portanto o ISSQN. Entre os principais destaques que a Lei traz está a atualização da lista de serviços sobre os quais podem incidir o ISS. Tal alteração alçou o ISS ao posto de principal tributo para a maioria dos municípios⁵ desde então, quando os municípios atualizaram suas respectivas listas de serviços. Em alguns casos, a lista dos municípios é idêntica à lista anexa a Lei Federal Nº 116. Esta lista de serviços é atualizada ao longo do tempo, e a última atualização ocorreu por meio da Lei Complementar Federal Nº 157, de 29 de dezembro de 2016⁶. Tais atualizações permitem aos municípios também proceder com suas atualizações.

As alterações refletem diversos aspectos, entre eles a necessidade de incorporação de novos ofícios e serviços, por exemplo, esta última atualização de 2016 substituiu os serviços elencados no item “*1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos*” para “*1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)*”, o que mostra o quanto é dinâmica a atualização da referida lista, cabendo aos municípios acompanhar tal dinâmica, imprimindo em suas legislações tais efeitos.

É importante o conhecimento da lista anexa à Lei 116/2003, na qual constam atualmente, 40 categorias de serviços, e estas apresentam, no total, 212 subitens, cada uma destas sujeitas à incidência do ISS, que pode variar entre 5,0%, conforme disciplina o *parágrafo II do Artigo 8º*

⁵ Tal efeito pode ser visualizado em GALDINO, Rick H.N. Finanças Públicas Municipais - Análises Comparativas. In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 6, maio 2017. 92 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp157.htm#art1>. Acesso em: 22/08/2017.

ao definir a alíquota máxima, e 2%, conforme *Artigo 8º-A* da mesma Lei que define a alíquota mínima. A alíquota mínima, no entanto, está sujeita a três exceções, conforme consta no § 1º Art.8º-A, que são os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

[...] 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

Além da lista de serviços sujeitos ao imposto, a definição de alíquotas máximas e mínimas e o apontamento das exceções das alíquotas mínimas, outra informação bastante relevante sobre o ISS é quanto às modalidades de incidência e cobrança.

5.3.1 - Modalidade de Arrecadação do ISS

A forma de arrecadação do ISS é determinada pelo Decreto Lei Nº 406, de 31/12/1968, instituído pelo governo federal, e mantido vigente por não ter sido revogado por leis posteriores. Parte do Art. 9º é citada abaixo.

Art 9º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

[...]

§ 1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

[...]

§ 3º Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90, 91 e 92 da lista anexa forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável. (Redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 1987) [...]

Quando se verifica as modalidades de recolhimento do ISS percebe-se a influência dos *parágrafos 1º e 3º* do *Art. 9º* do Decreto Lei Nº 406. A lista referida no §3º do Art. 9º da citada Lei acima, de forma geral são serviços na área de saúde, contabilidade, advocacia, engenharia e correlatos, dentistas, agentes de propriedade industrial, economistas e psicólogos. Estes serviços geralmente estão sujeitos a modalidades diferenciadas de recolhimento, “ISS de profissionais autônomos e sociedade de profissionais”, ou ISS sob regime especial de recolhimento.

Ressalvadas as exceções, o ISS incide na forma de uma alíquota sobre o valor dos serviços, ou seja, um valor incluso na própria nota fiscal de serviços, sendo classificado, portanto, como um imposto indireto. No entanto, no caso das exceções, o imposto toma caráter de imposto direto, pois são valores fixos, lançados por cada profissional autônomo, ou em sociedade de profissionais. Nesta modalidade o imposto é recolhido por meio de guia de recolhimento em favor do município, como um valor fixo, por período de tempo definido.

Outra modalidade de recolhimento do ISS é por meio dos repasses do “Simples Nacional”. Esta modalidade, instituída por meio da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006⁷, consiste na unificação de arrecadação de uma série de tributos das três esferas de governos, procedendo, posteriormente, aos repasses, de acordo com a participação de cada ente nesta cesta de tributos. A cesta é definida por ramo de atividade da empresa e as alíquotas de acordo com a receita bruta anual desta empresa, em caráter progressivo, sendo a menor faixa restrita as empresas que apresentam Receita Bruta anual de “Até R\$ 180.000,00” e a última faixa aquelas que apresentam Receita Bruta “De 3.420.000,01 a 3.600.000,00”⁸. Nas empresas dos ramos de serviços inscritas nesta modalidade o ISS varia da menor alíquota possível, que é de 2,0%, até a alíquota máxima, que é de 5,0%.

Dentro da modalidade de recolhimento pelo “Simples Nacional” em 2008 a Lei Complementar Nº128⁹ cria uma nova opção de recolhimento do ISS para aqueles que se enquadram na condição de Microempreendedor Individual (MEI), conforme o Art. 18-A da

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 22/08/2017.

⁸ Estes valores e número de faixas foram alterados pela edição da LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, porem as novas faixas estarão vigentes apenas a partir de 01/01/2018.

⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em: 22/08/2017.

citada Lei “*O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo*”. Nesta condição além dos critérios legais para o enquadramento, é necessário que o MEI tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00¹⁰ (oitenta e um mil reais) no ano-calendário anterior. Dessa forma a arrecadação pelo “Simples Nacional” que apresenta caráter de tributo indireto, como uma alíquota que incide sobre o valor dos serviços, passa a ter característica também de tributação direta, após a implantação das regras do MEI, sendo um valor fixo, independente do valor e volume dos serviços.

Esta parte do trabalho tem a intenção de orientar o leitor sobre as várias opções atuais para enquadramento nas diversas modalidades do recolhimento do ISS, é uma apresentação breve, para maiores detalhes é importante à leitura completa das legislações pertinentes e suas devidas atualizações. A próxima parte apresenta o ISS em Uberlândia, conforme o regramento jurídico municipal.

5.3.2 - Legislação do ISS em Uberlândia

No município de Uberlândia, o ISSQN é disciplinado pela Lei Complementar Nº 336 de 29 de Dezembro de 2003¹¹. Segue-se o Art. 1º, que trata do fato gerador.

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

¹⁰ Conforme a LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art1>. Acesso em: 22/08/2017.

¹¹ Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/2396.pdf>. Acesso em: 22/08/2017.

A lista de serviços sobre os quais incidem o imposto em Uberlândia está anexa a Lei Nº 336/2003, é uma lista bastante ampla, cujos serviços listados são praticamente os mesmos citados na Lei Complementar Federal Nº116/2013, em alguns casos com a mesma codificação. Sobre estes serviços listados há a incidência da alíquota definida sobre o valor dos serviços.

Sobre os serviços que estão sob “regime especial de recolhimento”, mediante pagamento de valor fixo, há basicamente duas situações. Uma para os profissionais autônomos, cujo valor é fixo e anual, com recolhimento trimestral, onde os valores são determinados de acordo com o nível de escolaridade dos profissionais, conforme consta no §1º citado a seguir:

Art. 7º A - Adotar-se-á "regime especial de recolhimento" do imposto quando a prestação de serviço ocorrer sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, como profissional autônomo, devendo o valor ser fixo e anual, não compreendida a importância paga a título de remuneração do trabalho profissional do próprio prestador de serviços, na seguinte conformidade:

§ 1º Para o profissional autônomo, o valor do imposto devido trimestralmente lançado de ofício será:

I - atividade para a qual se exija escolaridade de nível superior: R\$ 71,00 (setenta e um reais);

II - atividade para a qual se exija escolaridade de nível médio/técnico: R\$ 36,00 (trinta e seis reais);

III - demais profissionais autônomos: R\$ 10,58(dez reais e cinquenta e oito centavos).

Outra situação para o regime especial de recolhimento é referente às sociedades de profissionais cujos serviços encontram-se elencados no §2º do Art. 7º-A, são serviços relacionados às áreas de saúde, engenharia, agenciamento, advocacia, auditoria, contabilidade e consultoria (ver Quadro 1).

Além dos critérios apresentados no §1º os valores são ponderados de acordo com o tempo de inscrição da sociedade no cadastro municipal, de forma ininterrupta, conforme os Incisos I e II do §2º do Art. 7º-A, apresentados a seguir.

§ 2º Para as sociedades de profissionais enquadradas nos subitens 4.01, 4.02, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 10.03, 17.14, 17.16, 17.19, 17.20 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o valor do imposto será fixo e anual, calculado mediante a multiplicação das importâncias descritas nos incisos I e II, pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da legislação aplicável, sendo:

I - R\$ 71,00 (setenta e um reais), no caso de sociedade que exerce atividade de nível superior, com até quatro anos de inscrição no cadastro municipal, sem interrupção; R\$ 85,20 (oitenta e cinco reais e vinte centavos) no caso de sociedade que exerce atividade

de nível superior, inscrita no cadastro municipal há mais de cinco anos e até dez anos, sem interrupção; e R\$ 99,40 (noventa e nove reais e quarenta centavos) no caso de sociedade que exerça atividade de nível superior, inscrita no cadastro municipal há mais de onze anos, sem interrupção;

II - R\$ 36,00 (trinta e seis reais) para a sociedade de nível médio inscrita no cadastro municipal até quatro anos; R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos) para a sociedade de nível médio inscrita no cadastro municipal há mais de cinco anos e até dez anos; R\$ 51,84 (cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos) para a sociedade de nível médio inscrita no cadastro há mais de onze anos.

Comparando a lista apresentada no Quadro 1 com os serviços elencados no Anexo 1 do Decreto Lei Federal Nº 406, percebe-se que muitos dos serviços são comuns as duas listas, no entanto, a lista de serviços do município de Uberlândia apresenta-se mais numerosa em serviços sob o regime de recolhimento especial.

Quadro 1 – Serviços prestados por Sociedades de Profissionais sob Regime Especial de Recolhimento do Imposto

Item	Serviços	Alíquota (em %)
4.01	Medicina e biomedicina.	2,0
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2,0
4.05	Acupuntura.	2,0
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2,0
4.07	Serviços farmacêuticos.	2,0
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2,0
4.09	Terapias de qualq. espé. destinadas ao tratamento físi., orgânico e mental.	2,0
4.10	Nutrição.	2,0
4.11	Obstetrícia.	2,0
4.12	Odontologia.	2,0
4.13	Ortóptica.	2,0
4.14	Próteses sob encomenda.	2,0
4.15	Psicanálise.	2,0
4.16	Psicologia.	2,0
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	2,0
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	2,0
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3,0
17.14	Advocacia.	2,0
17.16	Auditória.	2,0
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2,0
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2,0

Fonte: § 2º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 336 de 29/12/2003.

A Tabela 4 apresenta os valores de contribuição das pessoas físicas de acordo com o nível de escolaridade, praticados pela Secretaria de Finanças de Uberlândia em 2017, conforme prevê

o §1º do Art. 7º-A da Lei Municipal Complementar Nº 336 de 29 de Dezembro de 2003. O valor é devido trimestralmente e ajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). Os valores que constam na Tabela 4 já estão corrigidos pela inflação e o valor corresponde à soma das três parcelas trimestrais.¹²

Tabela 4 – Valores do ISS Ofício para pessoa física para o exercício de 2017 de acordo com o nível de formação

Pessoa Física	Nível Superior	Nível Médio	Sem formação específica
Valor total por ano	547,56	277,72	81,56

Fonte: Tabela a ser usada para o exercício de 2017 – Núcleo de Cadastro Mobiliário – Diretoria de Fiscalização de Rendas Tributárias – Secretaria Municipal de Finanças – Prefeitura de Uberlândia.

A Tabela 5 apresenta os valores de contribuição dos profissionais pertencentes às sociedades de profissionais de acordo com o nível de escolaridade e tempo de cadastro. Conforme o §2º do Art. 7º-A da Lei Municipal Complementar Nº 336/2003. O valor é devido trimestralmente e ajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). Os valores que constam na Tabela 5 já estão corrigidos pela inflação e o valor também corresponde à soma das três parcelas trimestrais.

Tabela 5 - Valores do ISS Ofício para pessoa jurídica – sociedade civil com cadastro de diferentes períodos, sem interrupção, de acordo o nível de formação

Sociedades de Profissionais	Nível Superior	Nível Médio Técnico
Com até 5 anos	547,56	277,56
Mais de 5 anos até 10 anos	657,16	333,16
Mais de 10 anos	766,64	399,84

Fonte: Tabela ser usada para o exercício de 2017 – Núcleo de Cadastro Mobiliário – Diretoria de Fiscalização de Rendas Tributárias – Secretaria Municipal de Finanças – Prefeitura de Uberlândia.

¹² Conforme a Tabela disponibilizada pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/8517.pdf>. Acesso em: 22/08/2017.

5.4 - Considerações Finais

Verificou-se, na parte inicial do trabalho, a importância do ISS como a principal fonte de recursos tributários próprios para o município de Uberlândia, condição mantida e fortalecida em todo o período de 2000 a 2015.

Por meio dos dados mensais dos últimos 36 meses constatou-se que este tributo apresenta padrões próximos de sazonalidade ao longo do ano, com uma grande estabilidade de arrecadação, porém com flutuações cíclicas, tanto de aumento quanto de quedas.

Com o detalhamento dos valores arrecadados pelas distintas modalidades, verificou-se que, o mesmo tributo assume características ora de tributo indireto, como é a regra, e ora como tributo direto, como é o caso do “ISS Ofício”. Também com os comparativos das modalidades constatou-se, o forte crescimento dos valores arrecadados na modalidade “ISS homologado – Simples”, acompanhado pela queda da participação dos valores arrecadados nas outras duas modalidades.

Por fim, a apresentação da fundamentação legal situa a tributação do município no arranjo institucional superior da constituição federal, onde se sustentam o arcabouço legal dos entes federados, mostrando a origem legal do tributo, as cláusulas de reajustes, as tabelas de alíquotas, e as exceções. E como estão as alíquotas e os valores lançados na modalidade por ofício no município Uberlândia, de acordo com as legislações vigente.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1J - Sala 1J 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.

Fone: (34) 3239-4157 ou (34) 3239-4321

Site: <http://www.ie.ufu.br/cepes>

e-mail: cepes@ufu.br